

UNESP 
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

VIVIANE BASSI DOS REIS MARQUES

**SINDICALISMO E MEIO AMBIENTE: a participação da Central Única dos
Trabalhadores nas Conferências Eco 92 e Rio +20**



ARARAQUARA – S.P.
2014

VIVIANE BASSI DOS REIS MARQUES

**SINDICALISMO E MEIO AMBIENTE: a participação da Central Única dos
Trabalhadores nas Conferências Eco 92 e Rio +20**

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Maria Chaves Jardim

Bolsa: Capes

ARARAQUARA – S.P.
2014

Marques, Viviane Bassi dos Reis

Sindicalismo e meio ambiente : a participação da Central Única dos Trabalhadores nas Conferências Eco 92 e Rio +20 / Viviane Bassi dos Reis Marques – 2015

103 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara)

– Orientador: Maria Aparecida Chaves Jardim

1. Sindicalismo. 2. Meio ambiente. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Central Única dos Trabalhadores (Brasil). I. Título.

VIVIANE BASSI DOS REIS MARQUES

**SINDICALISMO E MEIO AMBIENTE: a participação da Central Única dos
Trabalhadores nas Conferências Eco 92 e Rio +20**

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Maria Chaves Jardim

Bolsa: Capes

Data da defesa: 29/05/2014

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Maria Chaves Jardim, Doutora em Ciências Sociais
Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCLAr

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, Doutora em Geografia
Universidade Estadual Paulista – UNESP/IGCE – Rio Claro

Thales Haddad Novaes de Andrade, Doutor em Ciências Sociais
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Para meu esposo Clayton, pela história de vida a seu lado, pelo amor, companheirismo, dedicação, incentivo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo Clayton pelo companheirismo, incentivo e paciência.

Às minhas companheiras de jornada e amigas Natália Casagrande e Janaina Oliveira, que tanto me ajudaram e me apoiaram, desde o início do curso, nas questões acadêmicas e burocráticas.

Às amigas da Unesp, pelos momentos de descontração, após os trabalhos, Fernanda Feijó e Claudete.

À minha orientadora Maria Jardim pelo grande incentivo desde o início e pelo apoio acadêmico na realização desta pesquisa.

À Vânia Viana, assessora da CUT, que abriu as portas da entidade, em um esforço em me auxiliar no que fosse necessário à pesquisa.

À Carmen Foro, Rosiver Pavan e Vânia Viana, pelo tempo de entrevista concedido.

Ao pessoal do CEDOC (Centro de Documentação e Memória da CUT) pela gentileza em fornecer prontamente documentos solicitados.

Aos colegas do N.E.S.P.O.M (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Poder, Organizações e Mercado), pelas discussões construtivas.

Aos professores e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Aos professores que aceitaram o convite em compor a banca examinadora, Thales Haddad Novaes e Darlene Ap. de Oliveira Ferreira.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

Discursos a respeito dos impactos socioambientais, tidos como consequências do modelo de desenvolvimento capitalista, estão cada vez mais presentes nas empresas, no governo, ONGs, e nos movimentos sociais de toda ordem. Contudo não se trata de discursos homogêneos, uma vez que cada ator social defende pautas específicas, de acordo com seus interesses. Este estudo tem como objeto de pesquisa a entrada do tema ambiental na Central Única dos Trabalhadores (CUT). O objetivo está em revelar por meio dos discursos de líderes sindicais, os interesses, motivações, práticas e estratégias sindicais, mapeando seus aliados, interlocutores, bem como a inserção da central em espaços sociais estranhos ao mundo sindical. A hipótese de pesquisa apoia-se na ideia de que as organizações sindicais, após o processo de reestruturação ocorrido nas empresas na década de 90, modificaram suas estratégias de inserção e de luta, objetivando a manutenção de sua atuação frente às transformações ocorridas na relação capital/trabalho. O discurso do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental, proferido pelos sindicalistas, pode fazer parte das novas estratégias sindicais, visando à inserção da central em novos espaços sociais, importantes ao buscar por legitimação e por introdução e defesa de pautas sindicais que relacionam questões trabalhistas e ambientais. O recorte empírico é definido por dois importantes eventos em torno da questão ambiental: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco 92, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20. Trata-se de uma pesquisa inspirada pela sociologia econômica, pela sociologia ambiental e pelos autores Pierre Bourdieu e Mary Douglas.

Palavras – chave: Sindicalismo, Meio Ambiente, Central Única dos Trabalhadores, Novas Estratégias Sindicais, Espaço Social.

ABSTRACT

Discourses about the social and environmental impacts, seen as consequences of the capitalist development model, are increasingly present on businesses, government, NGOs, and social movements of all kinds. However it is not homogeneous discourse, since each social actor maintains specific guidelines, in accordance with their interests. This study has as a research input from environmental theme in the Central Workers Union (CUT). The aim is to reveal through the speeches of union leaders, interests, motivations, practices and union strategies, mapping its allies, partners, as well as insertion of foreign exchange in the trade union world social spaces. The research hypothesis is based on the idea that trade unions after the restructuring process occurred in companies in the 90s, changed their strategies for integration and fight, aiming to maintain his performance opposite to the changes in the capital ratio / work. The discourse of sustainable development and environmental responsibility, given by the union, may be part of the new union strategies, targeting the insertion of central important in new social spaces, the search for legitimacy and by introducing and defending trade union agendas that relate labor and environmental. The empirical cut is defined by two important events around the environmental issue: the United Nations Conference on Environment and Development, the Eco 92, and the United Nations Conference on Sustainable Development, the Rio +20. This is a research inspired by economic sociology, environmental sociology and brought concepts of Pierre Bourdieu and Mary Douglas.

Keywords: Unionism, Environment, Central Workers, New Union Strategies, Social Area

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Membros da CUT Nacional Entrevistados	18
Quadro 2 Porta Vozes da CUT na Eco 92 e Rio +20	64
Quadro 3 Aliados da CUT	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCE	Associação dos Dirigentes Cristão de Empresas
AICESIS	Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares
AMCHAM	Câmara do Comércio de São Paulo
CGIL	Central Sindical da Itália
CNMA	Comissão Nacional do Meio Ambiente da CUT
CONCLAT	Conferência Nacional da classe trabalhadora
CONCUT	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
COP 15	Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
CSA	Central Sindical das Américas
CSI	Central Sindical Internacional
CSN	Central Sindical do Canadá
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
FIDES	Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NSE	Nova Sociologia Econômica
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PT	Partido dos Trabalhadores
RIO +20	Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Método	17
1.2	Sociologia Econômica: como pensar a discussão ambiental a partir da disciplina?	21
2	AS CIÊNCIAS SOCIAIS E AS DISCUSSÕES AMBIENTAIS	26
3	SINDICALISMO E MEIO AMBIENTE	32
3.1	Breve Histórico da CUT	32
3.2	Aproximação do Sindicalismo às Discussões Ambientais	42
4	TEMAS CENTRAIS NA CUT: desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental	52
4.1	Desenvolvimento Sustentável	52
4.2	Responsabilidade Socioambiental	56
4.3	Novas Estratégias Sindicais	60
5	A QUESTÃO AMBIENTAL: diálogo com o material empírico	63
5.1	Temas Ambientais Tratados pela CUT nas Conferências Eco 92 e Rio +20	68
5.2	Caracterização dos Discursos da Central na Eco 92 e Rio +20	82
5.3	A Produção de Discursos Ambientais na Rio +20	86
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	94
	APÊNDICE	100

INTRODUÇÃO

A problemática ambiental vem sendo discutida em muitas instâncias da sociedade, desde órgãos governamentais, ONGs ambientalistas, movimentos sociais, sindicatos, nas empresas e centros acadêmicos. Trata-se de um debate que extrapola o contexto nacional, uma vez que questões climáticas ou de escassez de recursos naturais não respeitam fronteiras territoriais.

As interações entre atores econômicos e sociais a respeito da temática vão desde fórum de discussões, participação em Conferências, participação em Conselhos, até conflitos e pressões globais visando conquistas socioambientais.

Contudo não se trata de um debate homogêneo, uma vez que cada instância social defende, em seus discursos, pautas específicas, de acordo com os interesses de seus membros. Nesse contexto, o que se pode perceber é a existência da concepção que a sociologia ambiental denomina de “ambientalização” (BUTTEL, 1992; LEITE LOPES, 2004). Trata-se da adoção por diferentes grupos sociais de discursos ambientais genéricos, ou de explicações concretas que legitimam práticas, sejam elas institucionais, científicas, políticas, e etc. (ACSELRAD, 2010), ou seja:

[...] é por meio desses processos que novos fenômenos vão sendo construídos e expostos à esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como “ambientais”, e um esforço de unificação engloba-os sob a chancela de “proteção” ao meio ambiente. (ACSELRAD, 2010, p. 103).

Na busca por legitimidade, estes atores ambientalizam seus discursos e caracterizam práticas como ambientalmente benéficas ou deteriorantes. Estabelece-se um conflito quando passam a questionar essas ações, que podem estar direcionadas a utilização de métodos técnicos de apropriação do território e de seus recursos ou a distribuição de poder.

Um problema consensual que sempre esteve presente entre os atores que discursam em defesa da causa ambiental (empresas, sindicatos, ONGs ambientalistas, governos e etc) - e que foi preciso buscar por solução - é o entendimento de que não é possível o engajamento em campanhas, sem que se leve em consideração fatores como desigualdade social, pobreza, emprego e renda. O desenvolvimento econômico capitalista, ao mesmo tempo em que é aclamado como gerador de emprego e renda, traz graves injustiças sociais e ambientais. Nesse sentido, foi preciso um esforço por parte de entidades que se dizem engajadas na luta ambiental em encontrar explicações socialmente lógicas e aceitáveis, que conciliasse o desenvolvimento, com problemas sociais e ambientais (ACSELRAD, 2010).

Uma entidade que profere um discurso ambientalista, mas que procura por um consenso entre desenvolvimento e meio ambiente, são alguns sindicatos, os quais desde meados dos anos 90, vêm apresentando um discurso em defesa do meio ambiente. Contudo, trata-se de um ator social que luta pelo desenvolvimento econômico, fator prioritário quando se trata da geração de trabalho e de renda. Ao inserirem em suas pautas a defesa pelo meio ambiente, tornou-se necessário, por parte dos sindicatos, um discurso conciliatório, que una as dimensões sociais, econômicas e ambientais.

O presente estudo traz a tona o esforço realizado por uma específica organização sindical – Central Única dos Trabalhadores (CUT)- no sentido de elaborar discursos e práticas que tratem da temática socioambiental em uma perspectiva de unificação entre questões trabalhistas, questões sociais e desenvolvimento sustentável. Trata-se, portanto, de um estudo original, uma vez que direciona o olhar para a construção do discurso ambiental de uma central sindical, a CUT Nacional, entidade já muito estudada quando se trata de relações trabalhistas, mas não explorada até o momento como envolvida diretamente com o debate socioambiental nacional e internacional.

O presente estudo tem como foco a CUT Nacional. Apesar de a central apresentar uma estrutura organizacional formada por diversas ramificações (confederações, federações e sindicatos), o estudo da CUT Nacional é de interesse maior desta pesquisa, uma vez que muitas das pautas e estratégias sindicais que influenciam a sindicalistas e trabalhadores são elaboradas pelos líderes sindicais, formadores de opiniões, que se encontram na esfera nacional da organização.

A escolha da inserção da temática ambiental na CUT Nacional como objeto de estudo deve-se a observação da existência de uma ampla manifestação em prol do meio ambiente, elaborado pela central, e cada vez mais presente, podendo ser observado em suas publicações, plataformas, plenárias, congressos, assembleias e resoluções e também por meio da participação em duas Conferências ambientais internacionais realizadas no Rio de Janeiro, nos anos de 1992 e 2012. Além disso, se trata de uma das maiores centrais sindicais do país, que historicamente apresenta fragmentações oposicionistas em seu interior. Alguns de seus líderes defendem uma posição mais radical, a favor da luta contra o capitalismo, outros apostam em uma maior flexibilidade e conciliação com governo e empresas, e a inserção estratégica dos sindicatos nos moldes do sistema capitalista. Diante do contexto apresentado acima, e levando em conta que os sindicatos, de uma forma geral, veem com bons olhos o crescimento econômico do país, o presente estudo procurou averiguar os interesses da central em proferir um discurso ambientalista, suas ambiguidades e contradições.

A respeito da gênese do discurso ambiental na CUT, pode-se observar que desde a realização da CNUMAD (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), conhecida como Eco 92, a CUT já estava presente no debate socioambiental por meio da participação no denominado Fórum Global, evento paralelo à Conferência, promovido por movimentos sociais e organizações não governamentais nacionais e internacionais, no qual foi elaborada a primeira versão da “Carta da Terra”¹.

Ainda no ano de 1991, a central criou a Comissão Nacional do Meio Ambiente (CNMA), vinculada a Secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT Nacional. Conforme publicação da CUT na época, denominada “Sindicalismo e Meio Ambiente” (1992), esta comissão teve o papel de elaborar propostas apresentadas no 4º Congresso Nacional da CUT (4º CONCUR), realizado em setembro de 1991, que viriam a ser aprovadas como resoluções. Dentre estas propostas, foi acordada a participação da CUT na executiva do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (evento do Fórum Global com o objetivo de debater a eliminação da pobreza e a preservação ambiental), e para efeito interno, foram convocadas Conferências Regionais e uma Conferência Nacional nas quais foi abordado o tema do “desenvolvimento e meio ambiente na perspectiva dos trabalhadores”, com o objetivo de “caminhar para a elaboração de propostas que visem um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável”. (PAVAN, 1992, p.3).

Sindicatos filiados a CUT Nacional, e submetidos à representação pela CNMA, na Eco 92, podem exemplificar a atuação da CUT em questões que envolviam o risco dos trabalhadores com relação principalmente as questões de saúde, poluição, lixo tóxico e contaminação, principais temas que a central relacionava a questões ambientais na época.

No Estado de Minas Gerais, em Nova Lima, a CUT lançou uma campanha de combate à silicose, reunindo cento e setenta sindicatos de categorias afetadas pela doença. Segundo a CUT, a campanha teve o objetivo de mapear as empresas e trabalhadores afetados, auxiliando nas negociações coletivas das categorias, indicando medidas de controle dos problemas e garantias de direitos aos silicóticos (PAVAN, 1992).

Na Bahia, a CUT lançou a campanha “Operação Caça-Benzeno”, englobando os Departamentos Nacionais de Metalúrgicos, Petroleiros, Químicos e Petroquímicos, com

¹ A Carta da Terra parte de uma visão integradora e holística. Considera a pobreza, a degradação ambiental, a injustiça social, os conflitos étnicos, a paz, a democracia, a ética e a crise espiritual como problemas interdependentes que demandam soluções includentes. Ela representa um grito de urgência face as ameaças que pesam, sobre a biosfera e o projeto planetário humano. Significa também um libelo em favor da esperança de um futuro comum da Terra e da Humanidade. (Leonardo Boff http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CartaDaTerraHistoria2105.pdf)

assessoria técnica do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST), órgão da CUT. No Polo Petroquímico de Camaçari, em Salvador, houve contaminação de trabalhadores devido ao benzeno, causando doença denominada leucopenia. A população local também foi afetada devido aos dejetos despejados em água de manancial. A campanha visou a intervenção do movimento sindical na definição de reivindicações gerais dos sindicatos em torno da transformação e utilização do benzeno, disseminando informações sobre os efeitos neurológicos da substância e os critérios de proteção (PAVAN, 1992).

O Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo envolveu-se na elaboração do Tratado de Resíduos Urbanos, Perigosos e Nucleares durante a Eco 92. Trata-se de trabalhadores que já vinham realizando denúncias ao longo dos anos a respeito das más condições de trabalho por contaminações no próprio local de trabalho, devido ao lançamento de gases, vapores, poeiras tóxicas, e também no meio externo, por meio do despejo de resíduos sólidos e líquidos em águas, sem o devido tratamento. O Sindicato ao assinar o referido acordo comprometeu-se a realizar campanhas educativas, a exigir a separação para a coleta de resíduos urbanos com o intuito de maximizar a reciclagem evitando contaminações dos compostos orgânicos e a instalação de um posto de coleta seletiva na sede do sindicato (AVELINO, 1992).

O Sindicato dos Bancários de São Paulo além de iniciativas relativas à conscientização ambiental, por meio de passeatas e palestras, elaborou uma cartilha de ecologia política, no ano da Eco 92, intitulada “O Meio Perto do Fim???” , que segundo a CUT, visava estimular a discussão de ecologia como eixo de uma nova consciência social. O Sindicato realizou também uma plenária antes do evento da Eco 92 para discutir reivindicações envolvendo qualidade de vida. Além disso, patrocinou atividades como a elaboração de um dossiê sobre política financeira e a questão ambiental, resultado de uma pesquisa de como se deu a geração, fluxo e a gestão de recursos financeiros para viabilizar a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Elaborou também um documento a respeito do Marketing verde dos bancos, em aliança com o Greenpeace (AVELINO, 1992).

O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo criou uma Comissão de Saneamento e Meio Ambiente, que teve como objetivo atuar junto às bases e a dialogar com movimentos sociais e ambientais. O Sindicato em associação com outras entidades realizou por meio da Comissão debates em que foram elaboradas emendas a projetos de leis. O Sindicato procurou apoio de prefeituras e ONGs para pressionar os deputados no momento da votação de projetos voltados a política de saneamento, sendo aprovada boa parte das emendas apresentadas. Em conjuntos com o Comando Nacional dos

Trabalhadores em Saneamento e Meio Ambiente, a Comissão teve assento no processo de formulação na política Nacional de Saneamento. Na Eco 92, teve sua participação por meio da CNMA da CUT (AVELINO, 1992).

Os trabalhadores do Sindicato dos Químicos do ABC também deram sua contribuição por meio de denúncias de trabalhadores contaminados por mercúrio metálico devido aos vapores que se desprendiam dos equipamentos obsoletos utilizados pela multinacional belga Solvay. Além disso, preocuparam-se com o ambiente externo relativo a contaminação por mercúrio nas águas da Represa Billings. Por meio da associação com grupos ecológicos, associações de moradores e parlamentares foi desencadeado um processo de mobilização popular e de opinião pública. Foi elaborado um projeto de lei apresentado pelo deputado Ivan Valente do PT/SP de substituição da tecnologia do mercúrio por outra “limpa” (AVELINO, 1992).

Após a Eco 92, a CUT não deixou de lado as questões socioambientais. A Central vem acumulando discursos por meio dos debates em Plenárias, Congressos, Fóruns e encontros nacionais e internacionais, em que além das questões tratadas na Conferência de 92, voltadas principalmente a relação entre saúde do trabalhador e meio ambiente, houve um avanço, incorporando questões como empregos verdes, transição justa e taxas sobre transações financeiras.

Pode-se citar alguns exemplos significativos do interesse da central pela temática ambiental após 92. Um deles foi a criação da Secretaria Nacional do Meio Ambiente, em 2009, pela CUT Nacional, em que a temática ganhou mais força no interior da CUT. As questões socioambientais que antes então tratadas no interior da Secretaria de Políticas Sociais, agora ganhava maior interesse e projeção.

Também em 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), ocorrida no Rio de Janeiro, a CUT teve sua participação como observadora da Conferência, única central sindical que esteve nessa posição, e também, na prática, junto a denominada Cúpula dos Povos², evento paralelo à Conferência que teve a participação de ONGs, movimentos sociais e ambientalistas nacionais e internacionais, acadêmicos, setores da sociedade civil e membros do governo. A participação da CUT deu-se por meio de debates realizados em uma arena da central intitulada “Tenda Florestan Fernandes”, onde se discutiu questões ambientais do ponto de vista e interesse dos trabalhadores.

² disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/cupula-dos-povos/>>.

Na Tenda foram realizadas 19 oficinas em que estiveram presentes líderes sindicais como Artur Henrique, então presidente da CUT Nacional e Carmen Foro, Secretária do Meio Ambiente da central e atual vice presidente da CUT Nacional. Estiveram presentes figuras ilustres como o acadêmico Ignacy Sachs, os ministros Gilberto Carvalho da Secretaria-Geral da Presidência da República e Maria do Rosário da Secretaria de Direitos Humanos, e parceiros nacionais e internacionais da CUT.

Conforme palavras da Executiva Nacional da CUT, quando do início da Rio +20 a central:

[...] vai debater e disputar a implementação de propostas do movimento sindical de um novo modelo de desenvolvimento com diretrizes claras e objetivas quanto à preservação do meio ambiente e políticas públicas que busquem a equidade e justiça social, com distribuição de renda e riqueza, emprego decente e salário digno; a ampliação e o fortalecimento das políticas sociais universais como saúde, educação e proteção social especialmente para as populações mais carentes (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, p. 2, 2012).

Na ocasião, as atividades da CUT não se restringiram somente ao debate na Tenda, foram realizadas Assembleias Sindicais em que se preparou um documento intitulado “Rio +20 Uma Agenda Sindical Internacional para o Desenvolvimento Sustentável”. Este documento trata-se das propostas da central em conjunto com o movimento sindical internacional, que foram apresentadas na Conferência.

Considerando, por meio desse breve histórico, os diversos exemplos empíricos de envolvimento da CUT com o tema, este estudo tem como objeto de estudo a chegada do tema ambiental na CUT, levando em conta especialmente dois momentos empíricos, a Eco 92, e a Rio +2. Com o intuito de compreender esses eventos, considera-se também os anos que antecederam os eventos, ou seja, os congressos realizados em 1991 e a plenária em 2011, já que nos mesmos a CUT fez a preparação para os eventos citados, além de publicações, documentos e entrevistas.

A abordagem desta pesquisa considera a CUT como um ator socioeconômico relevante e que tem apresentado um discurso em apoio a uma mudança de modelo econômico e social do país, em direção ao desenvolvimento sustentável. Trata-se de um estudo que explora a construção social do discurso e das estratégias dos sindicalistas da CUT com relação à temática do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social, termo que, no interior das empresas e sindicatos foi, posteriormente, ampliado para responsabilidade socioambiental ou sustentabilidade empresarial (SARTORE, 2007).

O objetivo está em compreender os discursos proferidos por líderes sindicais que estão envolvidos com as questões ambientais, revelando interesses, contradições e ações práticas, mapeando seus novos aliados e interlocutores e a participação em espaços nacionais e internacionais. Enfim, produzir uma narrativa sobre o interesse da CUT pela questão ambiental, já que é um tema estranho ao mundo sindical, diferente das pautas históricas dos sindicatos como salário, emprego, benefícios, etc.

A hipótese sugerida é de que a central, diante do processo de abertura do mercado, da reestruturação produtiva, e privatizações nos anos 90, sofrendo impacto na sua capacidade de representação, busca não somente por legitimação, mas por introduzir e defender suas pautas sindicais, por meio do desenvolvimento de novas estratégias, como a participação em novos espaços sociais, ligados a temas já institucionalizados pela sociedade, como racismo, gênero e também meio ambiente. Conforme Bourdieu (1996) em um espaço social estão presentes atores, instituições e discursos que fazem parte deste espaço. Pode-se considerar o tema ambiental como um espaço social, onde circulam atores e instituições distintos, que produzem discursos polissêmicos em torno da temática. Trata-se de um espaço no mundo social onde os atores lutam pela imposição de uma verdade (doxa). Esta luta simbólica é orientada pela posição dos atores no espaço social, cuja posição tem a ver com o capital detido por cada ator. Este capital pode ser cultural, simbólico, econômico, social. No caso da CUT, sua posição no espaço social é definida por seu capital social.

Conforme afirma Jardim (2009), as organizações sindicais após o processo de reestruturação ocorrido nas empresas na década de 90, modificaram suas estratégias de inserção e de luta, tendo como objetivo a manutenção de sua capacidade de atuação frente às transformações ocorridas na relação capital/trabalho.

Os sindicatos passam a enfrentar uma situação de maior complexidade, que inclui o desemprego e a precarização da mão-de-obra (RODRIGUES, 2002). Nesse contexto, se destacam os efeitos ocorridos no mundo do trabalho (SANTANA e RAMALHO, 2003), tais como a queda na taxa de sindicalização e o arrefecimento de práticas tradicionais como as greves e as paralisações (RODRIGUES, 2002).

Os sindicatos enfrentam, assim, uma possível “crise” em sua capacidade de atuação e legitimidade. Suas políticas e estratégias de ação parecem impotentes para deter a destruição dos direitos trabalhistas. Essa possível crise envolve também dificuldades no relacionamento com uma força de trabalho de características heterogêneas. Jardim (2009) defende a hipótese da existência de uma “crise das estratégias e finalidades tradicionais dos sindicatos”, a qual levaria o movimento sindical (ou parte dele) a (re)configurar sua pauta sindical,

(re)significando os mecanismos de participação, de inserção e luta. Objetivando a inserção nos novos espaços sociais, os sindicalistas participariam da produção (e também da reprodução) do discurso de governança corporativa, de sustentabilidade e de responsabilidade social (JARDIM, 2009).

Por fim, em pleno ano de aniversário de 30 anos de criação da CUT, essa pesquisa vem a contribuir para melhor conhecer essa instituição ao longo do tempo.

1.1 Método

Ao pensar na inserção da temática ambiental na CUT, dois momentos empíricos foram considerados de interesse para a pesquisa, as Conferências Eco 92 ou Rio 92 e a Rio +20.

O foco nesses dois momentos justifica-se por tratar-se de eventos de relevância histórica nacional e internacional em que a CUT participa por meio de eventos paralelos, onde foram travadas discussões realizadas pela central em conjunto com outros movimentos sociais, ambientalistas, ONGs, membros do governo e da sociedade civil. Procurando preparar-se para as discussões realizadas nas Conferências e com o objetivo de influenciar os rumos dos debates e das resoluções, a central discutiu a temática em seus congressos, publicações, plenárias, seminários e fóruns, anteriores às Conferências. O estudo destes documentos poderá revelar as estratégias e rumos da central.

A coleta de documentos foi realizada no CEDOC CUT (Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores), por meio de pesquisa realizada nos arquivos deste centro e com o auxílio de funcionários do local. Também foram coletados documentos e publicações por intermédio da entrevistada Vânia Viana, na própria CUT Nacional. Os demais documentos ou publicações foram pesquisados na internet, no site da CUT.

Devido às datas próximas as Conferências e por se tratar de resoluções e publicações que veiculam o pensamento e estratégias da central a respeito da temática ambiental, os seguintes documentos foram considerados de interesse desta pesquisa:

- As Resoluções do 4º CONCUR (Congresso Nacional da CUT), ocorrido em São Paulo, de 4 a 8 de setembro de 1991.
- As publicações da CUT Nacional, intituladas “Sindicalismo e Meio Ambiente”, de maio de 1992.

- A 13ª Plenária – “Liberdade e Autonomia. Por uma Nova Estrutura Sindical”. Ocorrida de 4 a 7 de outubro de 2011.
- A 2ª Assembleia Sindical sobre Trabalho e Meio Ambiente, realizada entre 11 a 13 de junho de 2012.
- Suplemento Especial do Le Monde Diplomatique Brasil, produzido pela CUT e intitulado “Propostas da CUT para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável”.
- Documento elaborado para o Seminário Internacional Rio +20 Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: a Perspectiva do Movimento Sindical das Américas, 10 a 11 de novembro de 2011, intitulado “Rio +20 uma Agenda Sindical Internacional para o Desenvolvimento Sustentável”.
- Jornal da CUT dos anos de 1991 e 1992, denominado Informacut.
- Sítio da CUT Nacional (www.cut.org.br).

Além da coleta e análise dos documentos produzidos nos eventos sinalizados acima, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com três porta-vozes do tema na CUT Nacional, a saber:

Quadro 1 – Membros da CUT Nacional entrevistados

NOME	DATA DA ENTREVISTA	FUNÇÃO NA CUT
Rosiver Pavan	26 de maio de 2014.	Membro da Diretoria Executiva da CUT como Secretária de Políticas Sociais de 1991 a 1994, e membro da Comissão Nacional do Meio Ambiente da CUT desde sua criação em 1991. Cargo atual: Assessora da Secretaria de Relações Internacionais da CUT.
Carmen Helena Ferreira Foro	20 de maio de 2014.	Membro da Diretoria Executiva da CUT como Secretária do Meio Ambiente da CUT Nacional de 2009 a 2012. Cargo atual: Vice-Presidente da CUT Nacional.
Vânia Viana	22 de abril de 2014.	Atual Assessora da Secretaria do Meio Ambiente da CUT Nacional, neste cargo desde 2011.

A escolha dos entrevistados foi por membros que estiveram em atuação na CUT Nacional nas datas em que foram realizadas as Conferências (Eco 92 e a Rio +20), e que estavam ligados às discussões, no interior da central, a respeito da temática ambiental. Estes

membros além de envolvidos com a temática ambiental no interior da CUT deveria ser líderes sindicais, formadores de opinião, que estiveram atuantes na composição de ideias e estratégias da central veiculadas nos documentos, publicações, debates e fóruns preparatórios para a atuação da CUT nas Conferências, bem como funcionários que estiveram ligados diretamente aos líderes sindicais.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, deste modo foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e marcadas previamente. As entrevistas com os líderes sindicais foram realizadas por telefone e a entrevista com a assessora foi realizada pessoalmente na CUT Nacional. Houve várias tentativas de se realizar todas as entrevistas pessoalmente, contudo, devido principalmente ao grande volume de trabalho, reuniões e viagens das líderes sindicais, a entrevista marcada por telefone tornou-se uma alternativa viável para o andamento da pesquisa.

A linha teórica que nos inspira é a sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu. Segundo Bourdieu, a sociologia reflexiva visa romper com o senso comum, ou seja, “desconstruir com seus meios aquilo que o mundo social constrói pela linguagem: desconstruir pela ciência construções socialmente eficazes e geralmente consideradas legítimas” (PINTO, 2000, p.63).

Considerando que as questões ambientais são construções sociais, a pesquisa poderá revelar, ao observar os discursos e as estratégias dos sindicalistas a respeito da temática ambiental, o que está em jogo, quais são e o que revelam as estratégias de luta da CUT Nacional a respeito da temática ambiental.

A Sociologia Reflexiva observa que as variáveis não devem ser analisadas isoladamente, mas consideradas dentro de um amplo contexto, percebendo as relações existentes. Uma pesquisa que ignora “o mundo relacional” possui limitações, já que o “real é relacional”. Para Bourdieu, “Se é que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual se julga saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo” (BOURDIEU, 1989, p. 31). Desta forma, parte-se do princípio de que as organizações sindicais devem ser estudadas levando-se em consideração o contexto político, econômico e social que está em volta, assim como os atores e instituições com os quais a Central passa a dialogar nessa nova estratégia sindical.

No que se refere aos conceitos de Bourdieu, essa pesquisa considera, sobretudo o conceito de “espaço social”. O espaço social “é o princípio de uma apreensão relacional do mundo”, e designa que toda realidade relaciona-se com os elementos que a compõe. Nesse sentido, a *Sociologia Reflexiva* de Bourdieu serve de base para analisar as variáveis envolvidas na construção do discurso e estratégias dos sindicalistas e as lutas travadas pelos

mesmos em relação às questões ambientais. O argumento dessa pesquisa é a de que os sindicatos procuram ajustar-se às novas configurações do capitalismo e as modificações ocorridas na relação capital/trabalho, (re)significam suas estratégias de inserção e de luta, passando a dialogar com novos atores sociais e com questões contemporâneas, como a questão ambiental.

Além de Pierre Bourdieu, essa pesquisa recebe inspiração de Mary Douglas, principalmente com relação ao seu livro “Como as Instituições Pensam” (1998).

Para a autora as representações coletivas constituem a ordem social. A autora afirma que o homem moderno busca sua autonomia perante as instituições, sua independência intelectual. Contudo este não percebe as representações sociais que carrega, uma vez que o próprio pensamento institucional torna as instituições invisíveis. A autora afirma que devido ao fato de muitos verem as relações sociais como transação de mercado, o indivíduo supõe que escapou aos antigos controles institucionais, já que muitos pensadores acreditam que os dias atuais não tem semelhança com períodos anteriores. Mas ao se compartilhar, por exemplo, o pensamento de que somos a primeira geração que não está sob o controle da ideia do sagrado, e que os indivíduos acreditam serem seres racionais e com ampla autoconsciência, tem-se aí uma representação coletiva.

Ao pensar nas representações, os indivíduos utilizam-se das classificações já estabelecidas nas instituições. Na busca pela independência intelectual, através da reflexão individual e da solução por problemas, os indivíduos acabam por limitar-se aos próprios problemas organizacionais das instituições, à sua gama de experiências.

Contudo a autora reconhece que a classificação pessoal possui algum grau de autonomia, e que diferentes comunidades classificam de modo diferenciado. Quando, por exemplo, se alcança um novo nível de atividade econômica, e existe uma mudança na divisão do trabalho, as pessoas fazem escolhas individuais no interior das classificações, obedecendo a alguma necessidade de uma nova comunicação, um novo enfoque, aí, então, tem-se uma mudança. Esta, contudo, não chega a ser consciente, devido à existência de um ocultamento pelas instituições, e desta forma acaba por passar despercebida.

Os indivíduos, inseridos na sociedade moderna, defendem o ponto de vista construído pela teoria econômica liberal, legitimado pela sociedade. A teoria racionalista acredita na veracidade da escolha racional e da busca constante e maximizada dos interesses individuais. Os indivíduos pertencentes à sociedade industrial acreditam que as relações sociais estabelecidas estão baseadas na divisão do trabalho e nas transações mercantis, e que, portanto, não estão submetidos a determinadas regras, as que cumpriam a uma função de

coesão social nas sociedades primitivas ou aquelas em que não existia a regulação da sociedade pelo mercado. Deste modo, o ator econômico acredita que as relações generalizáveis de troca são superficiais e ocorrem livremente no mercado, terminando no momento mesmo da troca. A solidariedade então ficaria a cargo da divisão do trabalho, ou seja, cada qual está em busca de seus interesses e envolve-se nas relações de troca para obtê-los, sem maiores interferências do meio social. As regras jurídicas, neste sistema, são levadas em consideração, pois são importantes para garantir os direitos individuais que devem estar presentes quando do estabelecimento dos contratos.

Contudo, o ator econômico acreditando ter conquistado sua independência intelectual, sua racionalidade, não percebe que está sujeito às classificações já estabelecidas nas instituições, e que estas fazem parte de seu repertório cognitivo. As representações sociais, construídas a partir da comunicação entre os indivíduos e das correções estabelecidas nestas relações, não podem ser negligenciadas pelos atores econômicos, uma vez que elas correspondem a “visão de mundo” desses indivíduos. Estes últimos, por sua vez, são motivados a buscar por interesses construídos a partir de suas crenças, seus costumes, sua cultura e tradição, por fim, são guiados, inconscientemente, por valores cristalizados, estabelecidos nas instituições atreladas ao meio social do qual o indivíduo faz parte. Desta forma, percebe-se que não existe uma escolha totalmente racional ou voltada somente para os interesses, como defende a teoria econômica liberal. O pensamento e conseqüentemente as ações dos atores econômicos estão carregados das crenças e valores institucionalizados, limitados à própria gama de suas experiências.

Pode-se pensar que o discurso da central vai além das estratégias relacionadas à inserção do sindicalismo em novos espaços sociais, devido às dificuldades de representação e legitimidade, mas carrega crenças relacionadas a busca por direitos relacionados à cidadania e a justiça social e ambiental.

As linhas de pensamento dos autores citados acima vão ao encontro da disciplina denominada Sociologia Econômica, a qual também inspira esta pesquisa. Abaixo segue um pequeno histórico a respeito desta linha de pensamento

1.2 Sociologia Econômica: como pensar a discussão ambiental a partir da disciplina?

A Sociologia Econômica (SE) surge, em fins do século XIX, para denunciar os pressupostos teóricos e metodológicos de uma ciência que se coloca independente das relações sociais. Esta abordagem realiza uma análise crítica das teorias econômicas, ao

defender a ideia de que o meio social interfere nas crenças, nas motivações e nas ações do ator econômico. Autores clássicos Durkheim, Max Weber e Georg Simmel, procuraram derrubar o pensamento hegemônico econômico contribuindo com suas análises no sentido de ressaltar o indivíduo como ser social, envolvido por relações sociais, e influenciado cognitivamente por estas mesmas relações (RAUD-MATTEDI, 2005).

Um das preocupações centrais da SE é o entendimento das cenas econômicas e organizacionais como esferas onde o comportamento do agente não pode ser simplesmente deduzido do princípio de maximização de utilidades. Pelo contrário, sugere que desde a própria constituição do *homo economicus*, as ações na esfera econômica são significativas em termos sociológicos. Trata-se de uma abordagem que pode ser analisada dentro de uma matriz de ideias, conceitos e métodos sociológicos aos chamados fenômenos da economia que são o mercado, as empresas, as lojas, os sindicatos e etc (SWEDBERG, 2004). Na esfera da sociologia econômica, o *homo economicus* é inexistente, trata-se de uma construção teórica e abstrata, ou seja, na prática, só se perpetuam os atores econômicos concretos que possuem uma determinada idade, inserção, gênero entre outros critérios pertinentes ao contexto social (JARDIM, 2007).

De modo amplo Swedberg (2004) define a Sociologia Econômica como estudo dos fenômenos econômicos e maneira como estes influenciam a sociedade ou, por outro lado, como a sociedade os influencia.

Deste modo a Sociologia Econômica pode auxiliar no entendimento da construção social dos discursos dos sindicalistas a respeito da responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, bem como a produção de sentido sobre os temas, uma vez que imersos em novos espaços sociais, parecem não se aterem somente a maximização das utilidades, mas necessitam construir um discurso que os legitimem, talvez no sentido de Luc Boltanski em seu livro *O novo espírito do capitalismo* (2009), ou seja, de um deslocamento do capitalismo, objetivando combater a crítica por preceitos institucionalizados na sociedade, possibilitando a continuidade do sistema acumulativo de capital.

Na década de 1970 e 1980 ganha força nos Estados Unidos a denominada Nova Sociologia Econômica (NSE), alargando o campo de contribuição da abordagem da Sociologia Econômica. Se anteriormente os sociólogos econômicos estavam atentos às instituições e as questões referentes a normas e sanções, agora também se debruçam sobre temas como gênero, redes sociais e cultura (MARTES *et al*, 2007.).

Apesar da gama de análises utilizadas pela NSE, as condições de surgimento destas são as mesmas, em um contexto de uma grande transformação no início dos anos 1980 e que

dá lugar a um novo paradigma, em que a economia parece fortemente dependente do social, apesar da ênfase dada neste momento aos ideais de cunho neoliberais.

A NSE quer demonstrar que a economia é social, podendo-se verificar isso ao pensar nos *inputs*, como bens coletivos e públicos, subvenções, sistemas sociais de inovação, capital social e vários outros, e também por seus *outputs*, as exterioridades: empregos, desenvolvimento de coletividades, relação com a natureza, qualidade de vida e outros. A economia é social pelo fato de o mercado ser uma construção social.

A coordenação das atividades econômicas e da circulação de bens diz respeito ao mercado, à hierarquia e a governanças baseadas num nível elevado de engajamento social, como é o caso das associações, redes, das alianças, das comunidades e coletividades as mais diversas (LÉVESQUE, 2007, p.57).

Lévesque (2007) aborda algumas hipóteses a respeito da produção recente no campo da Nova Sociologia Econômica. O autor acredita que a NSE procura diferenciar-se da antiga a qual tratava das origens das atividades econômicas, as condições do desenvolvimento, e de seus efeitos, acabando por separar o econômico do social. “A NSE se diferencia igualmente da sociologia marxista ao reverter o determinismo econômico da sociedade em favor de uma determinação social da economia” (LÉVESQUE, 2007, p.50). Esta ciência reconsidera autores clássicos como Durkheim, Weber e Simmel, procurando dar conta da economia como totalidade social, e como contraponto à economia clássica.

Outra hipótese discutida pelo Lévesque (2007) é a de que a NSE surge em um contexto de transformações, que se compara ao que viviam os clássicos da sociologia no fim do século XIX. Estes últimos vivenciaram uma época marcada pelo *laissez-faire*, o qual justificaria uma “economia política que se autoproclama ciência, uma internacionalização que toma a forma de imperialismo, uma organização científica do trabalho que engendra o desaparecimento de diversas profissões e uma desqualificação da massa trabalhadora” (LÉVESQUE, 2007, p.50). O fim do século XX também é marcado por um período de crise, com desdobramentos múltiplos que sinalizavam transformações. Período em que propostas econômicas de estilo soviéticas, ou mesmo socialdemocrata, se desmantelaram, tornando possível os ideais neoliberais de auto regulação do mercado. Contudo, mesmo em um contexto de predominância do capitalismo e dos ideais neoliberais, a sociedade civil parece ganhar forças, em grande amplitude, para colocar-se diante dos problemas sociais.

Esta transformação, segundo o autor, seria composta de vetores que representam ameaças e oportunidades para pensar de outro modo o desenvolvimento econômico, também

no sentido de um desenvolvimento sustentável. O primeiro vetor trata de uma dupla crítica: social no sentido de correção do capitalismo industrial; e artística, citada por Boltanski e Chiapello (2009), em que demandas de autonomia e criatividade exigem amplas transformações no sistema de produção e consumo, relacionando-se as demandas dos ambientalistas. Outro vetor relaciona-se à globalização e a financeirização, ao mesmo tempo que gera riquezas e crescimento, gera também desigualdades sociais. Contudo a globalização revela interdependências entre o local e o global e abre espaço para militantes antiglobalização ou para aqueles que suscitam novas formas de globalização que incluem demandas por novas regulações da economia mundial. Também as tecnologias de informação e comunicação se constituem em um vetor, em que o conhecimento revela e propicia a interação entre o social e o econômico. Um último vetor trata dos riscos nas sociedades contemporâneas. Beck (1997) chega a utilizar o termo “sociedade de risco” e aborda a questão do desenvolvimento sustentável como central em suas teorias. “O crescimento dos riscos revela os limites da racionalidade tecnocientífica e a necessidade de uma racionalidade social e ética (...)” (LÉVESQUE, 2007, p.50). A ideia de riscos dá uma dimensão política ao campo ambiental, anteriormente considerado apolítico, trazendo uma modernização reflexiva, no sentido de que fala Giddens (1994), em que a sociedade é objeto de reflexões e questionamentos.

Lévesque (2007) acredita também que a NSE participa de um novo paradigma, relativo ao lugar dos atores na mudança social. A NSE, difere da SE de cunho marxista, pois abre espaço aos atores sociais e individuais. Deste modo a ruptura entre ciência e valor é questionada em nome da diversidade dos mundos e de repertórios. As relações entre econômico e social são redefinidas e o econômico deixa de ser somente mercantil e o social não é mais reduzido à distribuição e gastos sociais, tornando-se capital social. A NSE acredita que as novas regulações e governanças apoiam-se na sociedade civil e no engajamento cidadão. Também aborda a questão de que a forte valorização do Estado e do progresso técnico faz emergir novos valores relativos à qualidade de vida, democracia e meio ambiente.

A NSE abre espaço para o estudo de protagonistas (individuais e/ou coletivos) que constituem o mercado ou que transformam as relações sociais, modificando as esferas do exercício de poder (SARTORE, 2007).

A Nova Sociologia Econômica, então, alarga o campo tradicional, contemplando abordagens que levam em consideração as transformações ocorridas no início do século XX, como o sistema de produção e consumo, a globalização, tecnologias de informação e os riscos globais, considerando a diversidade de repertórios existentes ao levar em conta atores

individuais e sociais, explorando as inter-relações entre econômico e social, em que o social determina o econômico, levando a pensar em formas de contribuir para a construção de um desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma abordagem de análise crítica utilizada nesta pesquisa para desvendar as inter-relações existentes entre sindicalistas, ambientalistas e organizações sindicais, que auxilia a compreensão do discurso “verde” dos sindicalistas.

Em um mundo em constante transformação e ao se pensar nas modificações ocorridas na relação capital/trabalho, em que os sindicatos tornam-se espaços esvaziados de significado, os líderes sindicais, com o intuito de ganhar legitimidade para os sindicatos como instituições representativas da sociedade, vão além de seus discursos e estratégias tradicionais (salário, jornada de trabalho e etc), buscando envolver-se em temas institucionalizadas na sociedade, como racismo, gênero, meio ambiente e outros. Pensando desta maneira vê-se que novas construções sociais são determinantes como fatores que movem os sindicalistas na elaboração de novos discursos e estratégias. Não é mais possível fixar-se em pautas tradicionais relacionadas somente as configurações trabalhistas, é preciso galgar novos rumos e estratégias indo ao encontro das transformações econômicas, sociais, tecnológicas e ambientais globais. O discurso e a inserção de sindicalistas em novos espaços sociais em que se encontra os atores que tratam do tema da sustentabilidade e/ou desenvolvimento sustentável, pode se tratar de novas estratégias sindicais que buscam por garantir sua representatividade na sociedade. A CUT Nacional, como maior central sindical e na figura de seus líderes sindicais parece estar na liderança desse novo modo de pensar a elaboração e importância de novas pautas sindicais. Esta estratégia sindical pode configurar-se em medidas benéficas que aliem trabalho e desenvolvimento sustentável.

Na próxima sessão será apresentado um breve histórico com relação à inserção das Ciências Sociais nas discussões ambientais.

2 AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A TEMÁTICA AMBIENTAL

Os estudos que dão ênfase a relação sociedade/natureza desenvolveram-se no interior das Ciências Sociais somente a partir das décadas de 1960 e 1970, acompanhando a visibilidade que as questões ambientais tiveram no meio social, devido aos movimentos de contestação da sociedade civil, ao crescimento do industrialismo e à constatação da degradação dos recursos naturais (COSTA FERREIRA, 2004).

Nesta época não havia um corpo teórico na sociologia que tratasse do conhecimento relativo à sociedade/natureza/meio ambiente. Autores da sociologia clássica, como Marx, Weber e Durkheim apenas haviam abordado de forma tangencial a temática. Os teóricos clássicos da sociologia parecem não ter considerado o meio ambiente como um conceito que merecesse um estudo mais aprofundado em suas formulações. Como observam Alonso e Costa (2002) talvez as principais teorias das Ciências Sociais tenham separado sociedade e natureza procurando demarcar um campo de estudo.

Autores da área da Sociologia Ambiental como Hannigan (1997) e Buttel (1992) dão algumas explicações para o fato dos sociólogos clássicos não levarem em consideração as questões ambientais em seus estudos. O primeiro acredita que se deve ao pensamento vigente à época, dando-se maior importância às teorias da modernização. As preocupações ambientais, desta forma, seriam vistas como obstáculo ao desenvolvimento. Apesar de alguns teóricos se posicionarem contrários ao desenvolvimentismo, como os marxistas, estes tendiam a ver a problemática ambiental como uma temática desviante das questões centrais. O segundo acreditava que a necessidade de legitimação das ciências sociais exigia um afastamento das simplificações advindas do determinismo biológico e geográfico, uma vez que os estudos sociológicos haviam sido influenciados pelas ciências naturais (COSTA FERREIRA, 2004).

De qualquer modo o pouco interesse pelo tema até os dias atuais pode ser visto como crítica aos teóricos sociais, por não atentarem para as bases materiais e biofísicas da vida social (CERVEIRA FILHO, 2012)

A partir dos anos 1960 a problemática ambiental começou a ganhar importância na sociologia, devido à relevância e abrangência da temática, a qual passou a fazer parte das agendas governamentais, movimentos sociais, setores empresariais e organismos internacionais. A Sociologia Ambiental então ganha importância ao estudar as divergências e conflitos sobre os diferentes usos da natureza (ambiente natural e/ou construído), “e as causas

e a extensão dos problemas ambientais e os diversos atores envolvidos” (COSTA FERREIRA, 2004, p.78).

Nos Estados Unidos e Europa a produção intelectual em torno das questões ambientais abordava a problemática de uma perspectiva mais radical. O período que vai dos anos 60 até meados dos anos 80 foram influenciados pelo clima cultural do início dos anos 60, “ (...) os novos movimentos sociais, a contra-cultura, a crítica radical ao industrialismo e ao armamentismo marcaram uma mudança drástica no clima cultural e universitário em várias partes do planeta, inclusive nos Estados Unidos, acentuando a necessidade de se investigar a problemática ambiental” (COSTA FERREIRA, 2004, p.81).

Martins (2004) afirma que no interior dos movimentos sociais de contracultura, contrários às normas institucionalizadas, chegaram a existir correntes que tinham por princípio obedecer somente às leis da natureza. Movimentos ambientalistas da época relacionam-se também ao desenvolvimento da temática na sociologia, devido principalmente a estudos que tinham interesse nesses movimentos (CERVEIRA FILHO, 2012). Além disso, fatores como as crises do petróleo, em 1973 e posteriormente em 1982, os acidentes químicos e nucleares ocorridos em vários países e a reação social com relação aos impactos ambientais, influenciaram na emergência de estudos no interior da sociologia (MARTINS, 2004).

Inicialmente as preocupações em torno da temática ambiental concentraram-se nas questões conservacionistas, mas ao longo dos anos foi ganhando novos contornos, de acordo com os acontecimentos da época. Nos anos 1960 as questões ambientais giraram em torno das preocupações com a contaminação resultante das produções industrial e agrícola. Já nos anos 1970 as preocupações eram direcionadas a crise energética, devido a alta do preço do petróleo (COSTA FERREIRA, 2004).

O lançamento do Relatório *Os Limites do Crescimento*, pelo Clube de Roma³, no início dos anos 1970, causou debates intensos a respeito do modelo econômico de desenvolvimento. O documento tratou-se de um alerta com relação ao esgotamento dos

³ “(...) Primeiro grupo a discutir sustentabilidade, meio ambiente e limites do desenvolvimento. (...)Em conjunto com o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), os cientistas americanos Dennis Meadows e Donella Meadows (1941-2001) e o acadêmico norueguês Jorgen Randers, membros do clube, entrariam para a História ao utilizar sistemas de informática para simular a interação do homem com o meio ambiente, levando em consideração o número de habitantes e o esgotamento de recursos naturais. A conclusão do estudo: se a população mundial continuasse a consumir como na época, por consequência da industrialização, os recursos se esgotariam em menos de 100 anos. E, no mesmo ano em que a Organização das Nações Unidas realizava em Estocolmo, na Suécia, sua primeira conferência sobre o tema, em 1972, reunindo personalidades da ciência, da academia, da indústria, chefes de Estado e outros líderes, o grupo ganharia reconhecimento mundial com a publicação do relatório *Os limites do crescimento* (*The limits to growth*).” Retirado do sitio <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Meio-Ambiente/Clube-de-Roma-debate-futuro-do-planeta-ha-quatro-decadas-12080.html#.U3EluCjNrH0>, 2012.

recursos naturais e previa uma catástrofe ambiental caso o crescimento econômico se mantivesse no mesmo ritmo.

A problemática ambiental ganha maior visibilidade nas Ciências Sociais principalmente após a publicação do referido Relatório e também devido a Conferência da ONU em Estocolmo, em 1972 (CERVEIRA FILHO, 2012).

Nessa época houve um crescente número de pesquisas que abordaram temas relacionados à problemática ambiental, como as mobilizações políticas ambientalistas, produção, questões energéticas, degradação recursos naturais, questão populacional e análises das políticas ambientais e das alternativas tecnológicas (COSTA FERREIRA, 2004).

Nos Estados Unidos, o debate em torno das questões da escassez de recursos naturais não foi bem aceito, devido ao mito do crescimento ilimitado. O sonho do crescimento e prosperidade trazidos principalmente na era Reagan representou uma rejeição à temática da escassez de recursos. Este pensamento teve um impacto na produção intelectual, sofrendo um declínio no início da década de 1980 (COSTA FERREIRA, 2004).

O debate na sociedade e na academia, contudo, voltou a sua efervescência ainda nos anos 1980, devido a ocorrência de graves acidentes que envolveram contaminações tóxicas, como o de Three-Mile Island, Love Canal, Bhopla e Chernobyl. As análises em torno das questões ambientais modificaram-se, referindo-se mais aos riscos, aos problemas em nível global e a dificuldade na compreensão e prevenção dos problemas ambientais.

Em fins dos anos 1980, portanto, havia um clima favorável aos estudos ambientais no cenário internacional.

No Brasil somente em meados da década de 1980 iniciaram-se tentativas de institucionalização dos estudos científicos que abordam a relação sociedade/natureza. Apesar da resistência por parte de setores fortemente disciplinares das ciências sociais em dialogar com este conhecimento, alguns sociólogos da época trouxeram grandes contribuições por meio de seus estudos interdisciplinares. Nos dias atuais, “a sociologia ambiental, as ciências políticas do ambiente, os estudos antropológicos e populacionais sobre o tema já se encontram consolidados em várias universidades brasileiras (...)” (COSTA FERREIRA, 2004, p.85).

Autores relacionados à Sociologia Ambiental esforçam-se em resgatar a materialidade da estrutura e da vida social em busca de reflexões que auxiliem na resolução de problemas ambientais. A Sociologia Ambiental não surgiu como uma nova disciplina no interior da sociologia, apenas procurou cobrir a lacuna deixada pela teoria clássica, institucionalizando a temática (COSTA FERREIRA, 2004). O que diferencia a sociologia convencional da ambiental é que a última reconhece que não só as variáveis sociais devem ser levadas em

consideração, pois as variáveis biofísicas também afetam a estrutura social, já que os processos sociais tem uma base material subjacente (BUTTEL, 2000). A Sociologia Ambiental pode ser compreendida como o estudo de mecanismos da inter-relação entre sociedade e meio ambiente, bem como de valores culturais e crenças que motivam os indivíduos a utilizarem-se da natureza de determinadas maneiras (CERVEIRA FILHO, 2012).

Além dos estudos que conceituam o meio ambiente como sendo as bases físicas e materiais de toda a vida, a Sociologia Ambiental também abarca questões voltadas ao plano simbólico, dando ênfase a uma compreensão de como os indivíduos interpretam e reagem as condições ambientais. Teóricos da Sociologia Ambiental aproximam-se das teorias sociológicas ao reconhecerem que as estruturas sociais modificam a natureza, e que as condições ambientais constroem a natureza e condicionam processos de organização social. Esses teóricos acreditam que as sociedades tendem a persistir na agressão ao meio ambiente, mesmo com todos os sinais de esgotamentos dos recursos naturais, uma vez que os indivíduos preferem ignorar os problemas ambientais a se adaptarem a novos constrangimentos. Além disso, verificam que os problemas ambientais estão gerando conflitos, antagonismos, lutas políticas que afetam diferentemente grupos e interesses sociais (CERVEIRA FILHO, 2012).

Autores contemporâneos têm dado importantes contribuições à pesquisa socioambiental. Giddens e Beck, autores da “nova sociologia cultural” colocam questões relacionadas à degradação ambiental e aos riscos de destruição do ecossistema terrestre no cerne de suas teorias, podendo-se entender a partir destes conceitos as transformações e limites da modernidade. A chamada “crise da modernidade”, que corresponde a transformações estruturais a nível global, pode ser expressa através da emergência de questões que dizem respeito ao risco global, também representado pelas catástrofes ambientais.

Novos estudos na área passaram a enfatizar os processos sociais, políticos e culturais em que as condições ambientais são aceitáveis ou não, contribuindo para a visão de que o problema ambiental é algo socialmente construído. “Os problemas ambientais seriam similares aos demais problemas sociais e a ação dos diferentes atores seria o objeto principal de análise” (COSTA FERREIRA, 2004, p. 83).

Os estudos já consolidados no interior da Sociologia Rural também contribuíram para o desenvolvimento da área de conhecimento relativo à problemática ambiental. Os sociólogos desta área reconheceram com maior facilidade a importância da base material ou biofísica na estruturação da sociedade. Estes têm contribuído com estudos de questões ambientais, como a degradação da natureza, que afetam os povos rurais.

A Antropologia Cultural também deu sua contribuição por meio de sua vertente ecológica, além de outras áreas do conhecimento que começaram a se interessar pela problemática ambiental de modo transversal. Os temas ecológicos e ambientais passaram a ser incorporados por diversas disciplinas como a filosofia, antropologia, política, economia, extrapolando a área que anteriormente se restringia às ciências biológicas (CERVEIRA FILHO, 2012).

Inserem-se também nas discussões a respeito das questões socioambientais a Sociologia Econômica, de grande relevância para este trabalho de pesquisa. A Sociologia Econômica surge, em fins do século XIX, com o objetivo de contrapor-se ao pensamento hegemônico estabelecido pelas teorias econômicas vigentes, que não levaram em consideração a influência do meio social nas relações econômicas, posicionando-se como indiferente à cultura, à história, à sociedade e à política (RAUD-MATTEDI, 2005). Autores da economia clássica consideram esta ciência como autossuficiente, a qual pode realizar prescrições, deduções e dizer como a sociedade deve se comportar. Os economistas, então, criam crenças e representações sociais ditadas pela elite econômica vigente. A teoria que defendem é a da racionalidade do ator econômico, o qual possui total independência intelectual e que, portanto, faz suas próprias escolhas, sempre voltadas para a maximização de seus interesses. Constrói-se assim a figura do *homo economicus*.

A Sociologia Econômica é uma abordagem de análise que tem como pressuposto a ideia de que o meio social interfere nas crenças, nas motivações e nas ações do ator econômico, contrária, portanto, às ideias da economia clássica.

Apesar da ciência econômica clássica não reconhecer a dimensão social e solidária da economia esta pode ser pensada como determinante para a construção de um desenvolvimento sustentável. Contudo esse reconhecimento pressupõe um funcionamento democrático. O social e o sustentável são instâncias multidimensionais, adquirindo sentido somente a longo prazo, através de gerações. Deste modo, reconhecer estas instâncias será sempre uma construção social complexa, conforme grupos e paradigmas predominantes em cada época. É preciso que exista um “acordo entre as partes sobre o que se pode reconhecer num dado momento como valor social, inclusive os aspectos econômicos, sociais e ambientais, como propõe o desenvolvimento sustentável” (LÉVESQUE, 2007, p.58). Trata-se de uma construção política.

A economia social pressupõe também um comportamento socialmente responsável, em que não se deve deixar de levar em conta as expectativas de diversas partes envolvidas, incluindo o máximo possível de aspectos econômicos, sociais e ambientais (CAPRON, 2000).

Nela se reconhece a dimensão social, dando-se prioridade ao social sobre o capital, e levando em conta valores de solidariedade, equidade e justiça social.

A economia social fornece, portanto, alguns princípios e regras para pensar o desenvolvimento sustentável e uma economia socialmente responsável. O reconhecimento do social pressupõe tanto uma transformação do sistema de produção e consumo como também da democratização da economia e das instâncias de regulação.

Os estudos que revelam as implicações da inter-relação entre sociedade e meio ambiente tiveram uma trajetória crescente, e o debate ambiental está presente em instâncias sociais as mais diversas, desde ONGs até sindicatos. A Sociologia Econômica auxilia na compreensão dessas inter-relações uma vez que trata as questões ambientais como construções sociais, em que o meio social interfere nas motivações e ações dos atores socioeconômicos. A disciplina poderá ajudar a revelar valores, estratégias e interesses que motivam organizações a realizarem determinadas ações, carregadas de componentes simbólicos, políticos, culturais ou de relações de poder. Por meio da Sociologia Econômica pode-se verificar também que a trajetória para o desenvolvimento sustentável passa pela dimensão social e solidária da economia, que pressupõe um funcionamento democrático da economia, e a adoção da responsabilidade social. Esta última tem caráter multidimensional, e deve contemplar os aspectos econômicos, sociais e ambientais, bem como valores relacionados a solidariedade e equidade, priorizando o social em detrimento do capital.

As próximas sessões são dedicadas ao aprofundamento das questões relativas ao tema desta pesquisa: sindicalismo e meio ambiente. Primeiramente será apresentado um breve histórico da CUT e como se deu a aproximação da entidade com a temática ambiental. Após será discutido os temas ambientais prioritários para a entidade e as novas estratégias sindicais.

3 SINDICALISMO E MEIO AMBIENTE

3.1 Breve Histórico da CUT

Tendo como objeto de estudo desta pesquisa a inserção do tema ambiental na CUT, torna-se importante conhecer esta organização, seu surgimento, seus conflitos, posicionamentos e interesses.

O renascimento do movimento sindical deu-se em fins dos anos 1970, com o processo de reabertura política. Nessa época tendências sindicais procuraram unir esforços para a criação de organismos centrais que representassem os trabalhadores (RODRIGUES, 1990). Outro fator importante, que permitiu ressurgir as forças sindicais, foi o contexto de crise econômica pelo qual passava o país. A adoção de políticas restritivas, devido a pressões internacionais para o pagamento da dívida externa, fez crescer os índices de recessão, desemprego e inflação, minando o desempenho econômico do regime autoritário. O Estado perdia então seu poder em relação à política econômica e ao controle de forças sociais emergentes (CARDOSO, 1999).

A CUT surgiu neste contexto, de reaparecimento do movimento sindicalista, que conseguiu se rearticular após estar sob o jugo do regime militar autoritário. O movimento sindical organizou-se no interior das fábricas de modo sorrateiro, devido aos impedimentos dos governos autoritários, dando origem a um novo sindicalismo, que rompe com a legislação vigente e que passa a criticar a estrutura sindical que estava alicerçada no corporativismo. Trata-se de um novo ativismo sindical, não apenas circunscrito às questões trabalhistas, mas que amplia suas pautas ao lutar por princípios como democracia, liberdade e cidadania (RODRIGUES, 1997). Os precursores dessa prática, conforme afirma Iram Jacome Rodrigues (1997), foram o sindicalismo dos metalúrgicos de São Paulo do final dos anos 70, contestador, de esquerda, combatente, e a Igreja Católica, que também teve certa relevância nesse processo. Este “novo sindicalismo” consolidou-se, contudo, com o surgimento da CUT, em 1983.

A Igreja Católica influenciou o movimento sindical durante o regime autoritário por meio da transmissão de ideais de cidadania e democracia, fazendo perceber ao trabalhador sua condição de cidadão e não apenas de operário. Além disso, servia como espaço para os militantes sindicais organizarem a resistência.

A categoria metalúrgica, especialmente a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e de São Bernardo do Campo fez crescer, com seus ideais de luta e resistência ao regime, uma

nova camada de ativistas, com uma postura contestadora e que buscava romper com o corporativismo. O sindicato de São Bernardo, durante os anos 70, foi desenvolvendo um sindicalismo de massas que prezava pela solução dos problemas trabalhistas e preocupava-se com problemas de ordem geral, relacionado ao país. Este sindicalismo paradigmático de São Bernardo foi uma das fontes principais do sindicalismo da CUT, o qual rompe com os controles da estrutura corporativa vigente (RODRIGUES, 1997).

Adalberto Cardoso (1999) afirma que nos anos de transição do regime autoritário, alguns fatores foram determinantes para o sindicalismo brasileiro. O sindicalismo que despontava a partir do ABC paulista em 1978, acabou por fazer do movimento sindical “o estuário conjuntural para onde ocorreram as mais variadas formas de contestação ao regime autoritário, tornando-o elemento momentâneo de aglutinação de interesses e de estruturação de projetos alternativos da sociedade” (CARDOSO, 1999, p. 72). Além disso, conforme o autor, a estrutura sindical corporativa já existente garantia os recursos necessários (materiais, logísticos e institucionais) para uma rápida estruturação nacional da representação central dos trabalhadores.

Leôncio Rodrigues (1990), também acredita que esta acelerada reorganização do movimento sindical no país, após um período de repressão e controle governamental, se deu devido ao aproveitamento de uma estrutura sindical já existente, que apesar de controlada pelo o regime autoritário, não havia sido destruída, e acabou por servir de base para o novo sindicalismo.

Em fins dos anos 70, portanto, ainda submetido ao regime militar, os sindicatos apresentavam uma ação combativa reivindicatória por reposição salarial, e também por direitos, democracia e contrário ao autoritarismo no interior e fora das fábricas. Trata-se de pequenas lutas, no cotidiano das fábricas, mas que possibilitaram o surgimento do movimento grevista de 1978 e criam condições para o surgimento de um novo sindicalismo, preocupado com os trabalhadores no interior das empresas. O trabalhador agora fazia parte do cenário político (RODRIGUES, 1997).

Na década de 80, com o surgimento da CUT, pode-se dizer que o sindicalismo sedimentou-se em organismos de representação da classe trabalhadora, o qual obteve ganhos perceptíveis, dando visibilidade à classe trabalhadora (RODRIGUES, 1990).

A proposta de formação de uma central sindical dos trabalhadores aconteceu já na primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizada em agosto de 1981, com a participação de mais de cinco mil delegados, representantes de várias facções do sindicalismo brasileiro, das cúpulas das federações e confederações, associações de base e

sindicatos. Nesta foi decidido pela formação de uma Comissão nacional Pró-CUT, a qual deveria fazer cumprir as resoluções da Conferência e preparar um novo congresso no ano seguinte, no qual se criaria definitivamente a central única dos trabalhadores.

Apesar da certa rapidez com que o movimento sindical se reorganizou, no interior da Comissão pró-CUT e da Conferência existia posições ideológicas e estratégicas conflitantes. O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo encabeçava uma posição mais a esquerda, combativa, juntamente com opositores sindicais e representantes da esquerda radical. O grupo dos “moderados”, adeptos da denominada Unicidade Sindical, reunia dirigentes que estavam no controle de sindicatos, federações e confederações importantes, pouco engajados politicamente, além de sindicalistas de partidos comunistas. Os primeiros acusavam a ala mais moderada, majoritária na comissão pró-CUT, de nada ter feito para por em prática o plano nacional de lutas e a criação da CUT, conforme planejado na CONCLAT. Estes eram a favor de uma greve geral, a qual deveria resultar em um conjunto de reivindicações a ser apresentada ao governo, em fins de 1982. O bloco moderado opunha-se a greve e a convocação da segunda Conferência que criaria a CUT, alegando preocupação em não haver condições de realizar dois eventos, criando tensões sociais que poderiam dificultar o processo de abertura política e as eleições em 1982.

Ideologicamente, portanto, podem-se distinguir duas tendências extremas, a dos sindicalistas que prezavam pela consolidação do regime democrático e acreditavam que as lutas sociais não deveriam nesse momento colocar em risco a abertura política; e os sindicalistas que queriam transformações sociais profundas, chegando ao socialismo.

Somente em agosto de 1983, é realizada a I CONCLAT, em que se decidiu pela criação definitiva da CUT. Esta central, conforme decidido na Conferência, deveria ser “independente dos patrões, do governo, dos partidos políticos e dos credos religiosos” (RODRIGUES, 1990, p.7). Além disso, deveria defender a “(...) autonomia e a liberdade sindical, a organização por ramo de atividade produtiva e a organização por local de trabalho” (RODRIGUES, 1990, p.7). Estas resoluções acirraram as tensões entre tendências oposicionistas, uma vez que dirigentes de federações e confederações não poderiam apoiar medidas que levavam a destruição das instituições que dirigiam as federações e confederações.

No plano nacional de lutas de 1983 já se discutia reivindicações que apareceriam nos congressos da CUT, abarcando tanto questões de caráter trabalhista como políticas. As demandas trabalhistas eram por “salário-desemprego, a redução da jornada de trabalho para quarenta horas sem redução salarial, o direito de sindicalização dos funcionários, a

estabilidade no emprego, a eliminação das horas extras, a criação de comissões de trabalhadores nos locais de trabalho, etc.” (RODRIGUES, 1990, p.8). Com relação às questões reformistas trata-se de demandas por “reforma agrária radical, ampla, massiva, imediata e sob o controle dos trabalhadores rurais (...), a ocupação imediata das terras dos grileiros, das terras do Estado, dos latifúndios improdutivos ou não, e a coletivização das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais, etc.” (RODRIGUES, 1990, p.8). Caso estas reivindicações não fossem atendidas pelo governo, a CUT na figura de seus dirigentes, ameaçava organizar medidas para a realização de uma greve geral. Ainda em formação a CUT já traz grandes reivindicações e coloca o governo a prova.

O primeiro congresso da CUT ocorreu em agosto de 1984, onde foi aprovado estatuto definitivo, que viria a sofrer muitas modificações. O primeiro CONCUR avaliou que o plano de lutas previamente aprovada não foi realizado, principalmente devido a não deflagração da greve geral em 1983. Foram feitas rigorosas avaliações com relação à atuação da central, a qual teria sido descuidada com relação a greve de algumas categorias e não teria conseguido unificar trabalhadores e entidades em torno das questões importantes para a massa.

Contudo, nesse mesmo congresso, entendeu-se que o plano de lutas estaria além das capacidades reais da CUT. Apesar dessa constatação foram aprovadas medidas muito parecidas com as do I CONCLAT, reivindicações com relação a emprego, salários, reforma agrária, liberdade sindical, necessidades básicas do trabalhador (saúde, educação, transporte, etc), medidas contrárias a privatizações, defesa da população indígena, rompimento com o FMI, etc. Leôncio Rodrigues (1990) acredita que todas estas reivindicações tratam-se mais de bandeiras do que efetivamente estratégias de luta.

A proposta de uma nova estrutura sindical, em substituição a corporativa, foi o ponto alto do Congresso. Foi aprovado um conjunto de princípios para a construção de um novo modelo sindical. Este seguiria as seguintes determinações com relação a estrutura sindical: democrática (permite liberdade de expressão para as diversas tendências internas); classista e de luta (combate a colaboração de classes e políticas governamentais contrárias aos interesses dos trabalhadores); liberdade e autonomia sindical (não comprometida com governos, empresários, partidos políticos ou religião) e; organizado por ramo de produção.

Conforme observa Adalberto Moreira Cardoso (1999) na década de 1980 o projeto dos trabalhadores tinha como um de seus pilares a defesa da autonomia do sindicalismo frente ao Estado e a superação do capitalismo por meio da revolução socialista. Este era o discurso da CUT, de autonomia:

[...] em relação a qualquer interesse geral pela superação da crise e, em grande medida, incompatível com saídas negociadas, já que negava legitimidade aos agentes do capital e Estado e pregava, programaticamente, formas diretas de participação popular e sindical para a conquista de direitos e poder (CARDOSO, 1999, p. 69).

A CUT, entretanto, não poderia cumprir com o plano de lutas e com todas as prerrogativas aprovadas no Congresso, já que ainda estava em formação. Leôncio Rodrigues (1990) acredita que a criação, nas Conferências, de documentos generalistas e toda a discussão por modificações radicais, tratam-se, embora não explicitamente, da construção de uma identidade, que diferencie a central das demais e das disputas internas da própria CUT.

Se comparada às outras centrais a CUT era composta por dirigentes sindicais intelectualizados. O autor acredita que devido a esta característica de muitos dos dirigentes sindicais, prevalece nos Congressos às críticas ao capitalismo e liberalismo. Os Congressos é um dos poucos espaços em que esquerdistas radicais, muitos advindos da classe média intelectualizada e contrários ao regime autoritário, se fazem ouvir, e onde se definem as estratégias e ideologias da central. É a oportunidade esperada pelos ativistas em acuar os mais moderados, e de certa forma, desmascará-los, já que estes ocupam a maior parte dos postos nas diretorias dos sindicatos oficiais e, portanto, teriam a obrigação de fazer cumprir o plano de lutas.

As diferenças de posições no interior da CUT podem ser resumidas, de um lado por esquerdistas, liderados por intelectuais e estudantes que haviam participado da resistência ao regime e que queriam transformar a CUT em um instrumento de luta na conquista pelo socialismo. De outro lado líderes sindicais que ocupavam postos de dirigentes nas estruturas oficiais do sindicalismo e viam a CUT como um organismo de coordenação das lutas sindicais.

O II CONCUR, realizado no Rio de Janeiro, em 1986, acirrou os ideais esquerdistas, uma vez que foi aprovada uma resolução em que declarava o “socialismo como objetivo final dos trabalhadores na sua luta pela conquista do poder político” (RODRIGUES, 1990, p.12). Contudo, mesmo os esquerdistas, deixavam claro que a CUT não poderia ser confundida com um partido político, deveria manter sua liberdade com relação ao Estado e aos partidos políticos, mas fazia parte integralmente do projeto socialista ligado aos partidos políticos comprometidos com a classe trabalhadora.

Neste congresso ainda foi aprovada uma resolução de criação de uma nova estrutura sindical em substituição a estrutura corporativa, em que as confederações e federações deixariam de existir, passando a serem organizados departamentos por ramos profissionais a

nível nacional, bem como comissões sindicais de base em cada local de trabalho, as quais representariam os empregados e sindicatos.

Mais uma vez não se levou em consideração a força da estrutura sindical existente, os interesses e tradições e a resistência do empresariado e do governo. O novo modelo sindical levaria a derrocada de poderosos sindicatos oficiais da CUT, corporativistas, que tinham o apoio de parcela dos trabalhadores e de dirigentes sindicais.

O III CONCUR foi o maior em termos de número de delegados e entidades, chegando a reunir mais de seis mil sindicalistas vindos de todas as unidades da Federação. Este foi marcado pela chamada “institucionalização” da CUT. Neste congresso pode-se perceber o declínio da proporção de delegados eleitos diretamente pela base e o aumento de delegados de diretoria. Houve também um aumento da importância dos sindicatos e associações de funcionários públicos e do setor de serviços. A CUT, portanto, vinha conquistando novas diretorias, formada pela classe média, por assalariados de escritório e pelo funcionalismo público.

O que estava em debate neste Congresso era a definição do papel da CUT, se deveria ser uma entidade voltada especificamente para assuntos referentes a área trabalhista ou para a política. Os ânimos estavam acirrados desde o último Congresso, a Articulação, de tendência moderada, havia sido submetida a forte pressão. Contudo, no III CONCUR, pode contar com o apoio da maioria dos delegados, obtendo a maioria dos votos e garantindo representantes na executiva nacional e na direção nacional.

Uma das medidas da Articulação foi o de alterar o estatuto da CUT instituindo medidas que garantiriam seu predomínio nos futuros congressos da entidade, atitude contestada pelos ativistas.

Tanto os esquerdistas como os moderados encontram fundamentos em sua defesa e são coerentes com suas concepções sindicais, mas divergem politicamente e ideologicamente com relação ao papel que a central deve desempenhar. Os opositoristas acusam os mais moderados de oportunistas, autoritários e burocráticos. Os moderados acusam seus rivais de utópicos, irresponsáveis, sectários e vanguardistas. Cada qual defende seu ponto de vista. A tendência majoritária que quer manter o *status quo* precisa aceitar os parâmetros da economia de mercado, já os opositoristas querendo mudanças no país, vê na CUT uma entidade que pode lutar contra o capitalismo.

No plano ideológico, contudo, em alguns momentos, pode parecer não existir profundas divergências entre as tendências. A Articulação diz rejeitar a social democracia, e chega a defender o socialismo como meta histórica da classe trabalhadora. Os ativistas

rejeitam a acusação de vanguardismo e declara que a CUT não deve ser confundida com um partido político.

Na realidade o que parece existir é um artificialismo tanto das propostas esquerdistas quanto da Articulação (RODRIGUES, 1990).

Os sindicatos que integram a CUT vêm da estrutura oficial corporativista do passado. Mesmo as facções mais radicais e críticas ao corporativismo atuam no interior desta estrutura, e apesar de sofrerem algumas restrições se beneficiam das vantagens garantidas pela legislação. A luta dos esquerdistas é pela conquista de postos na diretoria dos sindicatos oficiais, e não em construir organizações paralelas ou autônomas. Percebe-se então que, mesmo com toda retórica combativa de esquerda, acabam trabalhando para garantir a mesma estrutura corporativa já existente.

A facção majoritária, apesar da retórica de um sindicalismo classista, democrático de luta e pela base, suas ações demonstram a tendência para a social democracia, “tendendo fazer a CUT uma central voltada para a obtenção de vantagens econômicas e políticas no interior de uma economia de mercado” (RODRIGUES, 1990, p. 24-25). Os projetos defendidos por ambos os lados estão assentados na estrutura sindical que todas as tendências rejeitam. O autor acredita que o projeto da CUT em deixar de ser uma estrutura corporativista só poderá ocorrer quando o sindicalismo brasileiro conseguir impor-se perante o empresariado e governo e se manter por meio de filiações voluntárias.

Adalberto Cardoso (1999) concorda que havia discordâncias internas na CUT, contudo afirma que o discurso da central que vinha a público era de certa forma unitário, propagando a “reforma na estrutura sindical, uma ideologia socialista difusa mas francamente contestatória da ordem vigente, retaliação no mercado de trabalho por meio de movimentos coletivos de toda sorte e liberdade de organização por locais de trabalho” (CARDOSO, 1999, p. 90). Iram Jacome Rodrigues (1997) afirma que a força da CUT se construiu a partir dos setores sindicais mais combativos do movimento de contestação, e que se estruturou com a organização no interior das empresas. A estratégia cutista de trazer o conflito para a mesa de negociação mostrou-se mais consistente e em consonância com essa realidade.

A CUT teve grande representatividade durante os anos 80, tendo mesmo poder de veto com relação a políticas desfavoráveis aos trabalhadores. A fragmentação, que diminuía a representatividade e o poder de luta das centrais, discutida por muitos autores, não teve tanto peso ao se pensar nas conquistas relevantes da central nesta década. A CUT demonstrou sua capacidade de intervenção organizada na vida social por meio das greves que produziram resultados para além do esperado no mercado de trabalho, como aumento de salários, garantia

de emprego, etc . Apesar de não associar-se a partidos políticos, a CUT demonstrou seu poder político, ao derrotar políticas salariais, relevantes na política econômica do Estado. O sindicalismo dito por muitos autores como não representativo ou inócuo politicamente realizou greves gerais cada vez mais inclusivas e vitoriosas entre julho de 1983 e março de 1989 (CARDOSO, 1999).

Contudo a conjuntura crítica pelo qual passava o país acabou por configurar o que autor chama de sindicalismo pragmático. A crise econômica, a falência do Estado e da máquina pública, e na ausência de uma coordenação, os custos da crise recaíram sob a parcela mais fraca do mercado. Apesar do poder de veto da CUT contra políticas públicas estatais, esta não era capaz de reter as forças do mercado com relação à inflação que minava o poder de compra dos trabalhadores e a qualidade de vida da população. O autor argumenta que o sindicalismo que desenvolveu o poder de veto não foi o pragmático, mas sim aquele que dispunha de representatividade, o sindicalismo cutista. O sindicalismo pragmático aproveitando-se do contexto de crise, afirmou a convergência de interesses entre capital, trabalho e Estado, com a finalidade de manejo da crise. Dizia-se representar realmente os trabalhadores, aqueles já cansados de ideologias que não garantem seu sustento. Abriu-se espaço para a interlocução entre o sindicalismo e as elites dominantes, empresariais e estatais (CARDOSO, 1999).

Na década de 90 houve uma mudança de postura da CUT, que passou a promover um sindicalismo defensivo. As transformações no mercado de trabalho mudariam de forma determinante a ação das organizações sindicais.

Em um contexto de crise econômica desencadeada desde os anos 70, os governos Fernando Collor de Melo (1990-1992) e posteriormente Fernando Henrique Cardoso (1994-2000) adotaram políticas neoliberais, ou seja, políticas do Estado que atenderam aos interesses capitalistas, por meio do endividamento, da especulação financeira, de investimentos para atrair financiadores e a redução de gastos públicos com serviços sociais. Este modelo de desenvolvimento exigiu que o sindicalismo modificasse seu modo de ação, suas pautas e estratégias, uma vez que o as relações trabalhistas sofreram grandes transformações.

Muitas foram às medidas adotadas por Fernando Henrique Cardoso visando a implantação de um modelo neoliberal, com a finalidade de superação da crise. A flexibilização na legislação trabalhista, que levou a precarização do trabalho, e o mercado aberto aos produtos estrangeiros, resultaria em redução da atividade produtiva e aumento do desemprego. Postos de trabalhos seriam substituídos por máquinas, devido a importação com

a abertura dos mercados. Isto fez diminuir o setor industrial e o trabalho produtivo, que passava a concentrar-se em formas de trabalho improdutivas, na prestação de serviços. Além disso, o Estado reduziu seus gastos sociais, diminuindo a capacidade dos serviços públicos, o qual deveria ser tratado como negócio, aberto a exploração por empresas privadas.

Esta política de desenvolvimento resultaria em aumento de competitividade e a escassez de emprego, gerando a diminuição da solidariedade entre os trabalhadores e de identidades coletivas, e colocava-os em posição de defensiva, acuados devido ao medo da perda do emprego. Estes fatores dificultavam qualquer tipo de organização coletiva, em detrimento da realização de greves ou de demais reivindicações. As poucas tentativas de greves realizadas, como a dos petroleiros, em 1995, foram refreadas fortemente por meio da cassação de direitos sindicais, intimidações nos locais de trabalho e repressão do Estado.

As políticas neoliberais adotadas pelo governo viriam a diminuir a capacidade de representação sindical. As modificações nas relações de trabalho (terceirizações, contratos precários, autônomos, não assalariados), o desemprego, a heterogeneidade da massa trabalhadora, que não mais se concentrava no setor industrial, levando a diversificação das necessidades e interesses dos trabalhadores, são fatores que minaram a capacidade de mobilização da CUT, e o sindicalismo então desorganizado passou a tomar uma posição defensiva. Conforme Antunes (2006) o aumento da diversidade de trabalhadores, estáveis, precários e parciais, reduzia fortemente o poder dos sindicatos, que historicamente estavam acostumados a lidar com o operariado industrial.

Somado ao contexto desfavorável, o governo de FHC também fez reduzir a capacidade de atuação política da CUT. Esta, se posicionando contrária aos governos neoliberais da década de 90, viu reduzidas suas ações políticas, uma vez que a tática governamental era refrear o máximo possível a participação do sindicalismo nas esferas de poder institucional. O governo passou a não reconhecer a legitimidade das entidades ligadas a central como interlocutores dos trabalhadores, não negociando com sindicalistas.

A CUT querendo conquistar sua representatividade abalada, busca por ações alternativas, adquirindo um perfil cada vez mais institucional e participativo, inserindo-se em espaços sociais como conselhos, comissões, fóruns, etc. (VERAS, 2002). O sindicalismo cutista, portanto, adota novas estratégias, de ampliação de sua participação em espaços institucionais. Esta nova diretriz da central revela um sentido próprio de democracia, ao concorrer com outras formas de representatividade. Também não se trata apenas em representar os interesses dos trabalhadores, mas de toda a sociedade. A participação da central nesses espaços pode ser visto como uma oportunidade democrática, ao fazer parte da gestão

pública, pode interferir em negociações em que se concilie democracia e cidadania (OLIVEIRA, 1997).

Esta nova estratégia da CUT aprofunda o caráter institucionalizado da central, e sua influencia nas políticas públicas, nos rumos do desenvolvimento e das empresas, como uma medida também compensatória das perdas ocasionadas pela reestruturação produtiva e políticas neoliberais (VERAS, 2002). Um exemplo dado pelo autor é o da participação da central nas câmaras setoriais.

A participação da central em espaços institucionais está respaldada pela Constituinte de 1988, a qual, sob o aspecto de cidadania, confere aos sindicatos a permissão na participação de conselhos, além do reconhecimento de serem os representantes dos trabalhadores. A Constituição confere legitimidade não somente as organizações sindicais, mas abre possibilidades para diversas entidades não governamentais, associações, e etc., inserirem-se nos assuntos governamentais (VERAS, 2002). Se de um lado o sindicalismo era retirado da cena política, de outro se inseria nas discussões econômicas por meio de arranjos produtivos (ANTUNES, 2006).

A estratégia de institucionalização e participação ampliada da CUT continuou a vigorar e teve seu ponto alto quando o licenciado presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC ganha as eleições em 2002. A relação entre a central e o PT era estreita, a primeira foi uma importante base de apoio ao partido, capitaneando votos dos trabalhadores descontentes com a política neoliberal que minava a qualidade de vida dos trabalhadores.

As mudanças de diretrizes do PT e da CUT aconteceram de modo simétrico, o discurso não mais tinha o tom de revolucionário, mas a imagem que se queria construir era a de respeito a democracia, às leis e à propriedade privada, ou seja, a adoção de ações pragmáticas. “Quando o PT ganhou as eleições presidências (...), a CUT, além das Câmaras , já estava inserida em uma série de conselhos como do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) (...)” (CARVALHO, 2012, p.123)

Durante o governo Lula abriu-se para a CUT um leque de possibilidades com relação a participação em espaços públicos, a qual apresentava-se como principal representante dos trabalhadores perante a sociedade. Além disso, o número de greves realizadas foram pequenas, se comparadas a década de 1980, demonstrando uma mudança conjuntural entre sindicato e governo. Ao observar a trajetória da CUT pode-se perceber essa mudança, uma vez que a tendência dominante à acomodação política se aprofundou, ao mesmo tempo que acirraram-se os conflitos no interior da entidade (BOITO, 1991).

3.2 Aproximação do Sindicalismo às Discussões Ambientais

A participação dos movimentos sindicais em causas socioambientais iniciou-se na década de 1980. Os trabalhadores urbanos mobilizavam-se com questões relacionadas à saúde do trabalhador, como a poluição e contaminações, causadas pelo processo produtivo, que ocorriam próxima das suas moradias, já que muitos se estabeleciam na região onde foram instaladas as indústrias, além de situações de trabalhos insalubres, de injustiça social, pobreza e racismo ambiental. Os trabalhadores do campo também estiveram envolvidos com causas ambientais nos anos 80, principalmente os pequenos produtores sujeitos a um modelo de desenvolvimento exclusivista dos grandes latifúndios e a degradação ambiental. Além disso, uma grande luta foi travada por sindicalistas ligados à figura de Chico Mendes⁴ em prol das reivindicações dos chamados povos da floresta e sua luta pelas reservas extrativistas.

Nesta época também os movimentos ambientais começaram a se interessar por questões de cunho social, ganhando contornos diferenciados. Alguns desses movimentos deixaram de interessarem-se somente por causas estritamente ligadas a processos biofísicos, passando a incorporar questões relacionadas a direitos humanos, justiça social, pobreza, racismo, e outras ligadas a processos sociais.

Ficou claro aos movimentos ambientais a correlação que existe entre desigualdade social e ambiental ao verificar os indicadores de pobreza e sua relação com doenças, devido a falta de saneamento básico, ao despejo de resíduos poluentes ou emissões líquidas e gasosas de origem industrial e a postos de trabalho em situação de risco. As evidências de que a população empobrecida está mais exposta aos riscos devido à localização de suas residências e a empregos insalubres que não garantem a proteção adequada, tornou claro a uma parcela dos movimentos ambientais que era necessário a incorporação de aspectos sociais na luta pela preservação ambiental, uma vez que a pobreza e a degradação ambiental tem uma mesma origem: o modelo de desenvolvimento econômico.

Algumas ideias que circulavam na época a respeito da existência da desigualdade e justiça ambiental eram a respeito de políticas públicas equivocadas, baseada na premissa de que o respeito à legislação ambiental reduziria os postos de trabalho e riqueza. Esta falsa

⁴ Nascido em 15 de dezembro de 1944 no município de Xapuri, estado do Acre. Teve uma trajetória política e social rica e intensa. Iniciou sua luta organizando atos de desobediência dos seringueiros contra os patrões. Participou da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) em 1975 e do STR em Xapuri, em 1977, ocupando o cargo de presidente até sua morte. Participou da fundação da CUT, tendo sido o primeiro presidente eleito da CUT estadual no Acre. Liderou em 1985 as articulações que resultaram na criação do Conselho nacional dos Seringueiros (CSN). Foi eleito vereador pelo MDB e assumiu junto a outros sindicalistas a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre. Foi assassinado em dezembro de 1988. (<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1391/1373>)

premissa resultaria na omissão das autoridades com relação às leis, e na diminuição de impostos, para atrair empresas, dando origem a ameaças como a falta de empregos, obrigando aos trabalhadores sujeitarem-se a postos de trabalho insalubres. As indústrias poluidoras puderam então explorar os trabalhadores, principalmente os de países pouco desenvolvidos como os latinos, africanos e asiáticos. Outra ideia discutida na época era de que a desigualdade ambiental estaria ligada a políticas desenvolvidas a partir de um contexto de globalização e que permitiram o transporte de resíduos tóxicos de nações desenvolvidas para países pobres (BULLARD, 2004).

Outro fator de crítica compartilhado por movimentos sociais e ambientais era o fato de que governos e empresas, ao pensarem em soluções para os problemas ambientais, apresentam o discurso da “modernização ecológica”. Trata-se da ideia de sanar desperdícios, de promover ganhos de eficiência e abrir novos mercados, utilizando-se de tecnologias “limpas”, as quais resolveriam todos os problemas relativos a degradação dos recursos naturais (ACSELRAD, 1999). Este discurso, de promoção do mercado como entidade que resolveria os problemas socioambientais, é desacreditado por muitos movimentos ambientais e sociais, dentre eles movimentos ligados a CUT. A central, em 2000, em conjunto com o Ibase, e com Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), publicou em três volumes os livros intitulados “Sindicalismo e Justiça Ambiental”. O intuito da publicação era “estimular a discussão sobre a responsabilidade e o papel dos trabalhadores e das suas entidades representativas, na defesa de um meio ambiente urbano sustentável e com qualidade de vida acessível a todos os seus moradores” (HERCULANO, 2008, p. 7-8), levando em conta a crítica ao modelo dominante de desenvolvimento que leva a injustiça ambiental.

A respeito da ideia de “justiça ambiental” se deu inicialmente nos Estados Unidos, na década de 80, onde se desenvolveu um movimento como consequência da articulação de movimentos de cunho social, ambiental, de direitos civis e territoriais, que já acumulavam discussões em anos anteriores. Nos anos 60 e 70 já existia, nos Estados Unidos, movimentos em defesa de questões socioambientais. As mobilizações contra contaminação química de locais de moradia e de trabalho, contra o depósito indevido de lixo tóxico e o saneamento básico precário, ocorriam já nos anos 60. Nos anos 70 os sindicatos, ambientalistas e minorias étnicas se organizavam para colocar em suas dinâmicas de luta as questões ambientais urbanas. Além disso, estudos apontavam a distribuição desigual da poluição segundo a raça das populações, indicando o “racismo ambiental”.

O movimento de justiça ambiental teve sua concretização em 1982, a partir de uma experiência de luta local, ocorrido na Carolina do Norte. Descobriu-se que Afton foi escolhido como localização para um depósito de material tóxico que contaminaria o abastecimento de água da região. Os protestos foram maciços, tratava-se de uma região de maioria negra. O movimento culminou elevando a justiça ambiental à condição de questão central na luta pelos direitos civis. Estreitaram-se as convergências entre o movimento dos direitos civis e ambientais, e a desigualdade ambiental entrou na agenda dos tradicionais movimentos ambientalistas.

Em fins dos anos 80 iniciou-se uma discussão mais intensa entre as organizações de base a respeito das correlações entre raça, pobreza e poluição. Iniciam-se pesquisas a respeito da ligação entre problemas ambientais e injustiça social, e procurou-se elaborar instrumentos para avaliar a “equidade” ambiental, introduzindo variáveis sociais nos estudos de avaliação de impactos. Tratou-se de uma pesquisa participativa, em que os grupos sociais como trabalhadores, grupos étnicos e comunidades de moradores, que sofriam desigualdades ambientais, dariam sua contribuição como coprodutores do conhecimento, ao serem vistos como parte importante na elaboração de políticas ambientais não discriminatórias. Deu-se, então, uma integração entre os processos sociais e biofísicos viabilizando uma análise mais apropriada dos problemas ambientais.

Também na década de 90, um grupo de trabalho designado para estudar o risco ambiental em localidades de baixa renda, concluiu não ter dados suficientes e sugeriu a participação das comunidades nos processos que decidiriam por políticas ambientais (ACSELRAD, 1999).

Na “I Cúpula Nacional de Lideranças Ambientistas de Povos de Cor”, em 1991, foram aprovados “17 Princípios da Justiça Ambiental”, consolidando assim o movimento de justiça ambiental como uma rede multicultural, incorporando a pauta de várias minorias, como comunidades latinas, ameríndias, afroamericanas e asioamericanas, e também internacional “articulando entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores, igrejas e intelectuais no enfrentamento do racismo ambiental (...), buscando fundir direitos civis e preocupações ambientais em uma mesma agenda (...)” (ACSELRAD, 1999, p.4).

A partir desse encontro ampliou-se a noção de justiça ambiental para temas como saúde, transporte, uso do solo, saneamento, segurança no trabalho, moradias e principalmente a participação da comunidade nas decisões referentes às políticas públicas (PACHECO, S/D).

Esta ideia de racismo ambiental, trazida dos Estados Unidos, faz parte dos discursos da CUT Nacional até os dias atuais. Pode-se verificar isso em entrevista realizada com a Assessora da Secretaria de Meio Ambiente da central. Vânia Viana aborda a questão do racismo ambiental na CUT e como isto está sendo discutido em conjunto com o governo. Conforme a Assessora a CUT Nacional participa do Grupo de Trabalho, promovido pelo governo federal, que discute questões relacionadas às mudanças climáticas e a pobreza. Conforme relato da Assessora:

Atualmente faço parte do GT organizado com a presidente Dilma, chamado “Clima e Pobreza”, que fala entre outras coisas sobre o racismo ambiental, da situação de negros que vivem na periferia, onde não tem árvores, praças, e tem muita poluição, e onde o desequilíbrio ambiental é maior, trazendo maior impacto ambiental (informação verbal)⁵.

A CUT, em seus discursos, parece ter incorporado esta ideia dizendo acreditar na necessidade da contribuição dos trabalhadores, e de outros grupos sociais que sofrem os impactos da injustiça ambiental, na construção do conhecimento que leve a redefinição do modelo de desenvolvimento econômico atual submetido à lógica do lucro e que destrói a natureza. Na publicação *Sindicalismo e Meio Ambiente* (1992), a Executiva da CUT já tratava deste assunto ao dizer que,

[...] na busca por um modelo de desenvolvimento o movimento sindical tem um espaço privilegiado porque organiza os trabalhadores. São os trabalhadores os portadores das experiências e conhecimentos parcializados da produção. É o movimento sindical o sujeito capaz de sintetizar essa experiência e conhecimento para a formulação de novas alternativas de sociedade, baseadas em novos modelos de desenvolvimento (PAVAN, 1992, p.4).

Ainda discutindo sobre o trabalho no interior do modelo de desenvolvimento, a central afirma ,

[...] porém, se é essa atual forma determinado por este atual modelo de desenvolvimento que está destruindo a natureza, quem melhor que os trabalhadores estará apto a redefini-lo, buscando restabelecer a equação homem/trabalho/natureza de forma a se chegar a um final feliz (PAVAN, 1992, p.4).

O movimento de Justiça Ambiental não está restrito apenas ao racismo ambiental, mas contesta o modelo de desenvolvimento global. Seus ideais estão ligados a pauta da “transição justa”, abordado constantemente pela executiva nacional da CUT. A preocupação está em um

⁵ Entrevista concedida por Viana, Vânia [março, 2014]. Entrevistador: Viviane Bassi dos Reis Marques. São Paulo, 2014. Um arquivo .mp3 (35 min.).

novo modelo de desenvolvimento, em que a luta contra a desigualdade ambiental não destrua o emprego dos trabalhadores das indústrias poluentes ou penalize as populações de países onde as transnacionais instalam fábricas poluidoras. Trata-se, portanto, de um movimento de construção de “uma resistência global às dimensões globais da reestruturação espacial da poluição” (ACSELRAD, 1999, p.4), e de organização das populações para a luta por políticas públicas que impeçam a desigualdade social e racial atrelada ao meio ambiente.

No Brasil a ideia de uma correlação entre as questões sociais e ambientais por movimentos sindicais e ambientalistas, deu-se em fins dos anos 1980. Conforme Viola (1994) os ambientalistas tem dado maior importância a questões relacionadas ao desenvolvimento, e o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se um de seus temas centrais. Isso se deu devido a vários fatores como: o agravamento da crise econômica; desenvolvimento de uma cultura política democrática em que a economia faz parte da agenda política; influencia de uma estratégia de conservação voltada para as necessidades econômicas de populações locais; disseminação do relatório produzido pela comissão Brundtland; problemas ambientais brasileiros ganharam visibilidade em fins dos anos 1980, com as queimadas na Amazônia e o assassinato de Chico Mendes; e por fim a realização da Eco 92 no país, que deu visibilidade a ideia de desenvolvimento sustentável.

O autor relata que, “(...) desde a metade dos anos 1980 tem havido um notável desenvolvimento no Brasil do sócio-ambientalismo, no qual movimentos sociais, movimentos de trabalhadores e ONGs têm incorporado preocupações ambientais às suas agendas e atividades” (VIOLA, 1994, p.176).

O socioambientalismo, segundo o autor, pode ser visto nas práticas sindicais e organizações de trabalhadores urbanos que demandam melhores condições de trabalho por meio de mudanças no modelo de desenvolvimento, no movimento entre sindicalistas e médicos em prol da saúde ocupacional; no movimento de consumidores em prol da segurança alimentar; no movimento de mulheres que conectam causas feministas a ambientais; muitos destes articulados por sindicalistas; no movimento dos seringueiros na Amazônia, na articulação entre trabalhadores e ambientalistas para a criação de reservas extrativistas; no movimento de povos indígenas; no movimento dos sem-terra com propostas de reforma agrária ecológica, no movimento das comunidades afetadas por barragens hidrelétricas; no movimentos de bairros que adotaram projetos ambientais para a redução da poluição, melhores serviços de saneamento, formação de grupos para limpeza de áreas verdes, e etc.

Conforme Viola “o sócio-ambientalismo desloca o ambientalismo brasileiro para um contato mais próximo com grupos que tem tradicionalmente atuado na defesa dos direitos

humanos, particularmente aqueles associados com sindicatos e a Igreja Católica” (VIOLA, 1994, p.177).

A relação entre meio ambiente e justiça social ganhou maior importância no Brasil com a Eco 92, por meio de novas instâncias de articulação, como o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, os quais procuraram incorporar a temática ambiental em um debate mais amplo, voltado para a busca de um novo modelo de desenvolvimento. A partir de então, esforços foram feitos para a construção de pautas comuns entre ambientalistas e o ativismo sindical, e também movimentos como os sem terra, os atingidos por barragens, movimentos comunitários de periferias, seringueiros e os indígenas (ACSELRAD, 2010).

Conforme Pacheco (s/d) muito pouco se comenta a respeito da expressão justiça ambiental, já que o termo que ficou restrito a discussão no meio acadêmico e em alguns movimentos sociais. O pioneirismo em relação à ampliação do debate sobre o tema no Brasil coube a CUT, ao Ibase, e ao IPPUR/UFRJ, com o apoio da Fundação Heinrich Boll, que fizeram esforços na divulgação do tema por meio da publicação já citada anteriormente, denominada “Sindicalismo e Justiça Ambiental”. A CUT também ajudou na concretização de um evento internacional, em 2001, que ampliou o alcance dos debates, denominado “Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania”, organizado pelo projeto Brasil Sustentável e Democrático, da FASE, em parceria com o Departamento Nacional de Meio Ambiente da CUT, com o IPPUR/UFRJ, com a Fundação Oswaldo Cruz e com o Laboratório de Cidadania, Territorialidade, Trabalho e Ambiente (LACTTA/UFF). (PACHECO, S/D). Tratou-se do primeiro evento de cunho acadêmico e político organizado no Brasil para discutir enfoques teóricos e implicações políticas em torno do tema da justiça ambiental, onde se discutiu o “histórico e avaliação de campanhas e ações de cidadania; casos de injustiça ambiental no Brasil e na América Latina; trabalho e justiça ambiental na experiência dos sindicatos; reflexão política e construção de uma agenda; proposta de parcerias e de uma coalização internacional” (HERCULANO, 2008, p. 9).

Verifica-se, portanto, que as questões socioambientais também começaram a ser discutidas pela CUT a partir da ideia vindo dos Estados Unidos de “justiça ambiental”, que traz a dimensão social a ser incorporada na problemática ambiental. Esta ideia também influenciou movimentos ambientais, que sentiram a necessidade de incluir em suas pautas questões como desigualdade social. Na prática a CUT por intermédio de seus sindicatos, desenvolveu ações que indicam a institucionalização da luta por justiça ambiental. O sociólogo Paulo Roberto Martins, que fez parte da Comissão de Meio Ambiente da CUT,

apresentou em um congresso casos envolvendo o Sindicato dos Químicos de São Paulo e o Sindicato dos Químicos do ABC, na luta contra a indústria química Neclemon e Solvey. Trata-se de ações que envolvem os trabalhadores e suas instituições representativas, os moradores do entorno das fábricas e movimentos ambientalistas (HERCULANO, 2008). Os Sindicatos dos Químicos do ABC estiveram envolvidos com denúncias contra a empresa Solvey, com relação a contaminação de trabalhadores por mercúrio metálico e também a respeito da contaminação da represa Billings. Estas ações tiveram resultados positivos, devido a acordos firmados com a empresa de melhorias no processo produtivo e investimentos na contenção vazamento e tratamento de efluentes (COSTA; FREITAS, 2004). Este mesmo sindicato também esteve envolvido em denúncias contra a empresa Petroquímica União S.A. Devido a falta de segurança com relação a contenção de acidentes químicos foi aberto um inquérito na procuradoria Geral do Trabalho contra todas as empresas desse setor.

O contexto apresentado até o momento tratou dos sindicalistas mais ligados a área urbana. Com relação ao campo, a aproximação do sindicato cutista com as questões ambientais teve seu ponto forte no desenvolvimento de um projeto de agricultura familiar. Neste a CUT propunha uma ressignificação do conceito de pequeno produtor para produtores eficientes, aqueles que “alimentam a nação”. A ideia era de um modelo alternativo às *commodities*, aproximando-se das políticas do governo (pronaf). O discurso da CUT era o de adequação as instituições já estabelecidas, com o objeto de democratizá-las.

Na década de 70, houve resistência dos segmentos sociais do campo, contrários ao processo de modernização da agricultura. Em vários locais do país, categorias de pequenos agricultores, sem-terra, atingidos por barragens, indígenas, mulheres trabalhadoras rurais, “organizaram-se para lutar contra a expropriação de seus meio de produção e encontrar alternativas para a continuação de sua reprodução social” (PICOLOTTO, 2007, p.60)

Apesar das lutas em lugares diferentes do país, os movimentos sociais rurais surgiram mais fortemente no sul do Brasil. Sindicatos desta região, no início dos anos 1980, contribuíram para a formação da CUT. O autor afirma: “O sindicalismo rural tradicional foi questionado pelas ‘oposições sindicais’ que deram origem a um ‘novo sindicalismo’ que contribuiria na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)” (PICOLOTTO, 2007, p. 61).

Com relação à formação desses movimentos, verifica-se que inicialmente “setores progressistas” das igrejas, principalmente a denominada Teologia da Libertação, tiveram papel importante na construção dos movimentos sociais. A orientação dada pelos setores eclesiais era o de permanência do agricultor no campo, e para isto, era necessário um

rompimento com os mercados capitalistas e à agroindústria, argumentando que estavam ligados ao esgotamento do modo de produção tradicional. Destas diretrizes surgiram formações eclesiais, associações agrícolas e movimentos reivindicatórios e entendeu-se “conveniente ocupar os espaços institucionais estabelecidos, o que levou os agricultores organizados a disputarem os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR)” (PICOLOTTO, 2007, p.63).

Inicialmente os movimentos que contaram com o apoio da religião, dentre eles o setor rural da CUT, assumiram identidades comuns (pobreza, trabalhador, movimento popular), com objetivo de mobilização e de luta. Contudo, no início dos anos 1990, alguns movimentos rurais e organizações sindicais começaram a se afastar, devido principalmente, a um reordenamento sindical, de articulação da CUT e Contag, que procurou fortalecer o sindicalismo cutista e o projeto de “agricultura familiar”. Outros sindicatos e movimentos sociais não apoiavam os ideais cutistas, pois tinham ideais mais combativos, lutas mais radicalizadas, afirmando que não estavam presos a estrutura oficial do sindicalismo, considerada por estes movimentos como demasiado burocrática e formalista.

Com a segmentação, a partir dos anos 1990 são criadas duas organizações de trabalhadores do campo, a seção brasileira da Via Campesina e a Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul). Estas formam dois grandes blocos que adotam estratégias diferentes, passando a contribuir para a construção de identidades coletivas. Os movimentos ligados a Via Campesina, que articula o MST, MPA, MAB, MMC, “têm priorizado o enfrentamento das instituições e da ordem estabelecida, visando privá-las de legitimidade e construir novas formas socioeconômicas descomprometidas com as atuais” (PICOLOTTO, 2007, p.63). Já os movimentos da Fetraf-Sul, que articula o sindicalismo cutista na região sul, “têm buscado contribuir para a alteração das instituições existentes, visando, fundamentalmente, democratizá-las e adequá-las às suas pretensões” (PICOLOTTO, 2007, p.63).

A Fetraf-Sul buscou afirmar a identidade de agricultor familiar ao negar a identidade de pequeno produtor, estabelecendo uma diferenciação entre a pequena produção e a agricultura familiar, que implica as diferentes concepções sobre o papel dos agricultores familiares na sociedade atual e nos projetos de futuro.

Pequena produção revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista incompleta e não desenvolvida. Ou seja, os pequenos agricultores são produtores atrasados e marginalizados no capitalismo, como são explorados fazem parte do proletariado agrícola e, portanto, são uma classe com “potencial revolucionário” para construção de uma sociedade socialista. [...]. Já a

expressão “agricultura familiar” procura designar uma forma de produção moderna e mais eficiente sob o ponto de vista econômico, social e ambiental. [...] existem diferentes concepções sobre os rumos da sociedade entre os que acreditam no papel estratégico da agricultura familiar (CASTILHOS, 2003, p. 16).

A Fetraf-Sul procurou fortalecer o segmento social da agricultura familiar, adequando-o ao modelo capitalista de produção. A construção da identidade da agricultura familiar foi uma busca por livrar-se do caráter que a CUT considerava atrasado e incompleto da noção de pequena produção. Deu-se uma ressignificação cultural da pequena agricultura, adjetivando-a como “produtora de alimentos”, “moderna” e “eficiente”.

A afirmação da “agricultura familiar” nos anos 90 deu-se devido a uma ordem de fatores: aumento da importância dos pequenos produtores no interior do sindicalismo e a reivindicação destes por um novo modelo de desenvolvimento; o conhecimento de realidades europeias por meio de intercâmbios; articulação do sindicalismo CUT/Contag e a conquista de políticas públicas específicas, como o Pronaf.

Os avanços organizativos dos movimentos e o reconhecimento institucional da categoria agricultura familiar melhorou o quadro político para a mesma. Entendeu-se que, neste período, o sindicalismo cutista poderia sair da defensiva e passar a articular seu projeto de viabilização da pequena agricultura, desde que o apresentasse segundo a nova identidade. Assim parece que se coadunaram as pretensões do movimento rural cutista com as do Estado, em torno da constituição de uma nova identidade.

Cabe destacar também que a recente valorização da produção familiar deve-se, de um lado, ao reconhecimento oficial e acadêmico desta agricultura como específica e produtora de grande parte dos alimentos consumidos no país, e de outro, ao trabalho da redescoberta dos produtos artesanais, caseiros ou colônias e orgânicos, promovido não só por setores da agricultura familiar, mas pelo Estado e a academia, e também como uma alternativa à produção de *commodities*. Este modelo de agricultura fundamenta-se na construção da oposição entre a produção de *commodities* para exportação e a produção de “alimentos” para consumo interno. Esta ideia é explicitada no lema da Fetraf: “Agricultura familiar: as mãos que alimentam a nação”. São incorporados ao discurso também elementos ecológicos, a qualidade dos alimentos, valores da diversidade, bem-estar e etc. Esta ressignificação fortaleceu politicamente este setor social e propiciou o estabelecimento de melhoras na relação com o Estado e com a sociedade.

Não se pode afirmar que este reconhecimento e a oferta de políticas públicas foi extensivo a todos os segmentos do campo. Os programas públicos e mesmo o projeto de agricultura familiar busca fortalecer o segmento social economicamente viável. Deste modo,

os mais fragilizados (agregados, boia frias, indígenas e outros), não estão entre os beneficiários das políticas de fortalecimento oferecidas pelo Estado e nem das organizações representativas da agricultura familiar.

Pode-se verificar, nesta sessão, como se deu a aproximação dos movimentos sindicais com as questões socioambientais na cidade e no campo. A CUT incorporou a ideia de justiça ambiental trazendo para seus discursos e ações, em um esforço de aliar questões de interesse dos trabalhadores a questões ambientais. No campo a CUT direcionou seus esforços para o projeto de agricultura familiar, de valorização do pequeno agricultor e adequação às políticas de investimento do governo. Alguns movimentos rurais que estavam dispostos a construir um novo modelo para o campo, sem passar pela via institucional, relacionada ao modelo capitalista, acabaram por separar-se do sindicalismo cutista.

A seguir parte-se para a apresentação dos temas prioritários, abordados nas pautas da CUT na preparação para as Conferências Eco 92 e Rio +20.

4 TEMAS CENTRAIS NA CUT: desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental

4.1 Desenvolvimento Sustentável

Ao se tratar de meio ambiente, um dos temas centrais que fazem parte dos discursos apresentados pela CUT é o desenvolvimento sustentável. Tendo como objetivo desta pesquisa a compreensão do discurso da central, por meio da comparação entre o que foi discutido na Eco 92 e na Rio +20, torna-se interessante apresentar um pequeno histórico destes temas, já que, principalmente o tema do desenvolvimento sustentável, passa necessariamente pelas duas Conferências. Procurou-se demonstrar como se deu o aparecimento das ideias de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social na sociedade, como foi ganhando importância ao longo do tempo, tornando-se pautas definitivas nas agendas sindicais e empresariais.

O debate em torno dos danos causados pelo homem ao meio ambiente ganhou visibilidade há poucas décadas na sociedade contemporânea. As discussões em torno das questões ambientais iniciaram-se na década de 1960. Apesar dos regimes políticos autoritários, do avanço da tecnologia e entusiasmo pelo crescimento desenfreado, algo pareceu eclodir nesta época, uma nova visão de mundo (LEFF, 1986).

Dá-se o surgimento de muitos movimentos que têm como objetivo a busca por novos estilos de vida e de desenvolvimento, os movimentos pacifistas, contra as guerras, holocausto, exploração e pela independência, além de movimentos de luta pela emancipação frente às desigualdades sociais e de gênero. Conforme Leff (1986), esta movimentação cria ambiente propício para o surgimento de uma consciência ambiental, ao mesmo tempo em que se percebe que promessas com relação ao desenvolvimento não foram cumpridas a contento. As percepções acerca dos limites do crescimento se propagam, toma-se conhecimento de malefícios trazidos pela lógica econômica e do círculo da degradação ambiental e pobreza a que estava submetida parte da sociedade. A perversidade do modelo de desenvolvimento pôde ser observada por meio dos problemas colocados a toda a população do planeta. Os indícios de uma crise ambiental podem ser vistos no buraco da camada de ozônio, no acúmulo de compostos de cloro-flúor-carbono na atmosfera, no efeito estufa e nas alterações climáticas, na destruição das florestas úmidas, na redução das terras agricultáveis e, especialmente, na extinção das espécies em detrimento da qualidade de vida de muitos indivíduos (ALTVATER, 1999).

Nos anos 1970 teve início as transformações no debate meio ambiente e desenvolvimento. Neste momento ganham visibilidade publicações que mostram a finitude no interior do modo de produção capitalista e seus impactos globais (JACOBI, 2005). Por meio da Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, percepções voltadas à consciência ambiental expandem-se mundialmente (LEFF, 1986). Conforme Jacobi (2005) trata-se de um momento em que a questão ambiental torna-se pública e se coloca a dimensão do meio ambiente na agenda internacional. Na Conferência de Estocolmo vão se discutir os limites da racionalidade econômica e os desafios decorrentes da degradação ambiental para o projeto civilizatório, procurando relacionar os limites do crescimento econômico aos limites físicos do planeta. A problemática ambiental surge então como uma crise do projeto civilizatório, uma vez que questiona as bases da racionalidade econômica, os valores da modernidade e as configurações das ciências, que acabaram por fracionar o conhecimento do mundo. Discute-se a necessidade de um desenvolvimento embasado na sustentabilidade ecológica e equidade social, através de novos modelos de produção e estilos de vida que levem em conta as potencialidades dos povos, e de cada região, na realização da gestão dos recursos naturais e processos produtivos. O autor relata que:

[...] o ambiente aparece como um novo potencial de desenvolvimento, com base na produtividade da sinergia conjunta do sistema ecológico dos recursos naturais, da produtividade dos sistemas tecnológicos adequados, e da produtividade cultural que tem origem na mobilização de valores conservacionistas, na criatividade social e na diversidade cultural. (LEFF, 1986, p. 2)⁶.

Contudo, após uma década da Conferência de Estocolmo, os países do terceiro mundo em crise econômica (dívida, recessão e inflação), priorizaram a recuperação do crescimento econômico. Foram implantadas políticas ditas neoliberais, contrárias aos preceitos de sustentabilidade e de gestão dos recursos naturais que são baseadas no desenvolvimento responsável. Neste momento, a implantação de medidas contrárias à preservação ambiental foi amenizada por meio da retórica do desenvolvimento sustentável, submetido à racionalidade econômica (LEFF, 1986).

⁶ Tradução livre do autor de: “*el ambiente aparece como un nuevo potencial de desarrollo, basado en la articulación sinérgica de la productividad ecológica del sistema de recursos naturales, de la productividad de sistemas tecnológicos apropiados, y de la productividad cultural que proviene de la movilización de los valores conservacionistas, de la creatividad social y de la diversidad cultural.*” (LEFF, 1986, p. 2).

Em 1987 graças a esforços da Comissão Mundial sobre meio ambiente se publica um documento denominado *Informe Bruntland*, o qual reconhecia os problemas econômicos pelos quais estavam passando os países do terceiro mundo e ao mesmo tempo buscava por um consenso entre países, povos e grupos sociais no terreno conflitivo do desenvolvimento sustentável. Cria-se, a partir destes esforços, uma definição do termo sustentabilidade “como o processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”⁷ (LEFF, 1986, p. 4). O conceito de desenvolvimento sustentável aparece com diferentes denominações, buscando-se um consenso e sua institucionalização. Tem-se como objetivo dar destaque a problemática ambiental na política internacional, fazendo com que a temática ganhe força e encontre meio adequado para conformar as decisões políticas em todos os níveis (JACOBI, 2005).

Em 1992, tomando por base o *Informe Bruntland*, os chefes de Estado foram convocados para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro. Nesta, foi aprovado um programa global para o desenvolvimento, com bases nos princípios de sustentabilidade, a denominada Agenda 21. Esta Conferência pode ser considerada como ponto culminante do:

[...] projeto de institucionalização e de um novo arranjo teórico e político em torno da problemática ambiental. A sustentabilidade transforma-se no carro-chefe do paradigma de desenvolvimento dos anos de 1990 (JACOBI, 2005, p. 236).

Em âmbito mundial, portanto, vai se configurando uma política global que procura resolver as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento. Contudo, o conceito de sustentabilidade parece não ter logrado o êxito esperado nas resoluções da problemática ambiental e social, uma vez que tem sido utilizado com diferentes interpretações, conforme os interesses envolvidos na relação de apropriação da natureza. As dificuldades em estabelecer possíveis acordos internacionais com vistas à construção de instrumentos jurídicos são muitas (LEFF, 1986).

Devido às mudanças climáticas, o aquecimento global passa a ser algo amplamente discutido a partir dos anos 1980. Reuniões internacionais foram realizadas desde então com o objetivo de buscar soluções para minimizar a emissão dos gases causadores do efeito-estufa (NISHI *et al*, 2005). O encontro de Kyoto, realizado no Japão, em 1997, pode ser considerado de grande importância devido à formulação do documento denominado “Protocolo de Kyoto”.

⁷ Tradução livre do autor: *comprometer la capacidad de atender a las generaciones futura*” (LEFF, 1986, p. 4).

Neste os países industrializados poluidores se comprometeram a reduzir suas emissões por volta de 5, 2%, em relação aos níveis de emissão realizados em 1990, até o período de 2008 a 2012 (MENEGUELO & CASTRO, 2007). O protocolo de Kyoto propõe os seguintes mecanismos: Implementação Conjunta, Comércio de Emissões e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (NISHI *et al*, 2005). Este último é o único que tem aplicabilidade no Brasil. Trata-se de atividades realizadas nos países em desenvolvimento com o objetivo de subtrair o carbono da atmosfera, recebendo certificados conhecidos como créditos de carbono, que são comercializados com países industrializados. Os objetivos dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo é reduzir a emissão dos gases do efeito-estufa e promover o desenvolvimento sustentável do país em que o projeto está implantado (MENEGUELO & CASTRO, 2007).

Os encontros internacionais relacionados ao clima iniciaram-se devido a resolução que ocorreu na Rio 92 que trata do estabelecimento da “Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima”. A partir daí, desde 1995, uma vez ao ano, vêm sendo realizando em países diferentes, a Conferência das Partes (COP). O Protocolo de Kyoto, apesar de elaborado na COP III, entra em vigor somente em 2005, na COP XI, em Montreal.

Em 2002 dá-se o Encontro da Cúpula de Johannesburg, contando com países-membros da ONU e organizações não governamentais, os quais reafirmam os compromissos estabelecidos pela Agenda 21, e são propostos planos de ação para a solução de temas como: modificações no consumo e produção, erradicação da pobreza, proteção dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável. O encontro teve também como objetivo uma,

“[...] visão compreensiva para o futuro da humanidade, que implica ideologicamente o fortalecimento de estruturas democráticas de gestão, de diálogo, cooperação, solidariedade humana entre diferentes povos, culturas, línguas e nações” (BRYAN & MOMMA, 2005, p.117).

Além disso, o encontro de Johannesburg resultou em uma proposta que estabeleceu o período de 2005 a 2014 como Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, levada a ONU a qual atribuiu a UNESCO a realização de um esboço para a efetivação do ideal de educação como fundamento do desenvolvimento sustentável (BRYAN & MOMMA, 2005).

Em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), na cidade do Rio Janeiro, teve como ponto principal o desenvolvimento sustentável, e suas dimensões sociais, econômicas e ambientais. De acordo com a resolução 64/236 de 2009

estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, ficaram estabelecidos os objetivos da Conferência, que são os de renovar os compromissos internacionais estabelecidos com relação ao desenvolvimento sustentável, avaliando as ações implementadas; e a discussão de novos desafios, tendo como temas principais a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Foi elaborado um documento de 53 páginas, acordado por 188 países, com objetivo de se buscar a cooperação internacional sobre desenvolvimento sustentável. Outros compromissos entre empresários, governos e setores da sociedade civil foram firmados com relação às necessidades relativas a energia e transporte (ONU, 2012).

A CUT, ao perceber a importância do tema do desenvolvimento sustentável para a sociedade, em um esforço de pensar a participação dos trabalhadores neste debate, incluiu na sua agenda sindical esta pauta. A central procurando se fazer presente nesta discussão, participou das duas Conferências, tanto como observadora, como na elaboração de propostas a serem levadas aos chefes de Estado, e nas discussões articuladas pela própria central nos eventos paralelos às Conferências, destinados ao debate pela sociedade civil.

4.2 Responsabilidade Socioambiental

O tema da responsabilidade socioambiental ganha importância para a CUT já que se trata do interesse da sociedade e devido as negociações com as empresas. Ao apresentar em seus discursos temas ligados ao meio ambiente como saúde do trabalhador, qualidade de vida, segurança no trabalho e benefícios sociais, está se falando de responsabilidade socioambiental. O tema ganhou importância não somente junto aos trabalhadores e sindicatos, mas também na sociedade em geral, ao se perceber que muitas indústrias utilizam-se dos recursos naturais, que é considerado patrimônio de toda humanidade, e realizam atividades que geram consequências destrutivas para o meio ambiente. Ao tomar consciência dos fatos a sociedade pode pressionar as empresas para que ofereçam a contrapartida em benefícios sociais e ambientais.

O envolvimento das empresas com as questões ambientais no Brasil teve início ao longo dos anos 2000. Neste período a temática ambiental foi incorporada às organizações produtivas (SARTORE, 2007). O conceito de responsabilidade social, já presente nas organizações, ramificou-se em sustentabilidade empresarial. Jardim (2010) acredita na possibilidade de que a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente tenha pressionado o

empresariado a inserir a ideia de sustentabilidade em suas pautas a respeito de responsabilidade social.

De acordo com Baggentoss (2010) as abordagens que relacionam as empresas ao ambiente em que estão inseridas surgiram na literatura organizacional nas últimas décadas. Esta nova concepção surge devido a manifestações sociais que refletem a preocupação com os impactos sociais e ambientais das empresas. A construção da concepção de responsabilidade socioambiental das empresas pode ser atribuída também ao processo de democratização vivido pela sociedade e pela disseminação de valores e princípios éticos (BAGGENTOSS, 2010).

O conceito de responsabilidade social ganha corpo inicialmente nos Estados Unidos, após expande-se para a Europa na década de 1960 e para o mundo, repercutindo no Brasil em meados da década de 1970.

Assis (2010) relata que após a segunda guerra mundial a discussão sobre responsabilidade social é direcionada às definições de responsabilidade empresarial junto à sociedade, através do interesse legislativo em regulamentar as corporações.

As crises econômicas, a guerra e as degradações ambientais atribuídas ao processo produtivo levaram a sociedade a pressionar as organizações que, de alguma forma, estavam ligadas a estes fatores. Pressões políticas e públicas favorecem a concepção mais concreta do conceito de responsabilidade social.

Desta forma as organizações tiveram que rever seus conceitos e a relacionarem-se de forma diferenciada com diversos públicos aos quais interagem direta ou indiretamente, os denominados *stakeholders* (clientes, fornecedores, funcionários, acionistas, comunidade, empresas terceirizadas).

A discussão a respeito da responsabilidade social acentuou-se quando do lançamento do livro de Howard Bowen, *Social Responsibilities of the Businessman (1953)*, considerado como referência no tema. Neste o autor associa as operações das organizações ao seu impacto social, bem como caracteriza a responsabilidade social como obrigação das empresas para com os objetivos e valores da sociedade. Conforme relata Assis,

Estas pressões demonstram a necessidade de se atender a demanda por ajustes de práticas empresariais às condições e necessidades sociais. Neste sentido a empresa torna-se mais responsável pela configuração e composição de seus empregados; pela escolha de seus mercados consumidores e clientes internacionais e pela defesa dos direitos humanos dentro e fora da empresa (ASSIS, 2010, p. 31).

De acordo com Capellin e Giulini (2006) a Associação dos Dirigentes Cristão de Empresas (ADCE) foi o primeiro grupo a disseminar a responsabilidade social no Brasil, através da publicação da Carta de Princípios dos Dirigentes Cristão de Empresas, em 1965. Em 1986 o Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) disseminou a política de humanização da empresa e promoção de sua relação com a sociedade. Posteriormente a Câmara do Comércio de São Paulo (Amcham) patrocinou ações voltadas para melhoria relativa das desigualdades sociais. Atualmente o instituto Ethos e o IBASE são as organizações mais expressivas que atuam na disseminação e monitoramento da responsabilidade social. Este último criou o chamado *Balanço Social*, ferramenta contábil que presta informações atualizadas, observando os reflexos das mutações patrimoniais no ambiente social e ecológico, ratificando assim a necessidade de evoluir junto aos novos conceitos que afloram na sociedade.

O *Balanço Social* permite aos agentes econômicos visualizarem suas ações em benefício dos trabalhadores, das associações e sindicatos, do governo e da cidadania. Instrumento que tem relação estreita com a responsabilidade socioambiental e capaz de agregar valor a organização, independe da obrigatoriedade de sua elaboração e publicação (ASSIS, 2010).

O compromisso social prestado pelas organizações torna-se questão de sobrevivência das mesmas, principalmente entre os anos 1980 e 1990 quando as premissas que norteavam o mundo empresarial perdem força. A ideia de que o Estado se ocuparia das necessidades sociais e de que as empresas, ao participarem do desenvolvimento, já estariam contribuindo com a economia e a sociedade, enfraqueceu-se (ASSIS, 2010). A autora afirma que o Estado ao adotar uma política de privatizações, terceirizações e redução de investimentos sociais, contribuiu para o aumento das desigualdades sociais. Neste contexto, as organizações tomaram novo posicionamento, perante as reivindicações sociais. As empresas começaram a interessar-se pelas consequências desestruturais geradas pelo modelo de desenvolvimento econômico do país, as quais também repercutiam nas organizações, por meio de pressões sociais. Passam então a incorporar em suas pautas questões de cunho social, ambiental, ético e de qualidade de vida dos trabalhadores e da comunidade.

O empresariado percebeu que somente a qualidade dos serviços e produtos não bastava para garantir a sobrevivência das organizações no mercado e na sociedade, tornando-se necessário o desenvolvimento de novas concepções e ações que as legitimem, garantindo a permanência das mesmas. A visão da organização em si mesma foi perdendo força, ao

perceberem que a empresa não está isolada, mas em interação com os demais atores do ambiente, sujeitas a influências externas. Conforme relata Assis a respeito da responsabilidade social das empresas:

Recentemente, a relevância dada aos problemas sociais e ambientais, as pressões de vários setores da sociedade e a busca pela sustentabilidade fizeram com que ações de responsabilidade social tornassem imprescindível ao contexto empresarial (...). Sendo assim, parte da sobrevivência da organização depende desse reconhecimento sobre sua atuação social. (ASSIS, 2010, p. 50)

Apesar do discurso dos empresários em prol da responsabilidade socioambiental, os sindicatos nacionais não obtêm sucesso ao tratar do tema diretamente com as empresas. Conforme o Instituto Observatório Social da CUT (2004), diferentemente dos países da Europa, os sindicatos dos países em desenvolvimento lutam por fazer cumprir minimamente as normas internacionais. Os sindicatos no Brasil enfrentam situações adversas, há pouco acesso à informação, não há o direito a participação no local de trabalho, os gerentes locais não tomam as principais decisões, e a luta acaba por se restringir as negociações pelos direitos fundamentais do trabalhador. Entretanto, após a implantação no país das empresas transnacionais, vêm ganhando força a cooperação internacional dos sindicatos e o crescimento de estruturas sindicais internacionais, como os Sindicatos Globais, a CIOSL e a ORIT (Organização Regional Interamericana de Trabalhadores as CIOSL). Por meio desta cooperação são firmados acordos marcos globais entre organizações sindicais e redes mundiais por empresa, muitas vezes envolvendo ONGs (IOS, 2004).

Internamente a CUT desenvolve um trabalho de pesquisa na área, em parceria com centros de estudos voltados ao trabalho. Isto acontece desde 1997 quando a CUT criou o Instituto do Observatório Social. O centro de estudos tem a função de gerar conhecimento para o mundo sindical e do trabalho. As pesquisas realizadas estão embasadas em temas desenvolvidos nas convenções da OIT, a respeito dos direitos fundamentais do trabalho. Dentre os temas estudados, além da responsabilidade social empresarial e meio ambiente interno e externo à empresa, estão presentes temas que passam pela questão ambiental, conforme a central afirma em seus discursos, tais como trabalho decente, saúde e segurança no trabalho, liberdade de associação e negociação coletiva (IOS, 2014)⁸.

A CUT afirma acreditar em alianças para tratar da responsabilidade social, não somente com os sindicatos internacionais, mas também com ONGs, com investidores e consumidores. Com os consumidores por serem eles responsáveis em utilizar seu poder de

compra para pressionar por padrões sustentáveis relativos à produção e ao meio ambiente. Os investidores, como os fundos de pensão, podem elaborar critérios sociais e ambientais para definir seus investimentos. Conforme discurso do IOS,

Hoje em dia, os fundos de pensão estão chamando a atenção da sociedade civil e das empresas como um dos principais investidores institucionais. Representantes dos trabalhadores, em muitos casos, têm presença nos conselhos de administração dos fundos de pensão, com influência direta nos critérios utilizados na aplicação dos recursos. O volume significativo de investimentos dessas instituições faz com que as empresas estejam atentas a seus anseios. (IOS, 2004, p. 78).

A participação da central em conselhos de fundos de pensão é algo diferente das práticas tradicionalmente esperadas por sindicalistas. A inserção em novos espaços sociais, conforme Jardim (2009), como a presença de sindicalistas em Conselhos de Fundos de Pensão, passa pela produção (e também reprodução) de conteúdos ligados à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental.

Ao tratar da responsabilidade socioambiental a CUT também leva em conta a aliança com as ONGs,

As ONGs são atores importantes no incentivo ao debate sobre o desenvolvimento sustentável e sobre a responsabilidade social empresarial. Nos últimos anos, com a retirada do Estado de funções públicas, as ONGs passaram a voltar sua atenção para grandes empresas, com o objetivo de acompanhar e monitorar ações ambientais e sociais das atividades de negócios. As empresas que dependem diretamente da reputação da marca são altamente suscetíveis a campanhas e à pressão de grupos ativistas. (IOS, 2004, p. 82)

4.3 Novas Estratégias Sindicais

Ao destacar o interesse dos sindicatos pela temática ambiental é preciso abordar o tema das novas estratégias sindicais em um novo contexto do capitalismo, sobretudo a partir da adesão dos sindicatos na administração de conselhos de cunho social e na gestão dos fundos de pensão (JARDIM, 2007). Tal como observa Rodrigues (2003) vê-se um novo momento nas relações trabalhistas e um crescimento da ação do sindicalismo brasileiro.

Esta situação não representa uma volta ao período 1970-1980, em que as greves eram frequentes, e nem o defensivismo dos anos 90, mas a uma prática que vai além das ações de mobilização tradicionais dos sindicatos, como o debate e intervenção em projetos de políticas

⁸ <http://www.observatoriosocial.org.br/site/>

públicas, sociais e ambientais, permitindo a institucionalização de novas convenções sociais no mundo do trabalho, conforme afirmam Jardim (2009) e Grün (2004).

A CUT, visando consolidar suas estratégias de intervenção em espaços institucionais, reivindica sua participação em espaços sociais democráticos, principalmente depois que o governo do PT instala-se no poder, uma vez que a central mantém relação estreita com o partido, tendo sido criada em diálogo com seus militantes. Principalmente no governo Lula a interação da central com o governo é contínua, conforme informa Grun (2005). A CUT, então, vê ampliada a possibilidade de participar de espaços institucionais com diferentes constituições, inserindo-se em “Conselhos, Comissões e Comitês, Grupos de Trabalho (GTs), Câmara, Fóruns, etc. e também nas Conferências Nacionais, que são importantes espaços de deliberação e participação destinadas a prover diretrizes para a formulação de políticas públicas em âmbito federal” (JARDIM, 2009).

Ainda segundo Jardim (2009) os interesses da CUT nesses espaços resume-se na luta pela democratização do Estado e das relações de trabalho; por controle social; pela gestão das políticas públicas e a participação em Conselhos. Para a autora, essas estratégias de luta fazem parte de um contexto em que a CUT reivindica o controle dos fundos públicos, na direção de um projeto democrático e popular.

As novas estratégias da CUT levam a uma “ressignificação dos mecanismos de participação e inserção dos trabalhadores no capitalismo, assim como chegada de novos temas, tais como responsabilidade social, questão ambiental, questão de gênero, racial, etc” (JARDIM, 2009).

Além de suas lutas tradicionais, os sindicatos tem se debruçado ultimamente na participação em Conselhos Deliberativos e Fiscais, na governança corporativa e como agente de atividades socialmente responsável, ligados a ética e a sustentabilidade.

A responsabilidade social, tal como aponta Jardim (2010) pode ser considerada como um novo mecanismo democrático, difundido via mercado financeiro, agora sendo objeto de discussão dos sindicatos. Conforme aponta Sartore (2010), a temática passa a fazer parte do funcionamento destes mercados, através da noção de sustentabilidade empresarial e da criação do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial – nas Bolsas de Valores. Nesse momento, conforme afirma a autora, quem passará a ser porta-voz da temática serão as instituições ligadas ao mercado financeiro, orientadas pela crença de que empresas que cuidam e investem em aspectos sociais e ambientais propiciam um melhor retorno financeiro. Dentre as instituições atuantes no mercado financeiro, Jardim (2010) aponta os fundos de pensão

brasileiros, investidores institucionais que movimentam vultosas somas, e que nos anos 2000 passaram a colocar em pauta a responsabilidade social nas empresas em que investem.

Considerando a presença de sindicalistas em novos espaços e novos discursos, o próximo capítulo apresenta dados empíricos da pesquisa, que indicam na mesma direção: a participação da CUT em novas lutas.

5 A QUESTÃO AMBIENTAL: DIÁLOGO COM O MATERIAL EMPÍRICO

Seguindo a sociologia reflexiva de Bourdieu, para desenhar um determinado espaço social, é necessário apresentar atores, instituições e discursos que fazem parte deste espaço. Considera-se o tema ambiental como um espaço social onde circulam atores e instituições distintos, que produzem discursos polissêmicos em torno da temática.

Lembramos que para Bourdieu, é preciso construir o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital (BOURDIEU, 1996, p. 29). Mais concretamente, é um espaço no mundo social onde atores lutam pela imposição de uma verdade, que Bourdieu chama de doxa, sobre temas distintos. O resultado dessa luta, que antes de tudo é simbólica (e por consequência política) é orientada pela posição dos atores no espaço social, cuja posição tem a ver com o capital detido por cada ator. Lembramos que cada espaço valoriza um capital específico (cultural, simbólico, econômico, social).

Nesse espaço social, sindicalistas da CUT lutam para ajudar a produzir uma verdade sobre a questão ambiental. Para tanto, fazem uso de capital social, construindo rede de relações na qual estão inseridos.

Para iniciar o desenho desse espaço social sobre questões ambientais a partir da CUT, o capítulo identifica os principais porta-vozes na Central, tanto no evento de 92, quanto no evento de 2012.

A seguir, pode-se observar o Quadro 2, que contém os nomes dos principais porta-vozes da CUT a respeito da temática ambiental no período em que se deram as Conferências Eco 92 e Rio +20, quais os temas defendidos por eles e os encaminhamentos e/ou ações realizadas.

Quadro 2 : Porta vozes da CUT na Eco 92 e Rio +20

EVENTO	PORTA VOZES	TEMAS DEFENDIDOS	ENCAMINHAMENTO
Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92)	Comissão Nacional do Meio Ambiente da CUT (CNMA)	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento sustentável • Saúde do Trabalhador • Melhores Condições de trabalho • Relação Norte/Sul • Modelo agrícola-agrário • Energia Nuclear • Comércio Internacional • Defesa dos povos das floresta/Amazônia 	Participação no Fórum Global e no Fórum Internacional de ONGs e Movimentos e Movimentos Sociais para elaboração de tratados que influenciem nos rumos da Conferência em favor de um projeto alternativo, global, democrático e popular.
	Rosiver Pavan Franco	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadania • Qualidade de vida • Regime democrático que garanta a participação e a gestão pela sociedade 	<p>Estimular participação dos trabalhadores e líderes sindicais como protagonistas sociais em defesa das questões socioambientais na busca por qualidade de vida.</p> <p>Criar Comissões nas CUTs Estaduais para subsidiar as ações da central.</p>
Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20)	Artur Henrique	<ul style="list-style-type: none"> • Empregos Verdes • Taxações sobre transações financeiras • Transição Justa • Participação em Conselhos 	<p>Participação em espaços sociais, como Conselhos, com a finalidade de intervir em políticas públicas.</p> <p>Investimentos na transição justa.</p>
	Carmen Helena Ferreira Foro	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho decente • Mudança de comportamento das empresas • Acordos entre empresas e trabalhadores • Acordos internacionais • Agroecologia • Defesa das Mulheres do campo 	<p>Alianças entre trabalhadores do campo e da cidade, produtores e consumidores em torno de um projeto comum de desenvolvimento sustentável.</p> <p>Alianças Internacionais visando o fortalecimento da CUT.</p>

Fonte: dados de pesquisa

Pode-se ver, no quadro acima, que os sindicalistas que trazem o tema do meio ambiente são ligados às questões de ampliação da agenda sindical para outros espaços. Da mesma forma, o quadro permite visualizar a polissemia dos temas, que passam pela questão do modelo do desenvolvimento, saúde do trabalhador, cidadania, democracia, empregos verdes e etc. Enfim, diversos sentidos aplicados ao conceito de ambiental.

O quadro permite indicar ainda, que a Eco 92 ganhou destaque na CUT, por meio da Comissão Nacional do Meio Ambiente, formada por sindicalistas e estudiosos no tema.

Trata-se de uma Comissão interna da CUT criada em 1991 e que teve como objetivo representar a central e levar a pauta dos trabalhadores para a discussão em eventos que estavam para realizar-se como a Convenção de Genebra, em que a CUT foi chamada a participar, e, principalmente a Eco 92. Além disso, a Comissão visou atender a setores de trabalhadores da indústria que já nesta época reivindicavam melhores condições de trabalho e de qualidade de vida relacionadas a saúde do trabalhador e a poluição, como os sindicatos ligados a mineração, energia e saneamento. A Comissão teve como meta preparar-se organizadamente para inserir as pautas trabalhistas, ligadas às questões ambientais, nos eventos mencionados, e também promover encontros regionais e nacionais com o intuito de conscientizar e sensibilizar os trabalhadores para a importância das causas ambientais que seriam levadas para a Eco 92.

Conforme Rosiver Pavan,

Porque a gente formou essa comissão? A cut tem muita presença nos setores de mineração, energia, saneamento, e tinha também a questão do evento da Eco 92 ocorrer no Brasil. Então a CUT constituiu uma comissão que tinha muita participação de pessoas estudiosas do tema, já se falava do conceito solidificado na Eco 92 de desenvolvimento sustentável e a cut buscou se organizar pra fazer uma intervenção organizada que tivesse saldo também na política da cut, na sua intervenção no cotidiano da questão ambiental.

Internamente fizemos vários encontros regionais e um nacional para não só sensibilizar, mas para nos preparamos para uma intervenção qualificada na Eco 92 (informação verbal)⁹.

A Comissão na época fazia parte da Secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT, presidida pela sindicalista Rosiver Pavan Franco. A sindicalista vem do ramo da Educação, inicialmente atrelada ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Na CUT ocupou os cargos de Suplente da Direção Nacional, entre os anos de 1986 a 1988, de Secretária da Imprensa e Divulgação, entre 1988 e 1991, e esteve a frente da

⁹ Entrevista concedida por Pavan, Rosiver [março, 2014]. Entrevistador: Viviane Bassi dos Reis Marques. São Paulo, 2014. Um arquivo .mp3 (32 min.).

Secretaria Nacional de Políticas Sociais entre 1992 e 1994. Participou também da Comissão Nacional da Seguridade Social e da Educação. Pode-se perceber que, por meio dos cargos ocupados na CUT Nacional, a sindicalista esteve muitas vezes na Diretoria Executiva da CUT. Atualmente Rosiver está no cargo de Assistente da Secretaria de Relações Internacionais da CUT Nacional.

Durante sua trajetória na CUT a sindicalista esteve envolvida com uma diversidade de temas, mas esteve a frente da Comissão Nacional de Meio Ambiente na Eco 92, podendo tratar dos temas ambientais, junto com outros membros da Comissão como estudiosos, intelectuais e sindicalistas. A publicação “Sindicalismo e Meio Ambiente” em maio de 92 ficou a cargo da CNMA, sendo Rosiver a responsável. Ao observar os discursos proferidos pela sindicalista nesta publicação e em jornal da entidade da época, “Informa CUT”, destaca-se o interesse em conscientizar os trabalhadores da importância do tema, bem como promovê-lo, ganhando adeptos entre líderes sindicais, tanto na própria CUT Nacional, como nos sindicatos nos Estados e regiões. Os temas mais frequentemente tratados pela sindicalista como cidadania, democracia, gestão social, ratifica a postura de Rosiver com relação ao interesse de inserção do tema no meio sindical e a participação dos trabalhadores, procurando despertar a ideia do trabalhador como sujeito ativo na sociedade, que pode contribuir na gestão econômica, social e ambiental do país. Além disso, em seus discursos, observa-se preocupação com a formação de alianças com ONGs e sindicatos de todo o mundo, como importantes parceiros na construção de uma sociedade melhor.

Na Rio +20 destacaram-se como porta-vozes Carmen Helena Foro e Artur Henrique. A primeira esteve a frente da Secretaria do Meio Ambiente da CUT desde seu início, participando das atividades da Rio +20. Carmen Helena Foro é paranaense, negra, mãe de seis filhos e filha de agricultores familiares. Nascida em 1966 no nordeste do Estado, iniciou cedo sua militância, aos quinze anos de idade, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde fez chegar as pautas de interesse das mulheres do campo e da floresta. Com menos de dois anos de filiação sindical assumiu a presidência do Sindicato, em 1992. Em 1996 assume a direção do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Pará (Fetagri). Na CUT Estadual assume a Secretaria das Mulheres Trabalhadoras Rurais e logo em seguida a Secretaria de Políticas Sociais. Em 2003 chega na CUT Nacional como membro da Diretoria Executiva, dando voz as mulheres do campo. Participa de atividades na Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e em 2005, assume a missão de coordenar a luta das mulheres do campo. Foi eleita para o mandato de vice-presidente nacional da CUT em 2006 a 2009, sendo a primeira mulher a assumir um cargo de presidente na central. Em 2009 é eleita,

no 10º CONCURTO, para a direção da recém-criada Secretaria de Meio Ambiente, com mandato até 2012. Atualmente foi eleita para um novo mandato como vice-presidente da CUT Nacional, e na Contag é Secretária das Mulheres, liderando e coordenando a chamada Marcha das Margaridas, movimento emancipatório das mulheres do campo e da floresta.

Na Rio +20 Carmen esteve presente nos debates realizados na Tenda Florestan Fernandes e nos fóruns, defendendo a transição de modelo econômico para um modelo sustentável e solidário. Seu discurso inclui a contribuição das mulheres para o desenvolvimento sustentável e a necessidade de políticas mais audaciosas para a produção no campo, com novas tecnologias e novos meios de produção, bem como reforma agrária e potencialização da agroecologia. Um dos assuntos tratados pela sindicalista é de que a Rio +20 deixaria um legado político, uma vez que a Conferência ocorreu em um momento de crise do modelo de produção e de consumo, e em que os governantes não teriam escolha, se não reverter a lógica econômica, social e ambiental. Para a sindicalista é um momento oportuno para dar visibilidade a plataforma da CUT, que junto com outros movimentos sociais, podem contribuir para reverter uma lógica econômica que entrou em colapso.

Carmen defende a inclusão de políticas ambientais que dialoguem com as necessidades dos trabalhadores. Acredita na cooperação mútua e envolvimento de todos os sindicatos internos e externos, sociedade (consumidores) e ONGs na construção de um projeto comum voltado para o desenvolvimento sustentável. A sindicalista defende também a participação da CUT nos mais diversos Conselhos com a finalidade de colocar a pauta dos trabalhadores para o meio ambiente.

Também Artur Henrique, presidente da CUT Nacional por dois mandatos consecutivos, atuou como porta voz da CUT na Rio +20, participando ativamente das discussões ocorridas na Tenda e em fóruns. Casado, pai de dois filhos, 53 anos, formou-se como Sociólogo pela PUC Campinas, iniciando seus estudos em 1987, quando dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo (SINERGIA). Concursado pela Força e Luz (CPFL), trabalhou como técnico Eletrônico onde se inseriu na militância sindical. Chegou na CUT Nacional em 2003, ocupando o cargo de Secretário de Organização entre 2003 a 2005, de Secretário-Geral, de 2005 a 2006, e Presidente da CUT entre 2006 a 2012. Após esse período foi eleito para Secretário Adjunto de Relações Internacionais, mas não terminou seu mandato, tendo sido convidado pelo governo Haddad a assumir o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo. Mantendo relações estreitas com o governo do PT, havia sido convidado

pelo ex-presidente para colaborar com o Instituto Lula, visando à construção de políticas de cooperação trabalhista no Continente.

Artur discursa atacando a política neoliberal, acreditando que a volta dos conservadores no poder inviabilizaria um projeto de desenvolvimento com sustentabilidade para os trabalhadores. Defende que só é possível se ter um desenvolvimento sustentável com trabalho decente, direitos garantidos (direitos humanos, laborais, de gênero, direito a água, a alimentação, a saúde e a educação) e justiça social. Assim como Carmen Foro acredita na necessidade de mudança de modelo econômico para um modelo sustentável, com bases democráticas, em que se leve em consideração a participação social e o diálogo com os trabalhadores.

Na Rio +20 Artur adotou uma postura mais combativa, defendendo punições aos países que não cumprirem com acordos determinados nas Conferências, e militou pela taxaço de transações financeiras, com a finalidade de se construir um Fundo para a Sustentabilidade, com o objetivo de financiar uma “transição justa”, por meio da qualificação dos trabalhadores para o novo modelo para que não haja desemprego, e através de investimentos em transferência de tecnologias modernas e limpas aos países em desenvolvimento.

Artur também aposta na importância em participar de Conselhos, sendo estes uma forma de controle pela sociedade, dos mais diversos assuntos de interesse da sociedade, que não podem ficar nas mãos de políticos e empresários.

A seguir discute-se os principais temas ambientais na agenda da CUT em 1992 e 2012.

5.1 Temas Ambientais Tratados pela CUT nas Conferências Eco 92 e Rio +20

Obedecendo a ordem dos acontecimentos, os temas trabalhados pela CUT na Eco 92 foram: Desenvolvimento Sustentável; Cooperação Nacional e Internacional; Cidadania e Participação dos Trabalhadores; Livre Comércio; Energia Nuclear; Política Agrária; Defesa dos Povos da Floresta e de Reservas Extrativistas; Relação Norte/Sul e Saúde do Trabalhador.

Trata-se de temas que já vinham sendo discutidos previamente a Eco 92, num esforço da central em envolver as lideranças sindicais e trabalhadores com as questões ambientais. Com a chegada da Eco 92, a central procurou preparar-se e organizar sua participação na Conferência. Desde a realização do 4º CONCUR, foram abordados alguns dos temas que seriam levados à Conferência, além da realização de encontros internos da CUT, com o

objetivo de sensibilizar sindicatos e trabalhadores para as pautas ambientais e para discutir temas e resoluções que seriam levados à Conferência.

Conforme diretoria executiva da CUT,

[...] advertimos que a discussão sobre a questão sócio-ambiental no interior das entidades sindicais não deve ser departamentalizada, ou seja, ficar restrita a uma secretaria ou departamento. Essas e outras questões ligadas ao direito do cidadão trabalhador devem ser incorporadas pelo conjunto das lideranças, pois na nossa opinião podem significar um salto qualitativo no sentido de superar a crise do sindicalismo e melhor adaptá-lo a uma nova cultura política (AVELINO, 1992, p. 12).

Conforme Mary Douglas (1998) as representações sociais dos indivíduos estão limitadas às classificações existentes nas instituições e as suas crenças, limitados à sua gama de experiências. Através do compartilhamento de normas podem ser construídas novas convenções sociais, novas verdades. O tema ambiental passa a ser uma nova convenção social no mundo do trabalho, já que não é algo tradicionalmente tratado pelos sindicatos. Observa-se o interesse da central em fazer crescer o tema aos olhos das lideranças sindicais, como uma forma de superar a crise do sindicalismo.

Durante a Conferência os temas ambientais foram tratados por meio da participação da central nos Fóruns Nacional e Internacional de ONGs, eventos paralelos à Eco 92, ocorridos no Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro, que serviram de espaço democrático para o diálogo da sociedade civil. No Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais foram elaborados e assinados tratados entre as entidades, com o objetivo de expressarem o ponto de vista da sociedade civil, influenciar as decisões na Conferência oficial, além da formação de uma rede de cooperação e informação entre seus signatários, para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos. A CUT assinou os tratados relativos às empresas transnacionais, ao comércio internacional e a energia nuclear, conforme publicação do DESEP no Informacut nº 189 (1992). Em suas publicações e resoluções a CUT revela grande importância dada a sua participação nestes Fóruns. Conforme Bargas, secretário de relações internacionais da CUT

“[...] os impasses surgidos pela recusa dos EUA de ratificar os acordos de biodiversidade e acenar com o livre comércio e os mecanismos de mercado como única solução para os problemas ambientais revelam os limites da reunião oficial. Daí a importância que poderá adquirir o Fórum Global, evento paralelo que reúne representantes da sociedade civil, técnicos, e ecologistas do mundo inteiro na definição de alternativas capazes de influir nas decisões da conferência mundial” (Bargas, p.7, 1992).

A ideia apresentada pela CUT é o de superação da instabilidade econômica social e da instalação de novos padrões de distribuição de riqueza e renda, que ofereça qualidade de vida aos trabalhadores. Isto seria alcançado por meio do combate ao projeto neoliberal, a partir de soluções globais que visariam a construção de um projeto alternativo, democrático e popular. (4º CONCURTO). O discurso da central em todas as suas publicações e resoluções dá ênfase para a importância da construção de alianças com ONGs e com sindicalistas, no plano nacional e internacional, e na construção de um projeto de desenvolvimento gerido pela sociedade.

Conforme discurso da executiva da CUT,

[...] ressaltamos a importância dos sindicatos elaborarem documentos e ações conjuntas com outras entidades, pois além de romper com o corporativismo, que as vezes vicia as ações sindicais, garantem uma maior representatividade à iniciativa, efetivando o diálogo horizontal entre diversas entidades (AVELINO, 1992, p. 12).

Ao procurar por alianças e por engajar-se em novos espaços, não tão comuns aos sindicatos, como fóruns de ONGs ambientalistas, a central busca por ganhar maior representatividade. Conforme Bourdieu (1996) cada ator social possui posições diferenciadas em um espaço social, em luta pela imposição da doxa. A CUT luta pela imposição de suas pautas ambientais como verdades, por meio das alianças, ganhando deste modo, maior representatividade no interior do espaço social relacionado aos temas ambientais.

O principal tema abordado em todos os encontros preparatórios da central para a Eco 92 é o do modelo de desenvolvimento sustentável, é o fio condutor que perpassa os demais temas das pautas da CUT. Conforme discurso da central, os problemas socioambientais enfrentados no campo e na cidade são consequências do modelo de desenvolvimento atual neoliberal que gera desigualdade social e degradação dos recursos naturais.

A apresentação do tema pela central gira em torno da ideia de que o trabalhador é o centro da relação homem/natureza, uma vez que o trabalho é a atividade humana que transforma a natureza para garantir a sobrevivência e a reprodução da espécie humana. Contudo, o trabalhador, inserido neste modelo econômico, transforma tudo em mercadoria, submetido à lógica do lucro. Este processo traz consequências desastrosas para a natureza e para a espécie humana. O trabalhador perde em qualidade de vida em vários sentidos, já que se trata de um modelo econômico que gera a exclusão social e pobreza, comprometendo os direitos básicos da população, como saneamento básico, moradia, educação, trabalho e outros. Além disso, trata-se de um processo que afeta, muitas vezes, a saúde dos trabalhadores, devido às condições de trabalho insalubres, ao processo de produção que utiliza materiais

tóxicos e/ou tecnologias obsoletas, e que por meio do escape de gases causam intoxicações e doenças, além da degradação do meio ambiente ao serem despejados resíduos tóxicos do processo produtivo sem nenhum tratamento em áreas de nascentes e rios (PAVAN, 1992).

A CUT afirma que a relação entre trabalho e meio ambiente é estreita, ao transformar os recursos naturais em produtos, é ele que está apto a transformar e redefinir a relação homem/trabalho/ natureza, por meio da construção de um modelo alternativo de sociedade socialmente justa e ecologicamente correta. O argumento é o de que o movimento sindical tem um espaço privilegiado na construção de um modelo sustentável, não só porque organiza os trabalhadores, mas também porque os mesmos são portadores de experiências e conhecimentos do processo produtivo, podendo utilizar estes artifícios para a formulação de um novo projeto para a sociedade. A central defende um modelo ecologicamente sustentável, mas principalmente socialmente justo e politicamente democrático, baseado em regimes que garantam a gestão pela sociedade civil.

Rosiver Pavan, afirma a importância em estimular o trabalhador a ampliar sua visão, para que não fique limitada somente a venda da força de trabalho, focado somente nas negociações que envolvem salário, emprego e renda. Trata-se de fazer enxergar a importância de questões como a cidadania e o papel do movimento social como sujeito social. Ao discursar a respeito do papel do trabalhadores Pavan afirma que deve-se,

[...] portanto, articular a sua prática reativa/reivindicativa a postura afirmativa/propositiva, assumindo sua responsabilidade de apresentar propostas, junto com outros setores da sociedade, para a superação de problemas socioambientais” (PAVAN, 1992, p. 4).

Afirma ainda que

[...] dentro desta perspectiva cabe ao trabalhador cidadão ampliar as ações nos locais de trabalho, com a comissão na região, com as ONGs no país e no mundo.” (...) “assim o trabalhador/cidadão que participa das decisões sócio-econômicas e políticas do país poderá ser sujeito na definição do que produzir, como, para quem, onde, quanto, de forma a garantir a sobrevivência da vida na Terra” (PAVAN, 1992, p. 4).

Na esteira de um novo projeto voltado para o desenvolvimento sustentável os temas imediatamente interligados a este, apresentados nos discursos da central, são a relação Norte/Sul, as Empresas Transnacionais, o Comércio Internacional e a Energia Nuclear.

A relação Norte/Sul trata-se da crítica de como está estruturada a divisão internacional do trabalho, em que os países do sul exportadores de matéria prima, marginalizados, recebem

dos países do norte indústrias poluidoras, as transnacionais, que utilizam tecnologias impróprias causando problemas ao meio ambiente, às populações e a saúde do trabalhador.

Com relação ao tema do comércio internacional a central faz uma crítica de que o comércio deveria servir ao bem estar da sociedade e não se limitar as leis do mercado e do lucro.

Ao tratar do tema da energia nuclear, a central relaciona a crítica ao programa nuclear brasileiro. Conforme publicação a central afirma que além das demissões em massa de trabalhadores do setor nuclear, devido às mazelas do programa, foi descoberto depósitos de rejeitos radioativos gerados no processo produtivo de empresas desse setor, contaminando pessoas e o meio ambiente. O problema para a central estaria na condução da política nuclear brasileira voltado para o fornecimento de energia nuclear para fins militares. Conforme publicação da CUT,

[...] a subserviência as CNEN aos programas militares desviou-a de seus objetivos de fiscalização e contribuiu para que o Brasil fosse o palco do segundo maior acidente radiotivo do planeta, quando 18 gramas de Césio 137 foram abandonados em um terreno baldio de Gôiania, matando quatro pessoas e contaminando pelo menos outras 700 (PAVAN, 1992, p.16).

A central diz defender os princípios da geração de energia nuclear apenas para fins pacíficos e sob o controle da sociedade.

Outro tema debatido pela central, na Eco 92, é a questão agrária. A CUT defende um novo modelo sustentável para a agricultura. Discute a importância de temas como a reforma agrária, o combate a violência no campo, a implantação de reservas extrativistas na Amazônia e a demarcação de terras indígenas. A central também considera importante o estabelecimento de relações com outros movimentos sociais do campo, como os sem-terra, os atingidos por barragens, e outros.

Para a central o modelo econômico fez trabalhadores marginalizados na cidade e no campo. A central acredita que com a modernização agrícola e a substituição dos latifúndios por grandes empresas rurais, as chamadas transnacionais voltadas ao capital externo, os trabalhadores foram expulsos do campo, aumentando a concentração fundiária, o que acabou por gerar a miséria social e a degradação ambiental, além dos processos caóticos de urbanização e industrialização nas cidades. Este modelo econômico, implantado no campo, constitui-se de formas predatórias que deterioram as condições ambientais, causando poluição e dificultando o acesso da população rural a necessidades básicas como saúde, educação,

habitação. Segundo a CUT o Estado foi o principal financiador deste modelo, garantindo crédito subsidiado e incentivos fiscais para os grandes proprietários de terra. (4º CONCUR)

Conforme Jair Meneguelli, coordenador da CNMA,

[...] o uso abusivo de agrotóxicos, as tecnologias agrícolas inadequadas, a destruição da biodiversidade, a degradação do solo, das florestas e recursos hídricos, deixam de ser preocupação exclusiva dos ecologistas, para frequentarem o debate dos trabalhadores da terra (MENEGUELLI, 1992, p.5).

Ainda nas palavras de Meneguelli ao referir-se a luta dos seringueiros,

[...] mas ninguém encarna o ambientalismo melhor que os seringueiros, categoria de Chico Mendes, exemplo, mártir desta luta. Chico Mendes deixou-nos uma lição: a questão ambiental só pode ser tratada em estreita vinculação com a questão social; quem destrói a natureza é o mesmo modelo que destrói e pisoteia nós, os trabalhadores (MENEGUELLI, 1992, p.5).

No 4º CONCUR ficou estabelecido que na Eco 92 o debate da preservação ambiental deveria incorporar a punição para os latifundiários da pecuária da Amazônia, devido a degradação extensiva da terra. Alegam que os empresários rurais utilizam os recursos públicos para financiar seus empreendimentos e sonham seus impostos com a omissão do governo e da sociedade. A questão ambiental, segundo a central, está vinculada a concentração da terra, a luta contra a impunidade e a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.

A central aponta principalmente como solução para o campo um projeto alternativo de política agrícola viabilizado por meio do seguro e do crédito rural, do uso de tecnologias apropriadas, e diminuição no uso de agrotóxicos.

Outro tema bastante discutido é o do impacto dos processos produtivos na saúde do trabalhador. Foi discutido na tenda da CUT as experiências dos sindicatos de vários ramos, como os portuários, petroquímicos, trabalhadores rurais, químicos e siderúrgico a respeito de doenças que levaram a mortes de trabalhadores devido a processos produtivos que utilizam de materiais tóxicos contaminantes, além do descarte de resíduos tóxicos no meio ambiente, causando poluição e mais contaminações, muitas vezes lançados em águas correntes próximas do local de moradia dos trabalhadores, nas periferias. A CUT, conforme suas publicações, por meio de campanhas, pressões contra industriais e governos, debates e casos de intervenção em políticas públicas alcançou conquistas de mitigação de alguns casos em que ocorreram esses problemas.

Verifica-se por meio da exposição dos temas tratados na Eco 92 pela central, que havia uma preocupação em mobilizar líderes sindicais e trabalhadores, procurando construir novas convenções sociais. Também existia a preocupação em formar alianças, como forma de fortalecer estas novas verdades (doxa), ganhando adeptos a suas causas. Trata-se de novas estratégias dos sindicatos, procurando superar suas dificuldades em lidar com as políticas neoliberais.

A construção do discurso verde da central passa também pela ideia de ambientalização. Conforme Buttel (1992) por meio da adoção de discursos genéricos ou explicações que legitimem práticas, novos e velhos fenômenos são renomeados como ambientais, num esforço em caracterizá-los como proteção ao meio ambiente. Por meio da exposição dos temas acima se pode verificar a grande variedade de temas construídos pela central em torno da questão ambiental, todos em torno de pautas específicas e até mesmo históricas da luta sindical.

Após a apresentação dos temas presentes na agenda da CUT na Eco 92, segue os principais temas discutidos na Rio +20. Ao final do capítulo será realizada uma comparação entre eles.

Os principais temas verdes, encontrados nos discursos referentes ao congresso de 2011, de preparação para a Rio +20 foram: Empregos Verdes; Trabalho Decente; Proteção Social; Taxa de Transações Financeiras; Energia e Água; Políticas Públicas (equidade e justiça social); Distribuição de Renda e Riqueza; Transição Justa; Estado Regulador e Investidor; Liberdade e Autonomia Sindical.

Os temas listados acima foram discutidos previamente pela central na 13ª Plenária da CUT, no Documento intitulado Rio +20, uma Agenda Sindical Internacional, na publicação “Propostas da CUT para a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável” e em matérias disponíveis no sitio da CUT na época a respeito dos debates que estavam ocorrendo na Tenda Florestan Fernandes e na Conferência oficial.

Na Rio +20 a participação da CUT se deu por meio de formulação de propostas, em conjunto com sindicatos internacionais, a serem apresentadas oficialmente na Conferência, com o intuito de influenciar nas decisões dos líderes. Além disso, a central promoveu debates na Cúpula dos Povos, evento organizado pela sociedade civil global, paralelamente à Conferência. Tratou-se de um espaço de discussão que reuniu movimentos sociais e organizações, tendo também como finalidade mostrar a força política da sociedade organizada. A CUT promoveu neste ambiente um espaço, denominado “Tenda Florestan Fernandes”, onde aconteceram ciclos de palestras e debates a respeito da temática que

relaciona meio ambiente e trabalho. Esteve presente líderes sindicais, acadêmicos, representantes governamentais e de organizações não-governamentais e trabalhadores.

Na Rio +20, como na Eco 92, é a partir da crítica ao modelo de desenvolvimento que a central desenvolve todos os outros temas a serem debatidos nas Conferências. Contudo, na Rio +20 o discurso da central está acrescido, ao levar em conta termos utilizados na definição de sustentabilidade - os pilares econômico, social, ambiental e político – como prioritários para se alcançar o desenvolvimento sustentável. A CUT também acrescenta neste discurso a necessidade de uma mudança de valores, de cultura e de práticas, algo a ser alcançado a longo prazo. A crítica ao modelo de desenvolvimento, feita pela central na Rio +20, deve-se principalmente ao fato de não se priorizar a função social da economia.

Conforme palavras de Carmen Foro, que ocupou o cargo de secretária do meio ambiente da CUT quando da Rio +20,

De fato é um grande desafio juntar todas as questões ambientais num universo geral da classe trabalhadora, num universo geral da CUT, que trata muitos temas, que lida cotidianamente com muitos temas e tem sido um grande desafio pra nós tratar disso. Mas viemos tratando desse tema, pelo menos na última década com um pouco mais de força. As questões ambientais elas foram acrescidas, modificaram de forma melhor. O fato da CUT ter criado uma secretaria do meio ambiente é um reconhecimento de que essas questões precisam ser tratadas de forma mais profunda (informação verbal)¹⁰.

Ao ser questionada sobre as razões da CUT tratar do tema ambiental, a ex secretária responde de forma evasiva, dizendo, em resumo, que o modelo de desenvolvimento tem que estar baseado em pilares, econômico, social e ambiental. Ao ser novamente questionada se existiria uma intenção da central relacionada à conquista de sindicalização ou de representatividade, afirma que,

A nossa compreensão avançou numa perspectiva da sustentabilidade, não é por uma razão sindical, de aumentar o numero de filiados, é por uma questão de projeto [...] você há de convir comigo que nas duas ultimas décadas melhorou a compreensão da sociedade, da importância de tratar das questões ambientais, a CUT vem no bojo de compreensão maior também e de recepção maior, e de que não é possível pensar num projeto, (a CUT tem um projeto político pra sociedade), e que não é possível ter um projeto político que cuide apenas do econômico, mas do social. O social e econômico tem a ver com o ambiental, essas coisas são absolutamente imbricadas (informação verbal).

¹⁰ Entrevista concedida por Foro, Carmen [março, 2014]. Entrevistador: Viviane Bassi dos Reis Marques. São Paulo, 2014. Um arquivo .mp3 (39 min.).

Ao falar então do modelo de desenvolvimento atual, conforme discurso da Executiva Nacional da CUT (2012), diz tratar-se de um modelo baseado no crescimento da produção e do consumo, em que a concentração de renda está nas mãos de uma elite nacional e nos países desenvolvidos. Deste modo, voltado para a lógica do mercado, não leva em consideração os direitos dos trabalhadores e utiliza-se dos recursos naturais de maneira irresponsável. Contudo, afirma a diretoria executiva, é um modelo falido, a crise econômica mundial demonstrou que é uma fórmula que não deu certo, e que é preciso que o mercado seja regulamentado. Conforme discurso de Carmen Foro, apresentado na publicação da CUT no *Le Monde Diplomatique Brasil*,

[...] no contexto de crise, nós temos a oportunidade de fazer a crítica ao modelo hegemônico e recolocar uma nova agenda, visto que a atual é um grande fracasso. Precisamos apontar um caminho que seja totalmente inverso daquele que vivenciamos hoje. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2012, p.4).

Para a CUT o Estado deve intervir e fazer o papel de regulador e indutor do desenvolvimento sustentável, por meio do investimento em distribuição da renda, na valorização do trabalho, na inclusão social e respeito ao meio ambiente.

O objetivo da central, segundo palavras da diretoria executiva da CUT, no documento “Rio +20 uma Agenda Sindical Internacional para o Desenvolvimento Sustentável”, é o de influenciar as posições que serão adotadas na Rio +20, a partir de sua plataforma, que tem servido de orientação também em âmbito internacional.

Assim, atuará em duas frentes: pressionar o governo para acelerar a discussão com as organizações sociais, em especial, o movimento sindical, e mobilizar nossas entidades alçando ao centro de nossa estratégia o trabalho decente e o desenvolvimento sustentável (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2011, p.1).

Para a central a consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável sob a ótica da classe trabalhadora deve passar pela reafirmação de lutas históricas, de um sistema democrático de relação de trabalho em que se preze pelo trabalho decente e pela liberdade e autonomia sindical, conforme propugnado pela OIT. A preocupação da central está na conquista pela segurança e inclusão do trabalhador, com o apoio do Estado como regulador das relações trabalhistas. Estes são temas tratados na Eco 92 pela CUT, reafirmados na Rio +20.

A CUT também defende que para se alcançar uma economia de baixo carbono é preciso a valorização de atividades baseadas no uso sustentável da natureza, como a pesca, o trabalho extrativista, a agricultura familiar, a economia solidária, além de uma reestruturação do mercado de trabalho de combate a informalidade, a precarização, visando o estabelecimento de uma economia solidária, combinada a políticas públicas básicas como saúde, educação e moradia.

Com relação a atuação internacional da central, esta, com vistas a elaboração de propostas para a Rio +20, uniu-se a Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) e a Confederação Sindical Internacional (CSI), definindo três bandeiras prioritárias para a Rio +20, (Central Única dos Trabalhadores, 2012), que são: meta em duplicar o número de empregos verdes; o reconhecimento de que o sistema de proteção social cumpre com a sustentabilidade ao ajudar na redução da vulnerabilidade da população; e a criação de uma taxa para transações financeiras.

Conforme palavras de Carmen,

Atuação no âmbito internacional é com a CSI, tem atuado muito nos acordos internacionais como a COP, do clima, por ex. Participei desde Copenhagen, nos acordos internacionais que incluem a necessidade de uma transição justa e trabalho decente para a classe de trabalhadores mundiais. É uma briga muito grande porque atuam nesses espaços os grandes empresários, de várias áreas de produção, governos e sociedade. Nesse ambiente todo, a gente perde muito, porque a gente não tem força suficiente pra pressionar os governos, nem tão pouco pra pressionar as empresas, para redirecionar o desenvolvimento (informação verbal).

Ainda, Carmen Foro, ao falar dos acordos internacionais relata que,

O caminho que nós temos trilhado é os acordos internacionais, e ao Estado, para que nos acordos internacionais percebam que não é mais possível o mesmo modelo, é preciso fazer uma mudança de modelo de desenvolvimento, e nessa mudança essa transição precisa ser justa para os trabalhadores, precisa haver investimento dos governos nacionais em tecnologia e em novos processos de produção.

O que a CUT defende é um modelo com cláusulas ambientais e investimentos que garanta uma mudança no atual modelo de produção, é fundamental. O exercício que temos feito tem sido em espaços nacionais e internacionais ao debater temas da transição justa (informação verbal).

Pode-se perceber neste discurso a tentativa da central em posicionar-se no espaço ambiental, procurando ganhar maior representatividade juntando forças aos sindicatos internacionais, por meio de seu capital social, em uma tentativa de impor verdades, criar consensos, relacionados ao interesse sindical, em um espaço de discursos polissêmicos.

Ao discutir um dos temas prioritários da central para a Rio +20, os empregos verdes, a central também cita o tema da economia verde, posicionando-se de forma crítica. Para ela economia verde não trará desenvolvimento sustentável, uma vez que a proposta não é de transição econômica, mas a de um mercado verde, que mantém as mesmas condições de desigualdade existentes. Conforme a diretoria executiva da CUT,

Esse novo conceito pode se tornar a nova onda de transformação do capitalismo: transformar a crise ecológica e ambiental em um recurso para acumulação, criando ainda mais mercado de carbono, todos os serviços ambientais e aí parecer sustentável (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2012, p.7).

Contudo, empregos verdes para a central é visto de modo positivo quando ela diz significar: contribuir para a redução de impactos ambientais das atividades produtivas a níveis sustentáveis; a condições dignas de trabalho e de vida; e respeito aos direitos trabalhistas, garantindo justa remuneração. A central afirma que a Organização Internacional do Trabalho posiciona-se da mesma forma que a CUT, considerando o emprego verde somente aquele que é decente. Conforme Paulo Sérgio Muçouçali, atual coordenador do Programa de Trabalho Decente e Empregos Verdes da OIT, membro da CNMA da CUT na Eco 92,

[...] as atividades econômicas, sobretudo depois da revolução industrial, tem um forte impacto negativo no meio ambiente, inclusive nos locais de trabalho. Logo, melhorar as condições de trabalho, de saúde e segurança contribui para proteger o meio ambiente (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2012, p. 6).

Para a central, nos últimos anos, o país teve um avanço com relação à geração de empregos, contudo estes não são necessariamente de qualidade, afirmando que existem empresas que “maquiam” os empregos de verdes. A CUT cita o caso da indústria da cana de açúcar que produz um combustível ambientalmente sustentável, mas que, por outro lado, os cortadores de cana são submetidos a péssimas condições de trabalho, muitas vezes com extensiva jornada, baixa remuneração e exposição a agrotóxicos. Para a central é preciso garantir ao trabalhador os direitos fundamentais, como proteção social, segurança no local de trabalho, salário digno e também direito a sindicalização do trabalhador, a liberdade sindical, a negociação coletiva e organização desde o local de trabalho, pois somente desta forma é possível a realização de debates e negociações a respeito dos impactos para a saúde do trabalhador e para o meio ambiente no entorno das empresas. Economia verde e emprego verde para a CUT devem, então, serem discutidos com foco na valorização do trabalho e na sindicalização, liberdade sindical e negociação coletiva.

Ao falar do comportamento das empresas, Carmen Foro afirma que,

As empresas tem um comportamento hoje, na minha opinião, muito fantasioso [...] causam impactos ambientais, isso é natural, qualquer processo de desenvolvimento tem impactos ambientais, mas muitas empresas pintam de forma fantasiosa alguns pequenos projetos para dizer que estão respondendo a processos estruturais que deveriam serem mudados [...], mas não mudam seu processo de produção, onde possa haver uma mudança de comportamento no processo de produção ambiental, mais profundo.

Os sindicatos teriam que colocar em suas cláusulas de negociação temas ambientais de forma mais geral, não muito pontual, e as empresas por si deveriam adotar novas tecnologias, novos processos e garantir uma produção mais sustentável no geral (informação verbal).

A meta para o emprego verde estabelecida pela CUT, que foi levada a discussão na Rio +20, é de que os governos assumam um compromisso de até 2020 esverdearem metade dos empregos do mundo.

O tema da transição justa complementa as ideias desenvolvidas pela central a respeito dos temas da economia e emprego verde. Transição justa trata-se das garantias que o trabalhador deve ter quando da transição para uma economia de baixo carbono. Conforme Carmen Foro: “O que é uma transição justa? É mudar de modelo onde os trabalhadores não sejam prejudicados por isso. Mas uma importante mudança de comportamento das empresas, investimentos dos governos nacionais, em trabalho decente, nas diversas áreas” (informação verbal).

Conforme discurso da central o objetivo é de garantir postos de trabalho; o desenvolvimento de políticas industriais sustentáveis, as quais criarão e manterão postos de empregos verdes; promover formação para os trabalhadores sobre processos e tecnologias limpas, imprescindível para que ocorra absorção de novas tecnologias; maior intervenção dos trabalhadores no processo de licenciamento ambiental. Além disso, conforme acordo entre a CUT e o Ministério do Meio Ambiente sobre o aperfeiçoamento de políticas públicas ambientais, a central diz prezar pelo desenvolvimento de políticas de inovação para substituir processos produtivos prejudiciais a saúde dos trabalhadores. A central também defende a integração de políticas de desenvolvimento produtivo, científico e tecnológico, possibilitando o desenvolvimento de novas tecnologias nas indústrias e de maiores postos de empregos verde, e a garantia na transparência e controle social nas decisões do Conselho Nacional de biossegurança, em relação as patentes de sementes transgênicas e a respeito dos agrotóxicos.

Outra bandeira da central a ser defendida na Rio +20 é o tema da proteção social. Trata-se de uma luta relativa a diminuição da vulnerabilidade das pessoas, principalmente aquelas que estão em situação de pobreza e de risco. A central discursa que ao ocorrer

situações de catástrofes ou crises ambientais os países mais pobres ou as comunidades desfavorecidas são as mais afetadas, uma vez que tem poucos recursos para investirem em processos consistentes de mitigação ou adaptação a estas crises. A central acredita que pobreza e degradação ambiental estão vinculadas, uma vez que a pobreza limita o desenvolvimento, e a degradação ambiental faz aumentar a pobreza.

A CUT defendeu na Rio +20 um sistema voltado a proteção social, denominado Piso de Proteção Social. De acordo com a secretária nacional de saúde do trabalhador, Junéia Martins Batista,

É preciso ratificar a convenção 102 da OIT, que estabelece normas mínimas de seguridade social, tais como a aposentadoria por invalidez, o auxílio doença, o seguro desemprego, o salário-família, a pensão por morte e outros. A ampliação da seguridade social faz diminuir a desigualdade social, importante para alcançar o desenvolvimento sustentável (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2012, p.8).

Para a central a proteção social contribui para a preservação da natureza já que ao fortalecer as comunidades pobres, diminui a pressão destas famílias sobre os recursos naturais como condição para a sobrevivência.

Outro tema prioritário para a CUT na Rio +20 é a defesa da criação de uma taxa sobre as transações financeiras com o objetivo de promoção do desenvolvimento sustentável. Trata-se da proposta de um novo imposto que onere as atividades especulativas de grandes bancos e empresas, obrigando o setor financeiro, único beneficiado com a política neoliberal, a pagar as dívidas para com a sociedade.

Conforme Vagner Freitas, secretário de Administração e Finanças da CUT:

A implantação de um modelo ecologicamente correto, viável economicamente e socialmente justo só é possível respeitando-se os limites dos recursos naturais, a distribuição de renda e trabalho decente, projeto que precisa de investimentos para sua execução. Pensando nos recursos advindos das taxações, a CUT defende um plano seguro e de longo prazo para que os países mais pobres possam se planejar, priorizando as agendas econômicas e ambientais em direção ao desenvolvimento sustentável, implementando mudanças e requalificando os trabalhadores. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2012, p.9)

A CUT defende também um novo padrão de produção e consumo relacionado à água e a energia. A central preza pelo controle social da energia e do saneamento ambiental, o qual poderá ser indutor de políticas combatível com o cenário de mudanças das condições climáticas. Defende a ampliação do uso de energia renováveis na matriz energética e o acesso

à água que é um direito de todos, objetivando o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida para todas as pessoas.

Além dos temas prioritários para a CUT na Conferência, desenvolvidos acima, também foi discutido pela CUT a questão da governança do desenvolvimento sustentável. A CUT refere-se a um dos temas prioritários escolhidos pela ONU a serem debatidos na Conferência, que é o da estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. A diretoria executiva da CUT afirma em seu suplemento especial que,

Para a Confederação Sindical Internacional (CSI), além de promover a igualdade entre os países desenvolvidos, emergentes e pobres, a reforma da governança do desenvolvimento sustentável deve contemplar a participação da sociedade civil, nos níveis nacional e internacional (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2012, p.2).

João Felício, secretário de relações internacionais da CUT, também afirma que,

[...] as organizações sociais não devem participar das instâncias da ONU apenas paralelamente, quando acontecem grandes conferências. É preciso aperfeiçoar os mecanismos de participação permanente da sociedade civil, tanto para incidir dos debates como para controlar a aplicação dos acordos (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2012, p.4).

Pode-se perceber nestes discursos o interesse da central em participar, também a nível internacional, dos espaços que tratam do tema ambiental, podendo trazer para o debate dos acordos internacionais a pauta dos trabalhadores, bem como atuar como entidade fiscalizadora no cumprimento desses acordos, junto com a sociedade civil.

Com relação à participação da central em espaços nacionais e a polissemia dos debates, Carmen Foro afirma que nestes existem ideias contrárias às defendidas pela CUT. A participação nos Conselhos então é importante para que a central possa defender as pautas trabalhistas.

Carmen Foro em entrevista afirma que,

Nós temos assentos em conselhos diversos, é claro que nós entendemos que precisamos ampliar ainda mais a democracia no nosso país. Os conselhos são um espaço de democracia, de participação social muito importante. E no caso dos conselhos de meio ambiente, nós também participamos de vários deles, existem grupos de trabalho, existem conselhos onde nós colocamos a nossa visão, do ponto de vista dos trabalhadores, porque também nós não podemos fazer o debate ambiental do ponto de vista saudosista que agora nós queremos que tudo fique lá no lugar onde está, e que vire um santuário. Nós estamos fazendo um debate... mas tem linhas de pensamento nesses debates, que é assim, o camarada tá com seu carrão, mas os pobres que estão lá no interior da Amazônia não podem mexer em nada, não podem ter acesso a energia, não podem ter nada, porque os outros já destruíram tudo e eles tem que ficar lá na miséria. Então, discutir desenvolvimento sustentável é discutir a situação de pobreza e da divisão dessa riqueza.

Este é o mais profundo interesse da nossa participação em um conjunto de outros debates, que a CUT tenha assento para defender nossas visões, defender os trabalhadores, porque tem visões também muito contrárias a nossa, achando que deva ter desenvolvimento, sustentabilidade, mas que não impõe a necessidade de desenvolver o país, num país que tem muitas riquezas naturais. A busca de tudo isso é o grande desafio nosso (informação verbal).

A CUT está inserida também em Conselhos de fundos e GTs (Grupos de Trabalho), ligados ao governo. Conforme entrevista com Vania Viana, assessora da secretaria do meio ambiente,

A CUT faz parte do Fundo Clima do Ministério do Meio Ambiente, com participação do CONAMA. Fundo embasado na Lei de mudança climática 12187/09, política nacional de mudança do clima. Jasseir é integrante do comitê gestor, e sou integrante do grupo técnico do comitê gestor. As ONGs e o movimento sindical pleiteiam recursos desses fundos, cada um com seus interesses. A CUT pleiteia recursos do Fundo para pesquisa em mudanças climáticas e, para capacitação dos trabalhadores.

Atualmente também faço parte do GT organizado com a presidente Dilma, chamado – Clima e Pobreza, que fala entre outras coisas sobre o racismo ambiental (informação verbal).

5.2 Caracterização dos Discursos da Central na Eco 92 e Rio +20

Diante da exposição dos temas tratados pela CUT nacional nas Conferências de 92 e 2012, podem-se verificar mudanças nos discursos da central, bem como as lutas históricas travadas pela entidade.

Alguns dos temas abordados pela CUT quando da preparação e durante a Eco 92 já estavam sendo discutidos pela Executiva Nacional da CUT e eram de conhecimento de alguns dos sindicatos de ramos envolvidos mais diretamente com problemas socioambientais. Também já existia a luta, desde a década de 80, em defesa dos povos da floresta, pelas reservas extrativistas e demarcação de terras indígenas, tendo na figura de Chico Mendes seu maior representante. Percebe-se que os temas prioritários pra central na época eram os

relacionados à saúde dos trabalhadores e a Amazônia. A relação da CUT com as questões ambientais ainda estava sendo construído na época, bem como as pautas que fariam parte dos discursos que seriam apresentados.

Apesar de a central já trazer experiências sindicais relacionadas às questões ambientais, havia um esforço na construção e disseminação da temática ambiental no interior da CUT, a qual ainda não havia sido “comprada” por lideranças sindicais e trabalhadores. Com a finalidade de conscientizar sindicalistas e trabalhadores, próximo a Eco 92, a central lançou a publicação “Sindicalismo e Meio Ambiente”.

A central parece ter vislumbrado a importância que o tema teria para a sociedade. Procurava, então, fazer parte de uma agenda atual, que abarcava não só o interesse dos trabalhadores, mas também de toda a sociedade. Para fazer-se presente no espaço ambiental, trazendo as suas pautas sindicais, a central precisava de colaboradores, internos e externos a entidade. Deste modo procurou conscientizar e conquistar o interesse das lideranças sindicais e dos trabalhadores para o tema. Externamente fez alianças com ONGs e com outros movimentos sociais, ganhando forças na construção de um projeto sindical para o meio ambiente.

A CUT Nacional procurou fazer o trabalhador ver-se como cidadão, como sujeito social que deve se preocupar com as questões de interesse social e a posicionar-se como um interventor, buscando por resoluções que minimizem os problemas sociais, por meio de elaboração de propostas. Tratou-se de uma construção com caráter verticalizado, ideias que foram formuladas pela executiva nacional da CUT e depois deveriam ser discutidas e propagadas pelos outros braços da entidade, chegando às lideranças sindicais e aos trabalhadores. Pode-se pensar na força das construções sociais, elaborada pela central, nas representações dos sindicalistas e trabalhadores, já que como afirma Douglas (1998), as classificações estabelecidas nas instituições fazem parte do repertório cognitivo do indivíduo.

Com relação a preocupação da CUT em angariar colaboradores internos, nos discursos da central na Rio +20, não verifica-se essa prática. Ainda que haja menção referente à necessidade do trabalhador envolver-se com maior afinco com as questões socioambientais, não é um discurso prioritário, aparecendo em poucos lugares.

O que se pode perceber ao analisar os discursos das plenárias, publicações e documentos e por meio das entrevistas, é que houve um salto dado em direção ao desenvolvimento dos temas e às propostas de resolução dos problemas socioambientais. Percebe-se que a CUT veio trabalhando estes temas ao longo dos anos, e que os sindicalistas e trabalhadores reconhecem o tema. Isto pode dever-se, principalmente, à criação da Secretaria

Nacional do Meio Ambiente. A temática, a partir desse momento, ganhou em visibilidade e em importância no interior da CUT, já que antes estava vinculada a Secretaria de Políticas Sociais, tratando-se apenas de uns dos muitos temas desenvolvidos por esta.

Com relação ao desenvolvimento sustentável, nos discursos da central nas duas Conferências, o tema aparece com o mesmo sentido, de que o modelo de desenvolvimento econômico atual causa destruição das relações e direitos trabalhistas e do meio ambiente. Na Eco 92 a CUT coloca o foco da crítica no neoliberalismo, um modelo econômico em crise, que devido ao problema da dívida externa, trouxe consequências desastrosas para o trabalhador, para toda a sociedade e para o meio ambiente. Na Rio +20 o discurso construído pela central enfatiza questões mais contemporâneas, como o fato de o modelo de desenvolvimento não levar em conta a função social da economia, e da necessidade de um modelo desenvolvimento estar embasado nos pilares social, ambiental, econômico e político.

A CUT refina seu discurso, e traz termos como “função social da economia” e “economia solidária”. Neste sentido o discurso da central na Rio +20 traz mais elementos que correspondem as ideias trazidas pela Sociologia Econômica quando trata da ideia de que o desenvolvimento sustentável passa pela dimensão social e solidária da economia. Esta ideia já estava presente na CUT desde a Eco 92, ao defender a necessidade de transformação do modelo de produção e consumo, e de valores como equidade e justiça social. Contudo na Rio +20, o tema é acrescido, falando-se em democratização da economia, economia solidária, prioridade da dimensão social sobre o capital, bem como reconhecer que a transformação para um modelo sustentável trata-se de um processo longo, de mudança de valores.

Temas como a relação norte e sul, o comércio internacional, a instalação de grandes latifúndios e de empresas transnacionais aparecem como prioritários na Eco 92. São temas que relacionam-se a concentração de renda, pobreza, desigualdades sociais, distúrbios ambientais. Na Rio +20, estes temas também foram tratados, mas os discursos da central estavam mais próximos a temas socioeconômicos, ligados aos interesses dos trabalhadores.

Os temas da economia verde, emprego verde, transição justa, taxa sobre transações financeiras, da proteção social, trabalho decente, autonomia sindical, são prioritários para a central na Rio +20. São temas relacionados a garantias econômicas e sociais para os trabalhadores, que se relacionam com as questões socioambientais. As preocupações da central estão relacionadas a maior quantidade de postos de empregos verdes, qualidade desses empregos, a manutenção dos mesmos por meio do financiamento em qualificação do trabalhador, taxações financeiras com a finalidade de investir em países e comunidades pobres, em tecnologias modernas e limpas, na formação do trabalhador, criação de um fundo

de proteção social que traga seguridade social; e inclusão do trabalhador, ou seja, direito a sindicalizar-se, a ser representado pela organização sindical nas negociações coletivas entre trabalhadores e empresários.

Percebe-se aí a função da CUT como ator socioeconômico, trazendo a ideia da sociologia econômica de que seus interesses e motivações ligados às questões econômicas, passam pela dimensão social e solidária da economia. Trata-se de um ator socioeconômico que não está voltado somente para a maximização de seus interesses, mas que recebe influência do meio social. As estratégias da CUT levam em conta não somente a defesa de interesses próprios ao mundo do trabalho, mas expande suas pautas para outros temas, ligadas ao meio social, aos interesses da sociedade, como o tem ambiental. Desta forma a central se faz autor de uma nova agenda, que traz temas contemporâneos, que vão além da relação capital/trabalho.

Além disso, as estratégias da CUT estão relacionadas a formação de alianças, a nível nacional e internacional, como forma de ganhar aliados, que compartilhem, pelo menos em parte, de suas pautas sindicais relacionadas ao meio ambiente. Na Eco 92, a CUT atribuiu grande importância a alianças com as ONGs ambientais, que absorveram em suas pautas temas sociais. Nesta época a CUT já vislumbrava a aliança com sindicatos internacionais. Na Rio +20 a CUT deu maior importância para a aliança com centrais internacionais como a CSI e a CSA. Em conjunto formaram forte parceria na construção de propostas levadas a Conferência, em sintonia com os interesses e pautas da CUT.

As Conferências são grandes oportunidades para a formação das alianças, já que nelas são criados espaços de discussão, troca de conhecimentos, de identificações e de interesses. As alianças além de tornar o projeto sindical da central, em torno das questões ambientais, mais legítimo e representativo, contribuem com a inserção da central e de suas pautas nos espaços relacionados ao tema ambiental.

Ainda com relação às estratégias da CUT, a participação da central nos conselhos e fundos é um bom exemplo da função da CUT como ator socioeconômico em disputa, querendo impor a sua verdade. Nos conselhos, a central, por meio de seu capital social, briga por influenciar os demais atores e impor suas pautas. Trata-se de um espaço importante, pois nele a central pode colocar suas proposições e intervir em políticas públicas.

Por fim, observa-se que para a criação de uma agenda, uma instituição não trabalha de forma isolada, ou seja, possui diversos aliados e também opositores. Nessa pesquisa, mapeamos alguns aliados da CUT no tema ambiental. Os opositores serão apresentados em

artigo resultado dessa pesquisa. Abaixo, no Quadro 3, pode-se verificar a relação de aliados nacionais e internacionais da central que estão incluídos no espaço social ambiental.

Quadro 3: Aliados da CUT

Le monde Diplomatique Brasil Governo Lula, governo Dilma, CSA/CSI/ Fundação Sustainlabour, INCA CGIL, Global Network, CGT Francesa, WECF, Nexus/Red/Cop.Int.CGIL, CST Nicarágua, FOCO Argentina, Fórum Social Brasileiro dos Direitos dos Migrantes, Unisol, Brasil, Shahnaz Iqbal, Labour Education Foundation, Mario Barrios – CTA Argentina, CGT Argentina, - ISCOS CISL, Previ, Funpresp, Petros, Valia, BNDES.

Fonte: Dados dessa pesquisa

Em diálogo com a lógica do capitalismo contemporâneo, que se internacionalizou, a CUT também tem investido em internacionalização. O tema da responsabilidade social, por exemplo, é feito a partir do sindicalismo internacional, a CFDT no caso francês, e a AFL-Cio, no caso dos Estados Unidos. Conforme dito anteriormente, a CUT tem se relacionado com a CSA e CSI, para fins de acordos marcos globais, entre empresas multinacionais e sindicatos.

Além disso, a CUT tornou-se forte parceira da CSI na Rio +20, na elaboração conjunta de propostas para a Conferência, que serviram também como norte em relação as questões ambientais a serem trabalhadas internamente pela central, junto aos seus sindicatos.

Finalmente, para fins de demonstração empírica, apresentamos alguns discursos da CUT, coletados na Rio +20.

5.3 A Produção de Discursos Ambientais na Rio +20

Abaixo será apresentado alguns dos discursos ocorridos na Tenda Florestan Fernandes, e outros ocorridos na Assembleia Sindical. Esta ocorreu um dia antes da abertura da Rio +20. A II Assembleia Sindical sobre Meio Ambiente e Trabalho, no Rio de Janeiro, contou com representantes do movimento sindical de 50 países, com o objetivo de aprofundar a discussão sobre propostas dos trabalhadores para o desenvolvimento sustentável¹¹. Por fim, será abordado novamente o documento intitulado “Rio +20: uma Agenda Sindical Internacional para o Desenvolvimento Sustentável” para fins de ilustração. Neste documento

¹¹ disponível em: <<http://www.cut.org.br/destaques/22204/cut-na-rio-20-brasil-nao-aceitara-que-preservacao-seja-tarefa- apenas-dos-emergentes-diz-ministro>>, em 13/06/2012.

a CUT esclarece os propósitos que levaram a participação da central nos debates da Rio +20 e o que deve contemplar um projeto de desenvolvimento sustentável sob a ótica da classe trabalhadora.

Segue alguns trechos do documento:

O movimento sindical participa ativamente no processo preparatório da Rio + 20, pois considera uma oportunidade para construir o legado para um mundo democrático, solidário e com cooperação entre os diversos povos (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2011, p. 1).

Nessa perspectiva afirma ainda que:

Queremos influenciar as posições que serão adotadas na Rio+20 a partir da nossa plataforma, que tem sido orientadora de posicionamentos também em âmbito internacional. É uma oportunidade de ir além de um balanço da Rio-92 e pressionar pela negociação de convenções e instrumentos adicionais na área do desenvolvimento sustentável, num amplo acordo, envolvendo governos e sociedade civil em torno de princípios e ações nos temas da energia renovável, sustentabilidade urbana e padrões de produção e consumo sustentáveis (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2011, p. 1).

A CUT, por meio das convenções sociais que estabelece, parece querer influenciar suas bases e ganhar maior representatividade por meio do discurso participativo. Intitula-se “porta-voz” dos trabalhadores na questão da sustentabilidade.

Ainda nessa linha:

A Central atuará em duas frentes: pressionar o governo para acelerar a discussão com as organizações sociais, em especial, o movimento sindical, e mobilizar nossas entidades alçando ao centro de nossa estratégia o trabalho decente e o desenvolvimento sustentável. Impulsionaremos questões relativas à democratização do conhecimento, ao direito ao trabalho decente, ao resgate do papel do Estado e do financiamento público, taxações e fiscalização ambiental, a exemplo da implementação da taxa de transações financeiras, proteção social como modo de diminuir vulnerabilidade das comunidades e seus trabalhadores e suas trabalhadoras e assim diminuir pressão nos recursos naturais e criação de empregos verdes e decentes, a distribuição de renda e riqueza e mudanças no paradigma energético. Queremos uma estratégia de longo prazo capaz de oferecer novas respostas aos desafios econômicos, sociais, ambientais, energéticos e políticos do mundo moderno (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2011, p. 1).

Neste trecho do documento a central resume boa parte de suas pautas para a Rio +20 e também das perspectivas para o movimento sindical. Mais uma vez pode-se pensar na influencia da CUT Nacional no movimento sindical, uma vez que, conforme Mary Douglas (1998) os indivíduos estão sujeitos às representações sociais, construídas pela força do consenso e/ou classificações estabelecidas pelas instituições.

Com relação à economia verde a central faz a seguinte crítica:

Economia verde é definida pela ONU como ‘aquela que resulta na melhoria do bem-estar humano e da igualdade social ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e as escassezes ecológicas’. Para a CUT, isto chama-se desenvolvimento sustentável. Para a CUT, novo conceito pode se tornar a nova onda de transformação do capitalismo: ‘transformar a crise ecológica e ambiental em um recurso para acumulação, criando ainda mais mercado de carbono, todos os serviços ambientais e aí parecer sustentável (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2011, p. 4).

Segundo Jardim (2007; 2009), a CUT pressiona pela criação de empregos verdes via presença de sindicalistas da CUT na gestão de fundos de pensão. Mais concretamente, os fundos de pensão geridos por sindicalistas da CUT devem investir somente em empresas que se preocupam com responsabilidade social e com sustentabilidade social.

Conforme noticiado pela CUT, na Assembleia Sindical o embaixador francês para temas ambientais, Jean-Pierre Thebault:

Defendeu que os fundos de pensão, que contam com a representação de trabalhadores, podem ser um importante mecanismo de financiamento do desenvolvimento sustentável. Para isso, deveriam investir em fundos de mudanças climáticas, mediante a criação de incentivos governamentais (CARVALHO, 2012, S/P).

Esse depoimento está em diálogo com as questões pontuadas por Jardim (2007; 2008), a saber, o controle sindical dos fundos de pensão de forma que esses possam financiar o desenvolvimento com sustentabilidade.

Diante da posição do embaixador francês a respeito dos fundos de pensão, o presidente da CUT, Artur Henrique, apontou que, apesar de contar com a participação de trabalhadores e da eleição de representantes por sindicato, o modo de operação dos fundos de pensão também deve ser questionado. Conforme Artur Henrique:

A lógica é do lucro, de comprar ou investir em títulos de empresas que deem mais resultado, mesmo que isso signifique financiar grupos que exploram o trabalhador e degradam o meio ambiente. Portanto, precisamos primeiro mudar essa lógica (CARVALHO, 2012a, S/P).

Artur defende com esse discurso, uma mudança da lógica do investimento dos fundos de pensão, indo em direção a empresas que empregam ações voltadas a responsabilidade social e ambiental.

Ainda na Assembleia Sindical a Secretária de Políticas de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente da CSI, Anabella Rosemberg ressaltou:

Que os dirigentes sindicais têm propostas e respostas para a sociedade, mas a construção de um modelo de desenvolvimento menos poluente para um modelo sustentável, com justiça social e ambiental, requer muita pressão sobre os governos. O desenvolvimento sustentável está no DNA do sistema sindical, temos de organizar nossas ações para garantir uma transição justa (CARVALHO, 2012b, S/P).

Em um ciclo de debates promovido pela CUT na Tenda Florestan Fernandes em parceria com a Central Sindical das Américas (CSA), CGIL (Itália), CTA (Argentina) e CSN (Canadá), o Secretário de Política Econômica e Desenvolvimento Social da CUT, Rafael Freire, aborda a questão do trabalho decente, como um conceito ainda não enraizado na América Latina, devido aos retrocessos promovidos pelos governos neoliberais na década de 90. O secretário relata que:

Os anos neoliberais venderam a ideia de que era aceitável o trabalho precário, a prestação de serviço como pessoa jurídica, às cooperativas de mão de obra. Temos uma disputa cultural a fazer.” E defende que “é preciso ir além do discurso, que não resolve se não for transformado em ação política e sindical (CARVALHO, 2012c, S/P).

Da mesma forma que Rafael Freire, o Secretário da CTA, Pablo Micheli, aponta a alianças com amplas representações dos movimentos sociais como a melhor forma de alcançar e convencer as bases.

O Presidente da CSN, Luis Roy, defendeu também a ideia de aliança, afirmando ser necessário construir uma rede interligada entre as entidades sindicais e os movimentos sociais com o objetivo de mudar o atual modelo de desenvolvimento.

Temos que ter estratégia e estabelecer um ponto comum para pressionar todos os governos. Tenho certeza que, se esquecermos nossas diferenças e nos unirmos, vamos conseguir mudar o paradigma atual. E o papel dos sindicatos nesse processo é essencial (CARVALHO, 2012c, S/P).

Este discurso indica a importância que líderes sindicais veem em promover alianças, com sindicatos e movimentos sociais.

Em notícia no site da CUT, matéria intitulada: “na reunião de membros de conselheiros de desenvolvimento”, o presidente da CUT defende pressão para concretizar desenvolvimento sustentável”, Artur Henrique, presidente da CUT, faz o seguinte depoimento:

O papel dos conselhos de desenvolvimento econômicos e sociais do mundo é pressionar os chefes de Estado para que assumam a responsabilidade com o desenvolvimento sustentável, cujos pilares são a equidade, a justiça social, a proteção social e o trabalho decente (MUNIZ, 2012, S/P).

Ainda na mesma matéria,

[...] foi com esta defesa que o presidente da CUT, Artur Henrique, encerrou sua fala na reunião promovida pela Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares – AICESIS (MUNIZ, 2012, S/P).

Ainda mais:

O encontro, organizado em conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES/PR) brasileiro, com de conselheiros de todo o mundo, discutiu estratégias para influenciar nos resultados da Rio +20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Artur afirmou que é responsabilidade dos conselheiros pressionar os líderes mundiais para que tenham compromisso com o desenvolvimento sustentável. Segundo ele, é fundamental que seja construído um modelo de desenvolvimento que fortaleça os direitos sociais, a negociação coletiva e a transferência de tecnologia (MUNIZ, 2012, S/P).

Estes depoimentos exemplificam a inserção da CUT em Conselhos que tratam de temas econômicos, sociais e ambientais, indo ao encontro dos debates apresentados ao longo do texto, de que a central procura participar de novos espaços sociais como estratégia de luta diante das novas configurações do capitalismo.

Numa análise inspirada por Mary Douglas, a análise dos discursos é importante, pois estes seriam fundamentais no processo de institucionalização de uma nova ideia; de uma revolução simbólica, como diria Bourdieu. Ou seja, por essa perspectiva, discursos não são somente discursos, são, antes de tudo, dispositivos simbólicos de criação de uma nova realidade social, de uma nova crença, de uma nova convenção social.

Para Douglas (1998) convenções sociais é um conjunto mínimo de regras que o conjunto de membros de uma sociedade compartilham em suas mentes. Pode-se falar em um mínimo de consenso produzido rotineiramente entre os membros de um grupo. São ideias que orientam o pensamento individual. Para Douglas, o objetivo de toda instituição é fornecer convenção social, formas de classificação mental, diria Durkheim, para os seus membros.

No caso da CUT, o tema ambiental mostra atores lutando para produzir convenções sociais, formas de classificação sobre o tema ambiental, não somente internamente a CUT, mas nacionalmente e internacionalmente, em diversas esferas da sociedade.

É nesse sentido que entendemos os discursos apresentados acima, como busca de produção de doxa. Para tanto, os sindicalistas envolvidos fazem uso de pautas mais

tradicionais, como a desigualdade social e pobreza, visando sensibilizar e ganhar cooperadores para o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos ambientais, resultantes do modelo econômico de desenvolvimento, e a necessidade de preservação dos recursos naturais, são assuntos que vêm sendo discutidos em muitas instancias sociais, chegando a ser uma pauta incorporada na agenda de muitas entidades, que a princípio não seriam representantes legítimos do tema. Trata-se de discursos heterogêneos ou polissêmicos, uma vez que cada entidade busca discutir e defender as questões ambientais de acordo com seus interesses, trazendo seus conteúdos e reivindicações.

Esta pesquisa teve como objeto de estudo o tema ambiental na agenda da Central Única dos Trabalhadores, e como objetivo compreender os discursos proferidos pela mesma, na figura de líderes sindicais e da diretoria executiva, revelando estratégias sindicais, interesses e práticas dos atores estudados, bem como seus aliados e interlocutores. Para isso foi levado em conta dois momentos empíricos, da realização de duas importantes Conferências internacionais que trataram da questão do desenvolvimento sustentável, a Eco 92 ou Rio 92 e a Rio +20.

Por meio dos discursos coletados em documentos, em jornais da época, no sitio da CUT, em publicações e entrevistas com representantes sindicais, pode-se alcançar o objetivo da pesquisa. A análise dos discursos, em momentos distintos, demonstrou que a central, principalmente na Eco 92, adotou como estratégia conscientizar e influenciar líderes sindicais e trabalhadores, procurando com isso incorporar a temática ambiental na agenda sindical e motivá-los a tornarem-se protagonistas em espaços sociais que tratam da temática. Também procurou ganhar aliados, importantes na luta por inserir-se em um espaço social tradicionalmente diferente daqueles ligados as questões trabalhistas.

Ao se realizar uma comparação com os discursos realizados na Rio +20, percebe-se um refinamento dos mesmos, indicando que o tema ambiental tem sido trabalhado pela CUT ao longo dos anos, e que muito dos temas apontam, nesse momento, para uma conotação socioeconômica, como empregos verdes, piso de proteção social e taxaço sobre investimentos financeiros, revelando novos interesses. A análise dos discursos demonstra que central tem participado, cada vez mais, em conselhos sociais e de fundos de investimento, ligados a questões de toda ordem, como gênero, racismo, juventude, políticas sociais, fundos de pensão e meio ambiente. Verifica-se a importância dada pela central em participar de conselhos e fundos, relacionados às questões ambientais, com o objetivo de introduzir e defender suas pautas sindicais relacionadas ao trabalho e meio ambiente, e em angariar fundos

para desenvolvimento de questões trabalhistas, como investimento na qualificação dos trabalhadores. Ao inserir-se nestes espaços utiliza-se de seu capital social a favor de seus interesses. Pode-se dizer que a CUT tem um capital social uma vez que historicamente é uma das maiores centrais sindicais do país e seus discursos, pautas e estratégias, acabam por ter influencia perante trabalhadores, empresários, ONGs, sindicatos internacionais, governo e muitas outras entidades nacionais e internacionais, conforme demonstrado ao longo desta pesquisa. Além disso, outras estratégias da central foram reveladas ao mapear as alianças da CUT na Rio +20. Verifica-se a existência de uma forte relação com a Central Sindical Internacional, indicando o interesse da CUT pela inserção de suas pautas nos espaços internacionais e em ganhar um importante aliado na defesa de suas propostas também nos espaços nacionais. Além disso, esta aliança com centrais sindicais internacionais, indica o interesse da central em tratar do tema da responsabilidade social e ambiental de acordo com preceitos sindicalistas internacionais, fortalecendo-se para essa luta.

A análise dos discursos corrobora com a hipótese da pesquisa, de que a central procura por novas estratégias sindicais, após a crise dos sindicatos nos anos 90. Estas estratégias estão ligadas ao ganho de legitimidade pela central, ao envolver-se e inserir-se em espaços sociais estranhos ao mundo sindical, mas que tratam de assuntos de interesse de toda a sociedade, como o ambiental. Além disso, faz parte de suas estratégias, trazer para estes espaços as pautas trabalhistas, procurando influenciar nas decisões que poderão vir a tornarem-se políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Novas Articulações entre Meio Ambiente e Democracia**. IPPUR/UFRJ, 1999.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=en&nrm=iso/. Acesso em: 19 abr 2014.

ALONSO, A; COSTA, V. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 53, 2002. Disponível em: <[http://cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/ALONSO_COSTA_CS e Meio Ambiente.pdf/](http://cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/ALONSO_COSTA_CS_e_Meio_Ambiente.pdf/)>. Acesso em: 10 mar. 2014.

ALTVATER, E. Os Desafios da Globalização e da Crise Ecológica para o Discurso da Democracia e dos Direitos Humanos. In: HELLER, A. et al (Orgs.). **A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto/Corecon, 1999, p. 109-153.

ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006. 528p.

ASSIS, K. G. **Da Filantropia à Responsabilidade Social**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). 2010. 117f. Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, 2010. Disponível em: <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/1/TDE-2010-12-01T144622Z-3417/Publico/3323.pdf/>. Acesso em: 10 out. 2013.

AVELINO, E. **Sindicalismo e Meio Ambiente**. CUT Estadual. São Paulo, São Paulo, 1992.

BAGGENTOSS, S. **A Difusão da Responsabilidade Social: enfoque no certificado de responsabilidade social de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, 2009.

BARCELAR, L. S. **Encontros e Acordos Internacionais: implicações na prática da responsabilidade social empresarial e gestão ambiental**. *Desarrollo local sostenible*, v.5, n.1-5, 2010.

BARGAS, Osvaldo M. Observatório Sócio-Ambiental da Amazônia Reúne Centrais Latino-Americanas e Europeias. **Informacut** nº187, p. 7, junho de 1992.

BRYAN, N. A. P.; MOMMA, A. M. Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: metamorfoses do conceito e as suas relações com a Educação. In: COUTO, A. e BRYAN, N. (Orgs.). **Conhecimento e Desenvolvimento Sustentável: dos problemas societais aos fundamentos multidisciplinares**. Covilhã: UBI; UNICAMP:nCampinas, p.109-124, 2005. Disponível em: <http://collection.europarchive.org/dnb/20070702132253/http://www.fae.unicamp.br/alfaplanguies/livro2/Livro_Alfa_Portugal.pdf/>. Acesso em: 05 jan. 2013.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: UNESP, 1997

BOITO, A. **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOLTANSKI, L., CHIAPELLO, E. **O Novo Espírito do Capitalismo.** Martins Fontes: São Paulo, 2009.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papyrus, 1996

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1998

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça Ambiental e Cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BUTTEL, F. Environmentalization: origins, processes and implications for rural social change. **Rural Sociology**, v.57, n.1, p.1-27, 1992.

BUTTEL, F. Sociologia Ambiental, Qualidade Ambiental e Qualidade de Vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, S. **Qualidade de vida e riscos ambientais.** Niterói: UFF, 2000.

BUTTEL, F. Instituições Sociais e Mudanças Ambientais. **Revista Idéias:** Campinas, v. 8, n. 2, 2001.

CAPPELLIN, P.; GIULIANI, G. M. **A economia política da responsabilidade empresarial no Brasil: as dimensões social e ambiental.** Tecnologia, empresas e sociedade. Estudo número 14, 2006

CARDOSO, A. M. **A Trama da Modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1999.

CARVALHO, G. **A Representação da CUT nos Governos Lula (2003-2010).** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2012.

CARVALHO, L. **CUT na Rio +20: Brasil não aceitará que preservação seja tarefa somente dos emergentes,** Rio de Janeiro, 2012a. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/destaques/22204/cut-na-rio-20-brasil-nao-aceitara-que-preservacao-seja-tarefa- apenas-dos-emergentes-diz-ministro>> Consultado em novembro de 2012.

CARVALHO, L. **CUT na Rio +20: desenvolvimento não será sustentável com cartilha do FMI e do Banco Central Europeu, diz Artur.** Rio de Janeiro, 2012b. Disponível em: <http://www.cut.org.br/destaques/22199/cut-na-rio-20-desenvolvimento-nao-sera-sustentavel-com-cartilha-do-fmi-e-do-banco-central-europeu-diz-artur-sp>. Consultado em novembro de 2012

CARVALHO, L. **CUT na Rio +20: Devemos ir além do discurso do trabalho decente**, afirma dirigente da CSA. Rio de Janeiro, 2012c. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/acontece/22242/cut-na-rio-20-devemos-ir-alem-do-discurso-do-trabalho-decente-afirma-dirigente-da-csa>>. Consultado em: novembro de 2012.

CASTILHOS, D. S. Construindo a identidade da agricultura familiar. In: FETRAF-Sul/CUT. **Mutirão da agricultura familiar**. Chapecó: FETRAF-Sul/CUT, 2003.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT**. São Paulo, 1991. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-congressos/117>>. Acesso em 12 de outubro de 2013.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Caderno de Resoluções da 13ª Plenária Nacional da CUT Waldemar de Oliveira** / [Coordenador Geral] Quintino Severo. – São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/cedoc/resolucoes-de-plenarias/124>>

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Rio +20. Uma Agenda Sindical Internacional para o Desenvolvimento Sustentável. Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e valorização do trabalho. **Caderno de Subsídios** nº4, 2011.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Propostas da CUT para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. **Le Monde Diplomatique**. Suplemento Especial, junho de 2012.

CERVEIRA FILHO, J. L. Pós-modernidade e risco na Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema: a construção social da subpolítica ambiental no município de Piraju (SP). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, p. 127-141, jul./dez. 2012. Editora UFPR

COSTA F. L. Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, jul./dez, 2004. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/3096/2477/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

COSTA, J. N.; FREITAS, N. Uma Ação Interinstitucional a partir da Ação Sindical no Local do Trabalho: o Caso Solvay. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (org). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro, RJ. Ed: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

DESEP. Eco 92: o fórum da sociedade civil. **Informacut** nº 189, p.12, junho/julho de 1992.

DIMAGGIO, P. Culture and Economy. In: SMELSER, N.; SWEEDBERG, R. **The Handbook of Economic Sociology**. New York: Russell Sage Foundation; Princeton: Princeton University Press, 1994. p.27-57.

DOUGLAS, M. **Como as Instituições Pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998.

DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIDDENS, A. Admirável Mundo Novo: o novo contexto da política. **Caderno CRH**, Salvador, UFB/CRH, n. 21, p. 9-28, jul./dez. 1994.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991

GUIMARÃES, R. P. **A Ética da Sustentabilidade e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento**. O Desafio da Sustentabilidade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GRÜN, R. Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. **Revista Mana**, v. 9, n. 2, 2003.

GRÜN, R. A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos sobre a arena política. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n 1, p. 5-47, 2004.

GRÜN, R. Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 20, n. 52, p. 67-90, 2005.

HANNIGAN, J. **Environmental Sociology – A social constructionist perspective**. New York, London: Routledge, 1997.

Herculano, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfacEHS - Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**- v.3, n.1, Artigo 2, jan./ abril 2008.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Responsabilidade Social Empresarial. Perspectivas para a Atuação Sindical**. Florianópolis, fevereiro, 2004.

JACOBI, P. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, v.31, n.2, São Paulo, maio/ago. 2005.

JARDIM, M. C. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de Governo Lula**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

JARDIM, M. C. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de Governo Lula**. São Paulo: Annablume, 2009.

JARDIM, M. C. **Estratégias sindicais: gestão de fundos públicos e presença em novos espaços sociais**. Produtividade em Pesquisa – Processo: 306577/2011-9. PQ – 2011.

JARDIM, M. C. **O Investimento dos Fundos de Pensão Durante o Governo Lula e o Interesse por Investimento na Amazônia Brasileira**. 2009. Disponível em <http://observatorio.inesc.org.br//visualizar_estudos.php?id=28/>. Acesso em: 05 ago. 2012.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. México: Siglo XXI, 1998.

LEFF, E. La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable. Economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, n. 17, 10.p.1-11, 2005.

LEFF, E. **Globalización, Racionalidad Ambiental y Desarrollo Sustentable, en Ecología y Capital**, México, Siglo XXI/IIS-UNAM. Disponível em:

<<http://www.ambiente.gov.ar/infoteca/descargas/leff08.pdf>> Acesso em: 28 out. 2013.

LEITE LOPES, J. S. A ambientalização dos conflitos em Volta Redondas. In: ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.217-44.

LEITE, M. P. Trabalho e Sociedade em Transformação: mudanças produtivas e atores sociais. **Sociologias**, n. 21, p. 66-87, 2000.

LÉVESQUE, B. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **Rev. adm. empres.** São Paulo , v. 47, n. 2, Jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902007000200006>. Acesso em: 29 nov. 2013.

MARTES, C. B. A. et al . Fórum: sociologia econômica. **Rev. Administração de Empresas**, São Paulo , v. 47, n. 2, jun. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov 2013.

MARTINS, C. H. B. A sociedade de risco: visões sobre a iminência da crise ambiental global na teoria social contemporânea. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 233-248, abr. 2004.

MENEGUELLI, Jair. Sindicalismo e Meio Ambiente. **Informacut** nº 186, p. 5, maio/junho de 1992.

MENEGUELLO, L. A.; CASTRO, M. C. A. A. O Protocolo de Kyoto e a Geração de Energia Elétrica pela Biomassa da Cana-de-Açúcar como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v.8, n. 1, 10, p.33-43, 2007.

MUNIZ, M. **CUT na Rio+20**: Artur defende aliança mundial para garantir resultados efetivos na Conferência da ONU. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/acontece/22219/cut-na-rio-20-artur-defende-alianca-mundial-para-garantir-resultados-efetivos-na-conferencia-da-onu>>. Consultado em novembro de 2012.

NISHI, M. H. et al . Influência dos Créditos de Carbono na Viabilidade Financeira de Três Projetos Florestais. **Revista Árvore**. Viçosa, v. 29, n. 2, p. 263-270, 2005.

ONU Brasil. **Além da Rio +20**: avançando rumo a um futuro sustentável. Do Rio à Rio +20. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/rio20/alem-da-rio20-avancando-rumo-a-um-futuro-sustentavel/>>Acesso em: 15 jan. 2013

PACHECO, T. **Justiça Ambiental e Racismo. Rede Brasileira de Justiça Ambiental**. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/Justicaambientaleracismo.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

PAVAN, R. **Sindicalismo e Meio Ambiente**. Central Única dos Trabalhadores: São Paulo, 1992.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas. **Revista IDEAS**, v. 1, n. 1, p. 60-77, jul.-dez. 2007.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. **Além da Fábrica**: Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. Boitempo: São Paulo, 2003.

RAUD-MATTEDI, C. A Construção Social do Mercado em Durkheim e Weber. Uma Análise do Papel das Instituições na Sociologia Econômica Clássica. **RCBS**, v. 20, n. 57, 2005.

RODRIGUES, I. J. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO, A. (Org). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e política** - A Trajetória da CUT. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1997.

RODRIGUES, I. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística. In: ANTUNES, R. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 2002.

RODRIGUES, L. **CUT: Os Militantes e a Ideologia**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, L. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp, 2003

SARTORE, M. S. O mercado socialmente responsável. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 2, 2007.

SWEDBERG, R. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, v. 16, n.2, 2004.

VERAS, R. **Sindicalismo e Democracia no Brasil**: atualizações (do novo sindicalismo ao sindicato cidadão). São Paulo, 2002. Tese (Doutorado de Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 2002

VIOLA, Eduardo J e W. Nickel, James. Integrando a Defesa Dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente: Lições do Brasil. **Novos Estudos**, n 40, nov de 1994.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Por se tratar de uma pesquisa exploratória foi fundamental que a entrevista não seguisse um modelo rígido, mas sim que o pesquisador pudesse conduzi-la de uma forma flexível, adaptando-a ao entrevistado, ao contexto, permitindo com isso maior recolha de dados qualitativos e confiáveis. Além disso, prezou-se por uma maior compreensão dos tópicos de interesse e a identificação de novos caminhos para a compreensão dos temas investigados.

Os dados das entrevistas foram coletados por meio do registro de áudios, e tomada de notas.

- 1) Em minha pesquisa estou trabalhando com o conceito de desenvolvimento sustentável. Qual a visão da CUT em relação a este conceito na sua opinião?

- 2) Como a CUT entendia o desenvolvimento sustentável e como é hoje?

- 3) Demonstrar preocupação e engajamento com o desenvolvimento sustentável é importante para a CUT com relação a sua representatividade?

- 4) Houve uma mudança com relação a essa postura desde a Eco 92 até a Rio +20? A CUT buscou novos aliados para implantar esta agenda?

- 5) Demonstrar preocupação e engajamento com o desenvolvimento sustentável visa aumentar a sindicalização?

- 6) Houve uma mudança com relação a essa postura desde a Eco 92 até a Rio +20? Houve aumento na sindicalização? Em que setor?

- 7) Demonstrar preocupação e engajamento com o desenvolvimento sustentável visa ampliar algum compromisso com outras entidades, como o governo, empresas e ONGs ambientalistas?

- 8) Houve mudanças com relação a aproximações ou distanciamentos entre a CUT e estas entidades no período analisado (Eco 92 a Rio +20)? Porque?
- 9) Pensando especialmente nos empresários, como foi essa mudança?
- 10) Pensando na Eco 92 até a Rio +20 houve alguma mudança na atuação prática da CUT visando o desenvolvimento sustentável? O que a CUT fazia e o que ela faz na prática?
- 11) No meu trabalho de pesquisa utilizo também o conceito de responsabilidade social. Nos discursos das plenárias e congressos da CUT não identifiquei este conceito especificamente (nomenclatura). Porém nos discursos estão presentes correlações entre questões trabalhistas e a temática socioambiental (empregos verdes, trabalho decente, qualificação visando os novos modelos de produção sustentáveis, e outros). Reconhecendo que a CUT se posiciona como representante dos trabalhadores e que pode fazer a diferença por meio de sua representatividade, a entidade vem mudando seu posicionamento e suas estratégias de atuação com relação a responsabilidade socioambiental, pensando no período entre a Eco 92 até a Rio +20?
- 12) A CUT participa de Conselhos junto ao governo? Qual o objetivo?
- 13) A CUT participa de Conselhos de Fundo de Pensão? Qual o objetivo?
- 14) Quais as expectativas da entidade com relação ao engajamento em questões ambientais?